DESDE 1932
EDIÇÃO 25.064

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, sábado, 20, a segunda-feira, 22 de abril de 2024 | R$ 3,50

CBL prevê duplicar produção de lítio em Minas Gerais em 2024

Companhia Brasileira de Lítio deve aportar cerca de US$ 70 milhões (R$ 360 mi) no Vale do Jequitinhonha

A CBL estuda duplicar sua produção atual de 45 mil toneladas por ano de concentrado de lítio na mina da Cachoeira, situada nos municípios de Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha, também conhecido como Vale do Lítio. Para isso, deve investir cerca de US$ 70 milhões, o equivalente a R$ 360 milhões pela cotação atual, na planta.

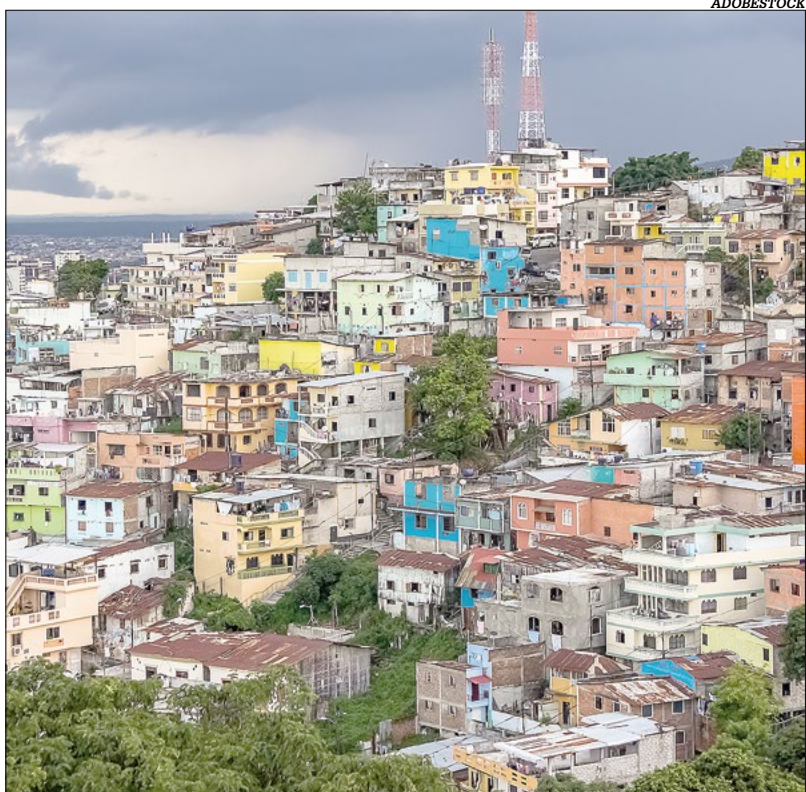
Já na planta de industrialização química, em Divisa Alegre, quase na divisa com a Bahia, o plano é triplicar a capacidade de produção de carbonato e hidróxido de lítio, chegando a 6 mil toneladas por ano de LCE, o carbonato de lítio equivalente, que é referência no mercado.

De acordo com o CEO da CBL, Vinícius Alvarenga, a empresa está na fase inicial das discussões para fazer investimentos nas possíveis ampliações, visando aumentar a produção do mineral e expandir a quantidade dos compostos: "O valor do investimento, como ainda está em estudo, pode ser maior ou menor". **Pág. 9**

DIVULGAÇÃO / CBL

Companhia Brasileira de Lítio prevê chegar à produção de 90 mil toneladas de lítio em Minas ainda em 2024; mina é no chamado Vale do Lítio

Dia da Terra: potencial econômico das favelas pode reestruturar o planeta

ADOBESTOCK

Periferias têm grande potencial econômico para mostrar ao mundo

O Dia da Terra, comemorado em 22 de abril, foi concebido nos EUA em 1970 e foi um alerta para que a população olhasse com mais cuidado para o planeta. Cuidar do planeta significa ter responsabilidade com o meio ambiente e com as pessoas. Impõe a todos - governos, empresas e sociedade civil - olhar pelos mais frágeis e dar oportunidade para que todos realizem plenamente suas potencialidades. Ignorar as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, é também condenar o planeta à degradação. Por isso o DIÁRIO DO COMÉRCIO abriu espaço no Dia da Terra para as periferias e as favelas com toda a potência da economia que existe dentro delas. **Págs. 15 e 16**

DIVULGAÇÃO / EMATER-MG

Foram implantadas 20 UDs com a cultivar

Cultura do trigo já chega às regiões mais quentes

Grão tradicionalmente ligado ao clima frio, o trigo chega ao Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha, regiões consideradas mais quentes do Estado. Emater-MG e Epamig já implantaram unidades demonstrativas com a cultivar MGS Brilhante, que já apontam bons resultados. **Pág. 14**

DIVULGAÇÃO / VALE

Foram 34,9 mi/t no primeiro trimestre do ano

Vale produz em Minas 12,5% a mais de minério

No Estado, no primeiro trimestre deste ano (1T2024), a mineradora produziu 34,9 milhões de toneladas de minério de ferro, o que representa um crescimento de 12,5% frente ao mesmo intervalo de tempo em 2023 (1T23), quando foram produzidos 31 milhões de toneladas. **Pág. 10**

ARTIGOS

EDITORIAL

O planeta parece enfrentar, novamente, uma situação limite, mais uma vez por conta da escalada de tensões no Oriente Médio, cujo acirramento traz de volta a perspectiva de um conflito global, generalizado. As incertezas são, portanto, do mesmo tamanho, com reflexos diretos e imediatos na economia, começando pelas oscilações cambiais e alta nas cotações do petróleo, cujos efeitos já desembarcaram em terras brasileiras. A tal globalização, cujo efeito mais perceptível foi fazer os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, também teria chegado ao limite, algo perceptível já na crise financeira de 2008/9. Os países industrializados se fecharam a ponto de fazer a outrora poderosa OMC ficar comparável a uma espécie de cadáver ambulante. **Pág. 2**

Rendimento do trabalhador mineiro é o maior dos últimos 12 anos

A renda dos trabalhadores de Minas cresceu em 2023, conforme o IBGE. O rendimento médio real habitual em todos os trabalhos foi de R$ 2.753 no quarto tri. Este valor é 0,8% menor frente ao anterior (R$ 2.775), mas representa alta de 13,49% na comparação com 2022, quando o rendimento fechou o ano em R$ 2.417. Este foi o maior valor apurado no Estado nos últimos 12 anos. **Pág. 11**

Consultoria de Uberaba fecha PPP de iluminação pública em SP

Com prazo recorde de 12 meses, a Bruker Soluções, empresa de consultoria e modelagem de parceria público-privada (PPP) em Uberaba, no Triângulo Mineiro, criou a primeira parceria público-privada (PPP) do País fechada por meio de consórcio. Ela vai beneficiar 15 cidades da Alta Mogiana, em São Paulo, na área de iluminação pública. O montante é de R$ 530 milhões. **Pág. 12**

Dólar - dia 19	
Comercial	
Compra: R$ 5,1990	Venda: R$ 5,1990
Turismo	
Compra: R$ 5,2340	Venda: R$ 5,4140
Ptax (BC)	
Compra: R$ 5,2263	Venda: R$ 5,2269

Euro - dia 19	
Compra: R$ 5,5681	Venda: R$ 5,5708
Ouro - dia 19	
Nova York (onça-troy):	US$ 2.390,86
BM&F (g):	R$ 402,33

Indicador	Valor
TR (dia 22)	0,0340%
Poupança (dia 22)	0,5342%
IPCA-IBGE (Março)	0,16%
IPCA-Ipead (Março)	0,52%
IGP-M (Março)	-0,47%

Instinto belicoso do bicho-homem

CESAR VANUCCI*

"Faço um premente apelo para que cesse qualquer ação que possa alimentar uma espiral de violência, com o risco de levar o Oriente Médio a um conflito bélico ainda maior".

(Papa Francisco)

Dolorosa constatação. Não há como frear o instinto belicoso do bicho-homem. Pessoas de boa vontade, amantes da paz, lideranças espirituais acatadas, como a de Francisco, reconhecem-se impotentes para conter os radicalismos que acionam desavenças tribais, litígios étnicos, conflitos religiosos inglórios. Apelos reiterados em favor da concórdia, do entendimento civilizado, do diálogo na busca de soluções para as candentes questões que atormentam o cotidiano e que esbarram, desconsoladoramente, em granítica indiferença e até mesmo desdém.

Os implacáveis "senhores da guerra" e os empedernidos armamentistas, exultantes com os rumos cruéis trilhados por alguns dirigentes políticos e de grupos incendiários não dão a menor importância a essas manifestações de repúdio ao que andam aprontando mundo afora. Seus malignos propósitos estão focados na ambição descomedida por poder e nos avantajados recursos financeiros propiciados por seus escusos negócios.

Em dias recentes a Organização das Nações Unidas (ONU) contabilizou, em diferentes regiões deste nosso belo e maltratado planeta azul, 174 focos de beligerância, muitos deles já com anos de duração. É gente demais da conta – convenhamos - empenhada em fazer do mundo um gigantesco faroeste, onde os supostos "mocinhos" e "bandidos" não se valem de "colt 45" e espingardas "winchester", mas sim de mísseis arrasadores.

Pouco depois da divulgação da lista dos conflitos em andamento, eclodiu mais uma insana contenda armada. Envolvendo diretamente Israel e Irã. Anotemos contristados o que acontece em paragens onde, mais do que quaisquer outras, deveriam ser preservadas a todo custo da mácula das discórdias sanguinolentas, da barbárie que o espírito repudia, mas a índole perversa de indivíduos desfalcados de humanismo acolhe com imperdoável naturalidade. A referência geográfica é a Terra Santa, onde se acham fincadas as raízes da civilização. Exatamente naqueles lugares percorridos pelo mais sublime Ser, portador de mensagem de infinita beleza, vinda do Alto e do fundo dos tempos, lá, na Terra Santa, o ódio, a intolerância e a falta de diálogo geraram uma guerra sem quartel. Uma guerra que vem oferecendo desdobramentos dramáticos na direção de patamares imprevisíveis. O entrechoque insano engloba atentados terroristas, reféns indefesos, contraofensiva desproporcional, mortes em demasia, destruição de cidades, violência inaudita contra civis, réplicas e tréplicas com mísseis, drones e bombas. A ONU, alarmada com a crise humanitária instaurada, clama pela paz. A Comunidade das Nações faz o mesmo. A Assembleia e Conselho de Segurança da ONU e outros organismos internacionais aprovam sucessivas resoluções em prol da pacificação. A diplomacia movimenta-se no mesmo diapasão. Das grandes lideranças religiosas ouve-se um brado pelo bom senso e racionalidade. As mentes lúcidas e os corações fervorosos encarecem a urgência da cessação das hostilidades e abertura de negociações, sem esquecer o socorro imediato em alimentos, medicamentos, fornecimento de água, assistência médica às multidões acuadas de Gaza. Preces ardentes são feitas no sentido de que um clarão de consciência humanística e espiritual ilumine os contendores, conduzindo-os a buscar um palmo de chão que seja como espaço capaz de proporcionar começo de conversa que desfaça a espiral de violência com suas funestas consequências.

**Jornalista(cantonius1@yahoo.com.br)*

O atual momento do mercado de investimentos

ITALI COLLINI*

O mundo continua enfrentando a crise pós-covid, visto que segundo projeções apontadas pelo Relatório da Organização das Nações Unidas (ONU), o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) irá desacelerar, caindo de 3,1% para 1,6% em 2024.

Por outro lado, previsões do livro "Cenário Macroeconômico Global e Brasil 2024" para este ano na economia brasileira são positivas, com expectativa de crescimento de 2,2%, impulsionado por investimentos, geração de emprego e queda da taxa de desemprego.

No geral, as tendências macroeconômicas podem ter um impacto significativo no investimento de capital de risco, influenciando tanto o nível de atividade quanto os tipos de startups que recebem financiamento.

Quando a economia está crescendo e há ampla liquidez no mercado, a atividade de capital de risco tende a aumentar. Isso ocorre porque os investidores estão mais dispostos a assumir riscos e investir em *startups* de alto potencial e alto crescimento em setores mais relacionados ao consumo, como bens de consumo.

Por outro lado, durante uma recessão, a atividade de capital de risco tende a diminuir, pois os investidores se tornam mais avessos ao risco e procuram investimentos mais seguros e com característica anticíclica, como saúde e educação.

Esses setores mais essenciais são também foco de atenção para os investidores de impacto social, pois concentram hiatos de desigualdade que tendem a aumentar, como foi o caso da educação básica no Brasil durante a pandemia.

Enxergo esse momento atual como uma oportunidade incrível para olhar o investimento de impacto como alavanca de três coisas: retorno ao investidor, crescimento econômico e progresso social.

**Economista, Investidora Anjo e diretora da Potencia Ventures*

DESTAQUES DA SEMANA

CLÉRIO FERNANDES, EDITOR

Mudanças na LDO podem gerar custos ao governo

Economistas do meio acadêmico e do mercado financeiro avaliam os custos que as mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2025 podem implicar na capacidade do governo federal de manter o equilíbrio fiscal. A intenção é alcançar o déficit zero neste ano e no próximo, além de um superávit de 0,25% em 2026. Mas a projeção do próprio governo, mantido o quadro atual, é de rombos fiscais durante todo o governo Lula. A equipe econômica de Lula enxerga que as metas fiscais serão atingidas nos próximos anos por estarem dentro da banda de tolerância em relação à meta, de 0,25 ponto percentual (p.p.) do Produto Interno Bruto (PIB) para mais ou para menos. Com as mudanças, o governo poderá ter um espaço de R$ 161 bilhões para gastos públicos nos dois anos.

Produção industrial volta a crescer em Minas Gerais

A produção industrial em Minas Gerais voltou a crescer em 2024, após quatro quedas consecutivas da atividade. De acordo com a Sondagem Industrial de março, divulgada pela Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), o índice de evolução da produção da indústria registrou alta de 5,6 pontos em relação a fevereiro (46,3 pontos) chegando a 51,9 pontos, ficando acima dos 50 pontos – limite entre queda e elevação. Além da produção industrial, a pesquisa mostrou que o emprego cresceu pelo terceiro mês consecutivo. O indicador de evolução dos números de empregados subiu 0,6 ponto quando comparado com o mês anterior e registrou 51,6 pontos ante 51 em fevereiro. Mas, em relação a março de 2023 (52,2), caiu 0,6 ponto. Trata-se do menor resultado para o mês nos últimos três anos.

***Shoppings* esperam crescimento nas vendas em até 15%**

Shopping centers da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) esperam crescimento nas vendas para o Dia das Mães, faltando menos de um mês, em até 15% em relação ao ano passado. A expectativa é calculada sobretudo em promoções e sorteios para atrair um volume maior de consumidores na reta final de uma das datas comemorativas mais importantes para o comércio varejista. Os *shoppings* da capital mineira oferecem, a partir de determinado volume de compras, entre R$ 350 a R$ 400, produtos de presentes ou sorteio de viagens e até carro zero quilômetro.

DIÁRIO DO COMERCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Mudanças de cenário

Mais uma vez o planeta parece enfrentar uma situação limite, mais uma vez por conta da escalada de tensões no Oriente Médio, cujo acirramento traz de volta a perspectiva de um conflito global, generalizado. As incertezas são, portanto, do mesmo tamanho, com reflexos diretos e imediatos na economia, começando pelas oscilações cambiais e alta nas cotações do petróleo, cujos efeitos já desembarcaram em terras brasileiras. Para observadores, alguns deles apostando que o jogo de provocações recua no seu limite uma vez que a ninguém interessa uma, literalmente, explosão derradeira, o mais certo é que haverá mudanças no plano da economia e das relações comerciais.

A tal globalização, cujo efeito mais perceptível foi fazer os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, também teria chegado ao limite, algo perceptível já na crise financeira de 2008/9. Os países industrializados se fecharam a ponto de fazer a outrora poderosa Organização Mundial do Comércio (OMC) ficar comparável a uma espécie de cadáver ambulante.

> *A tal globalização, cujo efeito mais perceptível foi fazer os ricos mais ricos e os pobres mais pobres, também teria chegado ao limite, algo perceptível já na crise financeira de 2008/9*

E tudo isso de forma mais evidente a partir da pandemia, quando rapidamente foi percebido que a escalada da interdependência implicava riscos bem maiores que as supostas vantagens, mesmo na perspectiva dos países altamente industrializados que de repente se viram sem respiradores ou sem componentes eletrônicos cruciais.

O Brasil, que hoje parece mais preocupado em antecipar o que pode acontecer amanhã, está neste mesmo contexto e dele não tem como fugir. Bem ao contrário, precisa e deve compreendê-lo para na sequência desenhar caminhos alternativos, próprios. Parece tão inescapável como a decisão dos Estados Unidos, que deliberadamente e enxergando apenas a mão de obra mais barata, concentrou a produção de *ships* eletrônicos na ilha de Formosa e hoje cuida, aceleradamente, de construir fábricas no seu território. Pode até ser mais caro, deve ser mais caro, mas certamente os riscos serão bem menores.

Esta possivelmente é a parte mais relevante no cenário de mudanças e igualmente se aplica às relações de comércio. Como afinal deixar de enxergar os movimentos mais recentes de agricultores europeus? Nada de abertura, livre comércio mais que nunca é apenas retórica, talvez nem isso, porque a tendência é de fechamento, de busca de autossuficiência e autonomia. A experiência está ensinando que cada país deve ser capaz de se suportar e nessa direção caminhará a economia, independentemente do rumo dos conflitos hoje em mais evidência.

Ao Brasil, portanto, cabe abrir os olhos para enxergar, para construir caminhos em que desde já pode levar muitas vantagens porque tem o que poucos têm.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio — Rafael Tomaz
Clério Fernandes — Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso.. R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

Mercado segurador brasileiro: desafios e oportunidades comerciais

LEONARDO FREITAS *

Nos últimos três anos, o mercado segurador brasileiro tem registrado crescimento acima de 10%, de acordo com a Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg). A expectativa é que esse movimento de crescimento se mantenha durante o ano de 2024, impulsionado pelos avanços tecnológicos, mudanças regulatórias e a crescente demanda por serviços personalizados. Ao longo destes anos, o que já podemos perceber é que cada vez mais o setor segurador vem passando por um processo de superação e transformações intensas.

A transformação digital em curso traz oportunidades e desafios para as seguradoras. A incorporação de tecnologias como inteligência artificial, análise de *big data* e *blockchain* visam aprimorar a eficiência operacional e proporcionar uma experiência mais satisfatória aos clientes. No entanto, essa transição não é isenta de obstáculos, especialmente no que diz respeito à segurança cibernética, um aspecto crucial em um ambiente cada vez mais digitalizado.

Há 10 anos, por exemplo, o mercado segurador enfrentava um cenário diferente em termos de tecnologia se comparado aos dias atuais. Os processos ainda dependiam bastante de métodos tradicionais, como papéis, arquivos físicos e comunicação por telefone. A subscrição de seguros era, muitas vezes, mais demorada e dependente de análises manuais, o que poderia resultar em atrasos e erros. Além disso, o acesso aos dados e informações relevantes para a avaliação de riscos e precificação também era mais restrito, o que limitava a capacidade das seguradoras em oferecer produtos mais personalizados e ajustados às necessidades dos clientes. A interação com os clientes também era predominantemente *offline*, com menos canais de comunicação disponíveis e menos automação nos processos de atendimento ao cliente.

Hoje, as principais empresas do mercado têm investido em robotização e automação de processos, além de utilizar intensivamente dados em tempo real. Outras iniciativas incluem o uso de análise de dados para insights de negócios e desenvolvimento de produtos, bem como a aplicação de Inteligência Artificial e Machine Learning para aprimorar a qualidade dos atendimentos, a determinação de perfis de comportamento e a análise de riscos. De acordo com a pesquisa Global Tech Report, realizada pela KPMG, a maioria (64%) dos executivos brasileiros entrevistados pretende direcionar esforços e investimentos em tecnologia para incrementar a experiência do consumidor ao longo dos próximos anos.

Em linha com essa nova realidade, o que vemos hoje no mercado brasileiro de seguros é o cenário atual altamente competitivo, com 131 seguradoras operando no país. Há uma ampliação da gama de produtos que atendam às demandas mais diversas da sociedade. Um exemplo disso é o crescimento de 9% registrado em 2023, com o mercado superando a marca dos R$ 380 bilhões arrecadados, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Além disso, as mudanças regulatórias frequentes representam um desafio adicional para as seguradoras, que devem se adequar rapidamente às normas vigentes. Esse cenário competitivo e regulatório exige diferenciação por parte das seguradoras para gerarem negócios.

Contudo, essa modernização também abre um leque de oportunidades, com a possibilidade de personalização de produtos e serviços, aliada à expansão do mercado para áreas como saúde, vida e cibersegurança, oferecendo um campo fértil para o crescimento para os negócios. Além disso, a inovação em canais de distribuição, como plataformas online e aplicativos móveis, permite o alcance de um público mais amplo e diversificado.

Outra oportunidade reside na oferta de soluções de gestão de riscos em um cenário de crescente volatilidade e incerteza nos mercados globais. Seguradoras que investem em consultoria especializada e análise de dados para ajudar seus clientes a gerenciar riscos têm a chance de se destacar no mercado.

No fim, a modernização do mercado segurador brasileiro representa tanto desafios quanto oportunidades para as seguradoras. Aquelas que conseguirem se adaptar, investir em inovação e oferecer soluções personalizadas estarão no caminho para prosperar nos próximos anos.

**Diretor Comercial da Bradesco Seguros*

DIVULGAÇÃO

Em linha com essa nova realidade, o que vemos hoje no mercado brasileiro de seguros é o cenário atual altamente competitivo, com 131 seguradoras operando no país. Há uma ampliação da gama de produtos que atendam às demandas mais diversas da sociedade. Um exemplo disso é o crescimento de 9% registrado em 2023, com o mercado superando a marca dos R$ 380 bilhões arrecadados, segundo dados da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Sustentabilidade mental, a nova *commodity* das empresas

MARIA INÊS VASCONCELOS *

Os cuidados com a saúde mental nas empresas é tema de destaque durante o mês de abril, afinal, as campanhas de conscientização destacam a importância de promover o bem-estar individual e dos cuidados para criação de uma atmosfera de trabalho saudável e sustentável para os trabalhadores. A produtividade e o sucesso corporativo estão diretamente ligados à sustentabilidade mental dos colaboradores.

Nos últimos anos, a quantidade de profissionais afastados do trabalho, devido à condição da saúde mental, cresceu. Os dados do Ministério da Previdência Social, de 2022 para 2023, apontou um aumento de 38%, passando de 209.124 mil benefícios para 288.865.

A verdade é que essas informações não são surpreendentes, destacando que a Organização Mundial da Saúde (OMS) considera o Brasil o país mais ansioso do mundo, com aproximadamente 9,3% da população sofrendo desse mal. Os brasileiros também seriam os mais depressivos na América Latina, correspondendo a mais de 11 milhões.

O crescimento é tão notável que o Ministério da Saúde anunciou uma atualização na lista de doenças ocupacionais, ou seja, relacionadas ao trabalho. Mais de 165 patologias foram adicionadas, incluindo a ansiedade, depressão e a síndrome de burnout, todas, ligadas ao aspecto psicológico.

Assim, os acometidos pelo problema passaram a possuir uma série de direitos, previstos no sistema legal brasileiro. Alguns deles são o acesso a tratamento médico e até indenizações aplicadas pelo judiciário, no campo moral e material porque o esgotamento mental pode acabar de maneira definitiva com a carreira profissional, ou reduzindo a capacidade laborativo de forma substancial; impedindo de se retomar as atividades, devido ao sofrimento e perdas que esses quadros provocam.

Muitos dos desligamentos decorrem dos próprios funcionários, que possuem mais do que nunca, a consciência da necessidade de preservarem a si mesmos e a sua saúde, blindando seu psiquismo, para terem condições de continuarem atuando em suas respectivas áreas, porém, em novas oportunidades. Então, quando percebem que a empresa não investe na preservação da felicidade corporativa, não tem interesse de escutar o colaborador e, sobretudo, não detém política transparente de cuidados de maneira geral, principalmente com a saúde mental, preferem abandoná-la.

A produtividade está diretamente ligada ao alinhamento mental e à qualidade do ambiente laboral, refletindo no bem-estar individual e coletivo, contaminando todos com desesperança, baixa autoestima e insegurança. Por isso, quando a paz, gestão humanizada, sistema de avaliação e feedbacks saudáveis, direito ao descanso e a valorização dos funcionários acontece, tudo parece funcionar melhor, elevando os resultados e, consequentemente, a lucratividade.

As empresas estão cientes do problema e, cada vez mais, têm investido em seu capital humano com práticas consistentes, ligadas à preservação da saúde de seus colaboradores, deixando para trás a desatenção, coisificação da mão de obra e a exploração psicológica. As ações envolvem treinamentos, palestras, oficinas e atividades para reduzir o estresse e a gerenciar melhor o desequilíbrio emocional.

As medidas também evitam a saída de funcionários para outras empresas, gerando enorme rotatividade, perda de grandes talentos, informações e custos, além de atrasos na entrega de projetos pela falta de pessoas para dar continuidade aos planejamentos

Uma atmosfera de trabalho mais saudável e produtiva é o melhor meio para conter os afastamentos e aposentadorias precoces. A adoção de práticas sustentáveis para restringir a doença mental é um dos maiores ganhos para as empresas. A expectativa é que abril seja uma oportunidade para reverberação dessa consciência, porque a mente é sempre a maior *commodity* dos trabalhadores.

**Advogada trabalhista, doutora em educação e pesquisadora*

O ano da possível da "contrarreforma tributária"

YVON GAILLARD*

A promulgação da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, marcou o início de um processo complexo rumo à tão desejada "reforma tributária do consumo". No entanto, a grandiosidade da proposta deixou várias lacunas em aberto, agora desafiando o governo federal em sua regulamentação. Este é um desafio gigantesco, cujo sucesso é difícil de garantir.

Existe uma série de questões a serem abordadas nos projetos de lei complementar que o governo precisa apresentar para dar efetividade à Emenda 132. O Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) necessitará de uma legislação específica, além da consideração sobre exceções, regimes especiais e isenções. Outro ponto crítico é a gestão do Imposto Seletivo, que irá substituir em parte o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e pode se tornar uma fonte gigantesca de arrecadação, caso não haja limitações legais.

Os fundos, especialmente o de compensação pelo fim dos incentivos do ICMS, irão demandar uma abordagem cuidadosa, embora já tenham sido comprometidos recursos significativos até 2043, o que está refletido nas finanças públicas. Quanto à guerra fiscal, persiste a incerteza sobre o destino do ICMS até 2032, com incentivos e competição entre os estados permanecendo intactos, contrariando a previsão de simplificação.

A regulamentação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do IBS deve ser feita de forma coordenada, minimizando discrepâncias entre suas regras, dada sua base semelhante – embora uma esteja sob controle federal e o outro sob um Comitê Gestor ainda em processo de legitimação.

É notável a falta de transparência sobre como esse processo será conduzido, evidenciada pela ausência de informações do Secretário Especial da Reforma Tributária, Bernard Appy. A estratégia de surpreender a opinião pública para evitar debates, como ocorreu com a PEC 45 no ano anterior, prejudica a construção de uma reforma tributária eficaz.

Há ausência de consulta às entidades especializadas que poderiam e podem contribuir significativamente para a formulação de uma proposta mais sólida. Ao invés disso, parece que estamos caminhando para uma contrarreforma tributária, dada a complexidade e os desafios em regulamentar a Emenda 132.

O ano de 2024, com suas eleições municipais, certamente trará mais desafios à agenda legislativa, dificultando ainda mais a busca por soluções para a reforma tributária. Resta-nos esperar para ver os desdobramentos dessas propostas complementares, embora as expectativas de sucesso sejam, infelizmente, baixas.

** Economista e CEO da Dootax*

Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ: 17.360.322/0001-44

Comentário da Administração

Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Exercício de 2023

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (controladora) e da Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. e suas controladas (consolidado, doravante "Grupo"), atendendo às exigências dos CPCs aplicáveis às suas movimentações, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.
O Grupo tem como missão fornecer produtos com qualidade superior, sempre visando a satisfação dos clientes e respeitando o meio ambiente. Estes pilares sustentam nosso compromisso empresarial e posicionam a marca Ferroeste como uma das empresas mais respeitadas no setor.
As empresas Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., CBF Indústria de Gusa S.A., Ferroeste Industrial Ltda., G5 Agropecuária Ltda., Energia Viva Agroflorestal Ltda., Energia Viva de Minas Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda., Veredas Agro Ltda., Escarpas do Corumbá Empreendimentos Ltda. e Sentinela Florestas de Minas Ltda., possuem atividades complementares. O controle das empresas é mantido pelo mesmo grupo de sócios.
A sustentabilidade florestal é baseada em ativos que recebem vultosos investimentos, principalmente nas regiões do Maranhão, Bahia, Minas Gerais e representam atualmente aproximadamente 28.437 (dezenove mil, novecentos e trinta e cinco) hectares de florestas de eucalipto.
No ramo siderúrgico, de ferro-gusa nodular, houve melhora no abastecimento de minério de ferro, que vinha apresentando dificuldades desde o início de 2019, devido ao incidente de Brumadinho. O Grupo projeta aumentar a produtividade de ferro-gusa e espera se manter como um importante player no mercado de ferro-gusa nodular, com isso, em fevereiro de 2022 a controlada CBF Industria de Gusa S.A. reativou as operações com seu segundo alto-forno.
O Grupo Ferroeste projeta otimizar a produção de biocombustível, objetivando atingir volume, compatível ao seu equilíbrio operacional, considerando os investimentos em equipamentos de irrigação, de forma a ter um incremento na produtividade de cana por hectare, superior aos realizados até o momento em suas coligadas Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda. e Veredas Agro Ltda.
O Grupo Ferroeste mantém a parceria em projetos imobiliários, sendo um localizado na cidade de Contagem-MG, bairro Cidade Industrial, em operação realizada com a construtora Direcional Engenharia S.A., outro localizado em Viana-ES, em operação realizada com a LOG Commercial Properties e Participações S.A. e outros nos estados de Minas Gerais e Goias, em suas coligadas Ferroeste Industrial Ltda. e G5 Agropecuária Ltda.

A Administração

Balanços patrimoniais 31 dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalente de caixa	4	34.217	63.515	156.881	179.083
Contas a receber	5	1.069	1.273	63.553	102.795
Estoques	6	100	13.650	218.399	178.380
Ativo biológico	9	-	-	14.826	27.528
Impostos a recuperar	7	1.225	471	29.263	25.444
Adiantamentos		6	26	5.872	19.905
Dividendos a receber	8	2.439	-	-	-
Despesas antecipadas		47	152	770	351
Outros ativos		502	-	1.669	319
		39.605	79.087	491.233	533.805
Ativo não circulante mantido para venda		-	-	8.664	-
		39.605	79.087	499.897	533.805
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras		14.480	-	19.205	4.190
Contas a receber	5	-	-	14.218	16.521
Impostos a recuperar	7	-	-	20.590	23.124
Partes relacionadas	8	-	305	-	305
Tributos diferidos	19	-	-	6.856	3.915
Depósitos judiciais		-	4	1.315	1.488
Outros ativos		-	-	128	128
		14.480	309	62.312	49.671
Ativos biológicos	9	-	-	325.949	218.394
Investimentos	10	978.096	883.337	63.135	53.650
Ativo de direito de uso		-	-	928	1.509
Imobilizado	11	36.468	34.455	667.567	603.446
Intangível		2.482	2.417	22.224	22.040
		1.017.046	920.209	1.079.803	899.039
Total do ativo		1.071.131	999.605	1.642.012	1.482.515

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	12	9.217	24.235	98.984	94.759
Passivo de arrendamento		-	-	1.915	2.325
Empréstimos e financiamentos	13	5.302	457	81.312	86.090
Adiantamento de contrato de câmbio	14	-	-	79.780	37.470
Adiantamentos de clientes	15	-	-	2.203	2.014
Obrigações sociais		43	52	11.865	11.763
Obrigações tributárias	16	92	87	7.166	43.433
Dividendos a pagar	8	1.264	37	1.264	37
Parcelamento de impostos		-	-	673	1.793
		15.918	24.868	285.162	279.684
Não circulante					
Fornecedores	12	-	8.294	11.640	30.540
Passivo de arrendamento		-	-	2.573	2.400
Empréstimos e financiamentos	13	20.000	25.000	235.531	186.830
Parcelamento de impostos		-	-	1.355	6.394
Tributos diferidos	19	21.533	21.333	79.164	80.427
Partes relacionadas	8	-	35.989	-	-
Provisão para riscos	17	-	-	12.359	11.574
Outras obrigações		57	-	605	545
		41.590	90.616	343.227	318.710
Patrimônio líquido	18				
Capital social		332.335	132.335	332.335	132.335
Ajuste de avaliação patrimonial		126.660	133.355	126.660	133.355
Mudança de participação em coligada		4.816	4.816	4.816	4.816
Reservas de lucros		563	208.023	563	208.023
Lucros acumulados		549.249	405.592	549.249	405.592
Total do patrimônio líquido		1.013.623	884.121	1.013.623	884.121
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.071.131	999.605	1.642.012	1.482.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operações em continuidade					
Receita líquida	20	5.124	2.951	724.848	1.070.129
Custo dos produtos vendidos	21	(144)	-	(585.619)	(689.198)
Lucro bruto		4.980	2.951	139.229	380.931
Despesas com vendas	21	-	-	(29.248)	(37.946)
Despesas gerais administrativas	21	(2.902)	(408)	(65.696)	(65.261)
Outras receitas , líquidas	21	434	38.048	56.385	35.526
Resultado de equivalência patrimonial	10	139.519	212.107	6.398	985
Resultado sobre ativo biológico	9	-	-	75.954	35.269
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		142.031	252.698	183.022	349.504
Receitas financeiras	22	3.510	1.302	23.884	14.224
Despesas financeiras	22	(5.951)	(4.668)	(51.815)	(47.414)
Variações cambiais líquidas	22	-	-	2.095	5.574
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		139.590	249.332	157.186	321.888
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	19	-	(934)	(21.999)	(81.811)
Diferido	19	(201)	8.158	4.202	16.479
Lucro líquido do exercício de operações continuadas		139.389	256.556	139.389	256.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	139.389	256.556	139.389	256.556
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	139.389	256.556	139.389	256.556

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais:				
Resultado do exercício	139.389	256.556	139.389	256.556
Itens que não afetam caixa e equivalente de caixa				
Depreciação e amortização	4	3	45.523	29.428
Exaustão ativo biológico	-	-	108.097	113.309
Juros e variações cambiais líquidas	3.828	1.608	40.904	19.290
Avaliação a valor justo	-	-	(75.952)	(35.269)
Resultado da baixa de imobilizado, biológico e arrendamento	-	-	(15.522)	33.251
Tributos diferidos	200	(8.158)	(4.207)	(16.479)
Resultado da equivalência patrimonial	(139.519)	(212.107)	(6.398)	(985)
Constituição de provisões	-	-	11.067	25.963
Ganhos em ativos financeiros	(930)	-	(930)	-
Ganho por compra vantajosa	-	(46.391)	-	(46.391)
Outros ajustes	-	9.712	347	9.740
	2.972	1.223	242.318	388.413
(Aumento) redução de ativos operacionais				
Contas a receber de clientes	204	9.560	11.059	(73.401)
Estoques	-	-	(50.075)	14.188
Impostos a recuperar	(754)	(426)	(11.547)	(30.122)
Adiantamentos	20	216	13.744	(2.339)
Despesas antecipadas	105	(131)	(416)	(170)
Depósitos judiciais	4	-	139	158
Outras contas a receber	185	-	(623)	4.446
Partes relacionadas	305	(305)	(438)	(294)
Ativos financeiros	-	-	(535)	-
	69	8.914	(38.692)	(87.534)
Aumento (redução) de passivos operacionais				
Fornecedores	(23.312)	(29.278)	(49.407)	(70.289)
Adiantamentos de clientes	-	-	1.190	(16.326)
Obrigações sociais	(9)	(72)	103	2.710
Obrigações tributárias	5	(192)	(36.267)	14.022
Parcelamento de impostos	-	-	(6.157)	(2.687)
Provisão para riscos	-	-	1	-
Outras contas a pagar	57	-	57	(13.848)
Partes relacionadas	(35.989)	-	-	(57)
	(59.248)	(29.542)	(90.480)	(86.475)
Caixa gerado (consumido) nas operações	(56.207)	(19.405)	113.146	214.404
Pagamento de juros	(3.983)	(1.151)	(47.192)	(3.965)
Caixa líquido provenientes das (consumido nas) atividades operacionais	(60.190)	(20.556)	65.954	210.439
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações no investimento	(40.679)	(82.194)	(2.717)	(82.194)
Aplicações no imobilizado e intangível	(2.769)	(5.468)	(100.263)	(65.613)
Redução de capital em investida	-	5.000	-	5.000
Alienação de investimento	-	-	-	151
Aplicação financeira	-	-	-	(4.190)
Alienação de imobilizado e intangível	-	-	209	5.139
Aplicações no ativo biológico	-	-	(80.338)	(162.662)
Operação descontinuada	-	-	(8)	-
Outros	-	-	-	5.227
Recebimento de dividendos	83.000	102.782	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	39.552	20.120	(183.117)	(299.142)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Pagamento de dividendos	(8.660)	(5.086)	(8.660)	(5.087)
Captação adiantamento de contrato de câmbio	-	-	80.884	36.623
Pagamento adiantamento de contrato de câmbio	-	-	(34.532)	(54.648)
Partes relacionadas	-	35.988	-	-
Aumento de capital social	-	-	-	28.500
Empréstimos tomados	-	25.000	172.000	143.807
Reorganização societária	-	-	-	1.051
Pagamento de empréstimos, financiamentos e arrendamento	-	-	(114.497)	(39.404)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(8.660)	55.902	95.195	110.842
Variação cambial sobre caixa e equivalente de caixa	-	-	(233)	51
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	(29.298)	55.466	(22.201)	22.190
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	63.515	8.049	179.082	156.893
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	34.217	63.515	156.881	179.083
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(29.298)	55.466	(22.201)	22.190

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Mudança de participação em coligada	Reserva de lucros: Garantia operacional	Reserva de lucros: Dividendos propostos	Reserva de lucros: Lucros acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em dezembro de 2021	111.103	150.872	-	180.417	-	164.211	606.603	16.579	623.182
Incorporação	21.232	-	-	-	-	-	21.232	-	21.232
Realização de reserva	-	(17.517)	-	-	-	17.517	-	-	-
Distribuição de dividendos do exercício 2021	-	-	-	-	-	(4.661)	(4.661)	-	(4.661)
Distribuição de dividendos do exercício 2022	-	-	-	-	-	(425)	(425)	-	(425)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	256.556	256.556	-	256.556
Dividendos propostos	-	-	-	-	7.460	(7.460)	-	-	-
Constituição de reserva	-	-	-	20.146	-	(20.146)	-	-	-
Mudança de participação	-	-	4.816	-	-	-	4.816	(16.579)	(11.763)
Saldo em dezembro de 2022	132.335	133.355	4.816	200.563	7.460	405.592	884.121	-	884.121
Realização de reserva	-	(6.695)	-	-	-	6.695	-	-	-
Aumento de capital	200.000	-	-	(200.000)	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos do exercício 2022	-	-	-	-	(7.460)	(2.427)	(9.887)	-	(9.887)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	139.389	139.389	-	139.389
Saldo em dezembro de 2023	332.335	126.660	4.816	563	-	549.249	1.013.623	-	1.013.623

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Meca" ou "Entidade") tem por objeto atividades de serviços de compra, venda e locação de imóveis próprios, prontos ou a construir, incluindo terrenos e frações ideais, e a participação em quaisquer outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.
A Meca, controladora do Grupo Ferroeste ("Grupo"), é uma sociedade limitada, localizada na Av. do Contorno, nº 3.800, sala 1.805, - Bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte - MG - Brasil e foi constituída em 24 de outubro de 1968, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
Seus negócios incluem produção de ferro-gusa, atividades de florestamento e reflorestamento, produção de biocarbono, geração de energia elétrica, cultivo de cana-de-açúcar, produção de biocombustível e atividades imobiliárias, através de suas subsidiárias, que em conjunto com a Meca são denominadas "Grupo".
Abaixo segue qualificação das demais empresas do Grupo.
A CBF Indústria de Gusa S.A. ("CBF") tem por objeto a industrialização, comercialização, inclusive importação e exportação de produtos siderúrgicos, em especial, gusa em todas as suas formas, bem como insumos e equipamentos necessários à sua produção, transformação ou beneficiamento, prestação de serviço e comercialização de florestas próprias ou de terceiros e seus produtos, atividade de reflorestamento e de manutenção de florestas próprias ou de terceiros, geração e comercialização de energia, participação em outras sociedades, observadas as disposições legais, comércio, exportação e distribuição de produtos agrícolas em geral, próprios ou de terceiros, em seus estados in natura, brutos, beneficiados, ou industrializados, produtos de qualquer natureza, tendo em vista a geração de reduções de emissões e remoções de gases de efeito estufa no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto ou de outros sistemas de comercialização de créditos de carbono.
A CBF é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Do Contorno, nº 3.800, 18º andar, sala 1.802 - Bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte - Brasil, foi constituída em 19 de dezembro de 1991, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Espírito Santo, posteriormente transferida para Minas Gerais.
A Ferroeste Industrial Ltda. ("Ferroeste") tem por objeto transformação ou beneficiamento, comercialização de florestas próprias e seus produtos, a participação em outras sociedades, observando as disposições legais, assim como a compra, venda e aluguel de imóveis próprios, residenciais e não residenciais, terrenos e vagas de garagem, exploração de estacionamento de veículos, assim como a realização de outras atividades inerentes ao ramo imobiliário.
A Ferroeste é uma sociedade limitada, localizada na Av. do Contorno, nº 3.800, 18º andar, sala 1.801 - Bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte - MG - Brasil, foi constituída em 26 de maio de 1959, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
A G5 Agropecuária Ltda. ("G5"), tem por objeto as atividades de agricultura, pecuária, exploração de florestas, extração de madeiras, produção de carvão vegetal, cultivo de eucalipto, podendo desenvolver todas as atividades agropastoris, a comercialização de produtos agrícolas tendo em vista a geração de reduções de emissões e remoções de gases de efeito estufa no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Kioto ou de outros sistemas de comercialização de créditos de carbono, bem como promover a comercialização de imóveis e de consultoria em gestão empresarial.
A G5 é uma sociedade limitada e está localizada na Av. Do Contorno, nº 3.800, 18º andar, sala 1.806 - Bairro Santa Efigênia em Belo Horizonte - MG - Brasil, foi constituída em 10 de agosto de 1984, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. A Energia Viva Agroflorestal Ltda. ("Energia Viva") tem por objetivo as atividades de florestamento, reflorestamento e correlatos, arrendamento de imóveis próprios e produção de biocarbono vegetal - florestas plantadas.
A Energia Viva Agroflorestal Ltda. ("Energia Viva") tem por objeto as atividades de florestamento, reflorestamento e correlatos, arrendamento e compra e venda de imóveis próprios, produção de biocarbono - florestas plantadas, cultivo de soja e comércio atacadista de soja.
A Energia Viva é uma sociedade limitada e localizada na Fazenda Sibéria - Rodovia BR 226, Km 41, s/n, Zona Rural - Grajaú - MA - Brasil e foi constituída em 10 de outubro de 2007, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Maranhão.
A Energia Viva de Minas Ltda. ("Energia Viva de Minas") tem por objeto as atividades de florestamento, reflorestamento e correlatos, aluguéis de imóveis próprios e compra e venda de imóveis próprios.
A Energia Viva de Minas é uma sociedade limitada e está localizada na Fazenda São Mateus, Rodovia LMG-667, KM 14,5 - Brasilândia de Minas - MG- Brasil, foi constituída em 11 de agosto de 2021, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
A Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda. ("Destilaria Veredas") tem por objeto a exploração da industrialização e comercialização de açúcar, biocombustível e subprodutos correlatos.
A Destilaria Veredas é uma sociedade limitada localizada na Fazenda Tapera - Rodovia BR-040, Km 186, Zona Rural - João Pinheiro - MG - Brasil, foi constituída em 3 de novembro de 2008, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
A Veredas Agro Ltda. ("Veredas Agro") tem por objeto o cultivo e a comercialização de cana-de-açúcar e produtos correlatos.
A Veredas Agro é uma sociedade limitada, localizada na Fazenda Tapera - Rodovia BR-040, Km 186, entrada a esquerda, Zona Rural, João Pinheiro - MG - Brasil, foi constituída em 20 de maio de 2008, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
A Sentinela Florestas de Minas Ltda. ("Sentinela") tem por objetivo as atividades de florestamento, reflorestamento e correlatos.
A Sentinela é uma sociedade limitada, localizada na rua Goiás, nº 392, Turmalina - MG - Brasil, foi constituída em 30 de junho de 2010, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais.
As empresas Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda., CBF Indústria de Gusa S.A., Ferroeste Industrial Ltda., G5 Agropecuária Ltda., Energia Viva Agroflorestal Ltda., Energia Viva de Minas Ltda., Destilaria Veredas Indústria de Açúcar e Álcool Ltda., Veredas Agro Ltda. e Sentinela Florestas de Minas Ltda., são entidades controladas pelos mesmos sócios e possuem atividades complementares. O controle das empresas é mantido pelo mesmo grupo de sócios.

1.1. Principais eventos ocorridos no exercício

1.0.1. **Subscrição de cotas em fundo de investimento**

Em 23 de janeiro de 2023, a Meca aportou imóvel, anteriormente contabilizado em estoque, em fundo de investimento imobiliário (FII). Em troca deste imóvel subscrito no FII, foram recebidas cotas nominativas e escriturais deste fundo, contabilizadas na rubrica de aplicações financeiras, no ativo não circulante.

2. Políticas contábeis materiais

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1. Base de preparação e declaração de conformidade

Essas demonstrações foram preparadas considerando o custo como base de valor, que no caso de ativos e passivos financeiros, bem como ativos biológicos são ajustados refletindo a mensuração ao valor justo e ajustadas para refletir o custo atribuído aplicado na data de transição dos CPCs.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3.
As demonstrações contábeis são apresentadas em milhares de reais (R$).
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro 2023 foram aprovadas pela Administração em 08 de abril de 2024.
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. O Grupo apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações contábeis elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.
O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.
Definição de Estimativas Contábeis - Alterações ao IAS 8
As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis do Grupo.
Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2
As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) e o IFRS Practice Statement 2 fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis.
Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação Alterações ao IAS 12
As alterações ao IAS 12 Income Tax (equivalente ao CPC 32 - Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis do Grupo.
As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. O Grupo apresenta as normas emitidas, mas ainda não vigentes considerando as demonstrações contábeis elaboradas em compliance com as normas do CPC e IFRS. Por esse motivo, algumas das normas abaixo descritas fazem menção somente ao IFRS, uma vez que até a data da publicação dessas demonstrações, algumas das normas novas ou revisadas ainda não haviam sido objeto de publicação por parte do CPC.
Alterações ao IFRS 16: Passivo de locação em um Sale and Laseback (transação de venda e retroarrendamento).
Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 - Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações sale and leaseback celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado.
Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.
Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes
Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:
• O que se entende por direito de adiar a liquidação.
• Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras.
• Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar.
• Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação.
Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses.
As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.
Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7
Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações contábeis a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.
As alterações vigoram para períodos de demonstrações contábeis anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada.
Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações contábeis do Grupo.

2.2. Base de consolidação

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a controladora obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as operações do Grupo e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Controladas	2023	2022
CBF Indústria de Gusa S.A.	100,00%	100,00%
Ferroeste Industrial Ltda.	100,00%	100,00%
G5 Agropecuária Ltda.	100,00%	100,00%
Veredas Agro Ltda.	100,00%	100,00%
Destilaria Veredas Indústria Açúcar e Álcool Ltda.	100,00%	100,00%
Energia Viva Agroflorestal Ltda.	100,00%	100,00%
Energia Viva de Minas Ltda.	100,00%	100,00%
Sentinela Florestas de Minas Ltda.	100,00%	100,00%

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.
Os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

2.3. Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação.
Transações e saldos
As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados e reconhecidos na demonstração do resultado como "Variação cambial líquida".

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Informações por segmentos

O Grupo desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para gestão da Entidade e para a tomada de decisões.

2.6. Instrumento financeiros

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros, no reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:
a) Ativos financeiros
Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias: ativos mensurados ao custo amortizado; valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os ativos são classificados de acordo com a definição do modelo de negócio adotado pelo Grupo e as características do fluxo de caixa do ativo financeiro.
Reconhecimento e mensuração
O Grupo classifica no reconhecimento inicial seus ativos financeiros em três categorias: (i) ativos mensurados ao custo amortizado; (ii) valor justo por meio do resultado; (iii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
Custo amortizado
O Grupo mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:
(i) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais
(ii) Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificas, a fluxo de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes
Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, o Grupo elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.
Valor justo por meio do resultado
Todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.
Desreconhecimento
O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.
b) Passivos financeiros
Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.
Desreconhecimento
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.
c) Compensação de instrumentos financeiros
Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.
As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a Provisão para Perdas de Créditos Esperadas ("PPCE" ou *impairment*). Na prática, o valor justo das contas a receber de clientes não diverge do valor de vendas, considerando o prazo médio de recebimento.

2.8. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio das compras, líquido dos impostos compensáveis quando aplicáveis, e valor justo dos ativos biológicos na data do corte, sendo inferior aos valores de realização, líquidos dos custos de venda. Os estoques de produtos acabados compreendem as matérias-primas processadas, envolvimento de mão de obra direta e custos de produção na valorização dos itens.
Quando necessário, os estoques são deduzidos de provisão para perdas com estoques, constituída em casos de desvalorização de estoques, obsolescência de produtos e perdas de inventário físico.
Adicionalmente, em decorrência da natureza dos produtos do Grupo, em casos de obsolescências de produtos acabados, podem ser reutilizados na produção.

2.9. Investimentos (controladora)

São representados por investimentos em empresas controladas e coligadas e avaliados pelo método de equivalência patrimonial no balanço individual, em decorrência da participação do Grupo nestas empresas. As demonstrações contábeis das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as mesmas adotadas pelo Grupo.

2.10. Ativo imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo, menos depreciação acumulada. Esse custo foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos, máquinas e equipamentos, na data de transição para o CPCs. O custo inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição, bem como os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.
Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	% ao ano
Edificações/instalações	3,0
Máquinas e equipamentos	7,46
Móveis, utensílios e equipamentos	7,6
Veículos	9,3
CPD (equipamentos de informática)	17,6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.
O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.
Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.11. Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.
Como arrendatária
A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.
Ativos de direito de uso
A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). O custo dos ativos de direito de uso são mensurados pelo valor dos passivos de arrendamento reconhecidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo estimado de vigência do contrato de arrendamento.
Passivos de arrendamento
Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem substancialmente pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.
Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pelo Grupo e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o Grupo exercendo a opção de rescindir o arrendamento.
Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.
Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a taxa obtida em operações de financiamentos para ativos das classes de arrendamento. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados.
As operações de arrendamento do Grupo em vigência em 31 de dezembro de 2023 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.
O Grupo não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.
Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor
O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de equipamentos operacionais e veículos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de informática considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.12. Ativos biológicos

A avaliação do ativo biológico é feita pelo Grupo, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo do ativo biológico reconhecido no resultado no período em que ocorre. O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre o valor justo do ativo biológico no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento do ativo biológico e ativo biológico exaurido no período.
A exaustão é calculada tomando-se por base o volume cortado em relação ao volume potencial existente.
Florestas de eucalipto
Com base no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, o Grupo avalia anualmente, o valor justo de seus ativos biológicos, seguindo as seguintes premissas em sua apuração:
• Ciclo médio de formação florestal de sete anos;
• As florestas são valorizadas ao seu valor justo a partir do ano de plantio;
• O Incremento Médio Anual - IMA que consiste no volume de produção de madeira estimado em m³ por hectares no final do ciclo de formação, apurado com base nos tratos silviculturais e de manejo florestal, potencial produtivo, fatores climáticos e de condições do solo;
• O custo padrão médio por hectare estimado contempla gastos com silvicultura e manejo florestal aplicados a cada ano de formação do ciclo biológico das florestas líquidos dos impostos recuperáveis. O custo das terras arrendadas e o custo dos ativos que contribuem (terras próprias) baseado na média dos contratos de arrendamento vigentes nas mesmas regiões;
• Os preços médios de venda do eucalipto foram baseados em pesquisas especializadas em cada região e/ou em transações realizadas pelo Grupo com terceiros independentes, impactados pela distância média entre as florestas menos os custos necessários para colocação do produto em condições de consumo;
• A taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa é calculada com base em estrutura de capital e demais premissas econômicas para um negócio de comercialização de madeira em pé considerando os benefícios tributários. O modelo de precificação considera os fluxos de caixa líquidos, após a dedução dos tributos sobre o lucro com base nas alíquotas vigentes.
Cana-de-açúcar
O Grupo avalia anualmente, o valor justo de seus ativos biológicos, seguindo as seguintes premissas em sua apuração:
• Plantas portadoras são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e *impairment*;
• Plantas portadoras e as suas depreciações relacionadas são classificadas em ativo imobilizado;
• Cana em pé (safra em formação) são avaliadas pelo seu valor justo menos o custo de venda e classificados em ativos biológicos no ativo circulante.

2.13. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação, amortização e exaustão são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Sendo tais evidências identificadas e se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.14. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.
Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, o valor justo das contas a pagar a fornecedores não diverge do valor das compras, considerando os prazos médios de pagamento.

2.15. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.
Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso pretendido, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.16. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.
As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os efeitos da reversão do reconhecimento do desconto pela passagem do tempo são contabilizados no resultado como receita financeira.
A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.
As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.
A Provisão para Perdas de Créditos Esperadas ("PPCE" ou *impairment*) é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Imposto de renda e contribuição social - correntes
O Grupo é optante pelo Lucro Real em que os valores são calculados com base no resultado contábil apurado em cada exercício, ajustados por adições e exclusões previstas na legislação, e sobre o qual são aplicadas as alíquotas vigentes na data do encerramento de cada exercício social (15%, mais adicional de 10% para lucros superiores a R$240 anuais para o imposto de renda e 9% para a contribuição social).
Impostos diferidos
Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

2.18. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.
O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.
Receita financeira
A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.19. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, que é avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.
Ao adquirir um negócio, o Grupo avalia os ativos e passivos financeiros assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição, o que inclui a segregação, por parte da adquirida, de derivativos embutidos existentes em contratos hospedeiros na adquirida.

3. Estimativas e premissas contábeis significativas

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.
Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.
As estimativas, julgamentos e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão relacionadas a imposto de renda e contribuição social diferidos, valor justo dos ativos biológicos, provisões para contingências, taxas de vida útil estimada de seu imobilizado e valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros.

4. **Caixa e Equivalente de caixa**

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa e Bancos	134	1.360	6.254	9.180
Bancos em moeda estrangeira	-	-	1.760	26.474
Aplicação financeira	34.083	62.155	148.867	143.429
	34.217	63.515	156.881	179.083

Os recursos financeiros disponíveis são aplicados basicamente em operações compromissadas e certificados de depósitos bancários (CDB) com rendimentos atrelados à variação dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI).

5. Contas a receber

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Mercado interno	543	661	39.432	64.804
Partes relacionadas (Nota 8)	526	612	2.108	4.961
Mercado externo	-	-	37.759	51.191
Provisão para perdas de créditos esperadas	-	-	(1.528)	(1.640)
	1.069	1.273	77.771	119.316
Circulante	1.069	1.273	63.553	102.795
Não circulante	-	-	14.218	16.521

6. Estoques

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Imóveis (a)	100	22.236	13.890	36.415
Produtos acabados	-	-	126.186	74.973
Matéria prima	-	-	65.772	60.854
Almoxarifado	-	-	11.364	11.676
Materiais auxiliares	-	-	1.307	3.142
Provisão para perdas por desvalorização (a)	-	(8.586)	(120)	(8.680)
	100	13.650	218.399	178.380

(a) Conforme mencionado no Contexto Operacional (NE 1.1.1), em janeiro de 2023 houve a integralização de imóvel em fundo de investimento, no montante de R$ 13.550, e no mesmo momento, a baixa do *impairment* anteriormente reconhecido como provisão, no montante de R$ 8.586.

7. Impostos a recuperar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
ICMS (a)	-	-	18.863	32.826
PIS/COFINS	-	-	18.180	9.227
Reintegra (b)	-	-	3.267	3.209
IRPJ/CSLL	1.225	471	9.068	2.791
Outros	-	-	475	515
	1.225	471	49.853	48.568
Circulante	1.225	471	29.263	25.444
Não circulante	-	-	20.590	23.124

(a) Refere-se, preponderantemente, ao crédito de ICMS oriundo de aquisições de mercadorias aplicadas diretamente na produção, vinculados à exportação da CBF. Durante o período de 2023, a controlada CBF mantém provisão para perda sobre créditos no montante de R$ 37.240.
(b) Crédito decorrente do trânsito em julgado da ação judicial que questionava a redução da alíquota do Reintegra da controlada CBF.

8. Partes relacionadas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Ativo				
Circulante				
Contas a receber				
Aço Verde do Brasil S.A.	-	-	2.108	4.961
CBF	373	443	-	-
Destilaria Veredas	47	5	-	-
Ferroeste	38	63	-	-
Energia Viva	24	46	-	-
Veredas Agro	18	29	-	-
G5	6	10	-	-
Energia Viva de Minas	17	16	-	-
Sentinela	3	-	-	-
	526	612	2.108	4.961
Dividendos a receber				
CBF	2.439	-	-	-
	2.439	-	-	-
Não circulante				
Partes relacionadas (a)				
Outras	-	305	-	305
	-	305	-	305
Passivo				
Circulante				
Fornecedores				
Sentinela	2.000	-	-	-
	2.000	-	-	-
Dividendos a pagar				
Outras	1.264	37	1.264	37
	1.264	37	1.264	37
Não circulante				
Partes relacionadas (a)				
Ferroeste	-	5.141	-	-
Veredas Agro	-	25.707	-	-
Energia Viva de Minas	-	5.141	-	-
	-	35.989	-	-
Transações				
Vendas (b)				
Aço Verde do Brasil S.A.	-	-	131.202	-
	-	-	131.202	-

Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda

CNPJ: 17.360.322/0001-44

(a) Os valores referem-se a contas a receber e a pagar incluindo transações operacionais e conta corrente compartilhada entre empresas do Grupo, sem remuneração e com data prevista de vencimento. A Entidade vem recebendo os créditos com suas controladas mediante a compensação com dividendos a pagar, recebimentos em espécies e pagamentos por conta e ordem da Entidade a credores partes relacionadas.
(b) Essas transações de vendas para a Aço Verde do Brasil S.A. referem-se, principalmente, a venda de biocarbono e ferro-gusa.
Os saldos em aberto no encerramento do exercício não estão sujeitos a juros e não houve garantias prestadas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.
A Entidade não contabilizou qualquer perda por redução ao valor recuperável das contas a receber relacionada com os valores devidos por partes relacionadas.

9. Ativos biológicos
Os ativos biológicos do Grupo compreendem o cultivo e plantio de cana de açúcar e de florestas de eucalipto para transformação e utilização nos processos de produção de biocombustível e ferro-gusa.
O saldo dos ativos biológicos do Grupo é composto pelo custo de formação e da diferença do valor justo sobre o custo de formação, para que o saldo de ativos biológicos seja registrado a valor justo, menos os custos necessários para colocação dos ativos em condição de uso ou venda.
Consolidado
Cana-de-açúcar
Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía 7.156 (não auditado) (31 de dezembro de 2022 - 10.654 - não auditado) hectares de cana, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

	Custo	Avaliação	Total
Saldo em dezembro de 2021	11.905	1.039	12.944
Adições	56.930	(1.208)	55.722
Exaustão	(41.138)	-	(41.138)
Saldo em dezembro de 2022	27.697	(169)	27.528
Adições	30.562	1.069	31.631
Exaustão	(44.333)	-	(44.333)
Saldo em dezembro de 2023	13.926	900	14.826

Reflorestamento
Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía 28.437 (não auditado) (2022 - 23.882 - não auditado) hectares de florestas plantadas, desconsiderando as áreas de preservação permanente e reserva legal que devem ser mantidas para atendimento à legislação ambiental brasileira.

	Custo	Avaliação	Total
Saldo em dezembro de 2021	135.523	29.266	164.789
Transferências	3.824	-	3.824
Adições	105.732	-	105.732
Baixas	(20.257)	-	(20.257)
Exaustão	(72.171)	-	(72.171)
Avaliação	-	36.477	36.477
Saldo em dezembro de 2022	152.651	65.743	218.394
Adições	131.742	-	131.742
Baixas	(17.681)	(14.505)	(32.186)
Exaustão	(56.460)	(8.846)	(65.306)
Avaliação	-	73.305	73.305
Saldo em dezembro de 2023	210.252	115.697	325.949

10. Investimentos

	2022	Adições	Dividendos	Equivalência	2023
Em controladas e coligadas	816.129	40.675	(85.439)	139.891	911.256
Mais valia	47.250	-	-	(372)	46.878
Ágio	14.327	-	-	-	14.327
Outros investimentos	5.631	4	-	-	5.635
	883.337	40.679	(85.439)	139.519	978.096

	2021	Adições	Baixas	Dividendos	Equivalência	Combinação de negócios	Mudança de participação em subsidiária	2022
Em controladas e coligadas	617.539	58.910	(19.122)	(154.351)	212.115	96.222	4.816	816.129
Mais valia	17.404	-	-	-	(8)	29.854	-	47.250
Ágio	8.410	-	-	-	-	5.917	-	14.327
Outros investimentos	151	5.480	-	-	-	-	-	5.631
	643.504	64.390	(19.122)	(154.351)	212.107	131.993	4.816	883.337

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2023

	Capital social	Quantidade de ações possuídas	% participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Por equivalência
Ferroeste	32.611	32.610.589	100,00%	97.812	8.877	8.877
CBF	63.402	92.135	100,00%	87.441	10.268	10.268
G5	20.000	20.000.000	100,00%	56.632	710	710
Energia Viva Agroflorestal	47.381	47.380.936	100,00%	159.580	27.531	27.531
Destilaria Veredas	38.000	38.000.000	100,00%	75.941	14.336	14.336
Veredas Agro	121.000	121.000.000	100,00%	90.855	(5.578)	(5.578)
Energia Viva de Minas	85.096	85.095.596	100,00%	201.701	74.269	74.269
Sentinela Florestas	103.923	103.922.631	100,00%	104.089	2.705	2.705
Escarpas do Corumbá Empreendimentos Ltda.	11.981	4.492.875	37,50%	15.865	16.487	6.183
Cimento Açaí S.A.	40.869	20.434.500	50,00%	15.109	1.180	590
						139.891

Informações das investidas em 31 de dezembro de 2022

	Capital social	Quantidade de ações possuídas	% participação	Patrimônio líquido	Resultado do período	Por equivalência
Ferroeste	22.611	22.610.589	100,00%	105.936	19.450	19.450
CBF	34.000	92.135	100,00%	134.611	120.014	120.014
G5	6.000	6.000.000	100,00%	55.921	2.768	2.768
Energia Viva Agroflorestal	47.381	47.381.000	100,00%	138.049	22.044	22.044
Destilaria Veredas	38.000	38.000.000	100,00%	66.605	11.498	11.498
Veredas Agro	101.000	101.000.000	100,00%	76.432	1.494	1.494
Energia Viva de Minas	75.096	75.096.000	100,00%	117.431	36.357	36.357
Sentinela Florestas	95.923	95.923.000	100,00%	93.484	(2.532)	(2.738)
Escarpas do Corumbá Empreendimentos Ltda.	15.851	15.851.000	37,50%	13.537	5.231	1.960
Cimento Açaí	40.869	40.869.000	50,00%	14.519	(5.525)	(740)
						212.107

11. Imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Aeronave	Equipamentos de Informática	Em andamento	Total
Custo:									
Saldo em dezembro de 2021	18.626	11.924	1.909	1.063	711	3.317	922	851	39.323
Adições	-	3.249	-	-	2	-	31	647	3.929
Alienações/baixas	(36)	-	-	-	-	-	-	-	(36)
Transferências	-	1.063	-	-	131	-	-	(1.194)	-
Saldo em dezembro de 2022	18.590	16.236	1.909	1.063	844	3.317	953	304	43.216
Adições	-	-	-	-	-	-	149	2.620	2.769
Saldo em dezembro de 2023	18.590	16.236	1.909	1.063	844	3.317	1.102	2.924	45.985
Depreciação:									
Saldo em dezembro de 2021	-	(1.165)	(1.871)	(845)	(207)	(3.316)	(638)	-	(8.042)
Adições	-	(486)	(7)	(56)	(74)	(1)	(95)	-	(719)
Saldo em dezembro de 2022	-	(1.651)	(1.878)	(901)	(281)	(3.317)	(733)	-	(8.761)
Adições	-	(503)	(6)	(57)	(79)	-	(111)	-	(756)
Saldo em dezembro de 2023	-	(2.154)	(1.884)	(958)	(360)	(3.317)	(844)	-	(9.517)
Valor residual líquido:									
Saldo em dezembro de 2022	18.590	14.585	31	162	563	-	220	304	34.455
Saldo em dezembro de 2023	18.590	14.082	25	105	484	-	258	2.924	36.468

Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indicações de perdas por desvalorização do ativo imobilizado.

Consolidado	Terrenos	Edificações e instalações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Aeronave	Planta portadora	Equipamentos de Informática	Em andamento (a)	Total
Custo:										
Saldo em dezembro de 2021	343.718	73.567	144.284	32.220	2.287	23.241	106.734	2.229	25.881	754.161
Novas participações	35.695	-	-	-	-	-	-	-	-	35.695
Adições	12.638	3.947	4.182	5.766	294	-	18.745	429	38.179	84.180
Alienações/baixas	(13.260)	(481)	(1.510)	(2.230)	(75)	-	-	(48)	-	(17.604)
Transferências	26.687	3.065	16.287	-	131	-	-	-	(20.897)	25.273
Saldo em dezembro de 2022	405.478	80.098	163.243	35.756	2.637	23.241	125.479	2.610	43.163	881.705
Adições	5.002	404	12.128	2.485	230	-	-	779	79.254	100.282
Alienações/baixas	(517)	(35)	-	(280)	(26)	-	-	(11)	-	(869)
Transferências	-	5.798	34.136	27	-	-	-	20	(39.981)	-
Saldo em dezembro de 2023	409.963	86.265	209.507	37.988	2.841	23.241	125.479	3.398	82.436	981.118
Depreciação:										
Saldo em dezembro de 2021	-	(44.017)	(103.392)	(16.401)	(1.464)	(7.965)	(74.781)	(1.528)	-	(249.548)
Adições	-	(2.473)	(10.010)	(2.867)	(159)	(3.985)	(11.825)	(248)	-	(31.567)
Alienações/baixas	-	424	1.082	1.231	71	-	-	48	-	2.856
Saldo em dezembro de 2022	-	(46.066)	(112.320)	(18.037)	(1.552)	(11.950)	(86.606)	(1.728)	-	(278.259)
Adições	-	(2.379)	(9.535)	(7.815)	(181)	(3.986)	(11.163)	(355)	-	(35.414)
Alienações/baixas	-	5	-	89	22	-	-	6	-	122
Saldo em dezembro de 2023	-	(48.440)	(121.855)	(25.763)	(1.711)	(15.936)	(97.769)	(2.077)	-	(313.551)
Valor residual líquido:										
Saldo em dezembro de 2022	405.478	34.032	50.923	17.719	1.085	11.291	38.873	882	43.163	603.446
Saldo em dezembro de 2023	409.963	37.825	87.652	12.225	1.130	7.305	27.710	1.321	82.436	667.567

(a) As principais adições do imobilizado em andamento no período, referem-se a reforma de alto forno e investimento em planta portadora.
Em 31 de dezembro de 2023 não existiam indicações de perdas por desvalorização do ativo imobilizado.

12. Fornecedores

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores nacionais	7.217	32.529	110.157	125.299
Fornecedores internacionais	-	-	467	-
Partes relacionadas	2.000	-	-	-
	9.217	32.529	110.624	125.299
Circulante	9.217	24.235	98.984	94.759
Não circulante	-	8.294	11.640	30.540

13. Empréstimos e financiamentos

	Venci-mento	Moe-da	Indexador	Taxa %	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Capital de Giro (a)	nov/26	Real	CDI	16,49%	25.302	25.457	25.302	77.095
Rural (a)	nov/30	Real	FIXA/CDI	11,25%	-	-	147.317	144.031
Exportação (a)	fev/28	Real	FIXA/CDI	16,18%	-	-	144.224	51.272
Finame	set/23	Real	FIXA	3,50%	-	-	-	522
					25.302	25.457	316.843	272.920
Circulante					5.302	457	81.312	86.090
Não circulante					20.000	25.000	235.531	186.830

(a) Recursos destinados à manutenção operacional para aquisição de insumos, ativos biológicos, máquinas e equipamentos para a fabricação de produtos.
A taxa refere-se à taxa média ponderada, considerando as taxas vigentes em 31 de dezembro de 2023. São garantias dos empréstimos, aval e ativo imobilizado.
Os contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas restritivas (covenants).
Captações e amortizações

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo Inicial	25.457	-	272.920	149.633
Captações	-	25.000	172.000	140.000
Amortizações	-	-	(122.270)	(20.858)
Pagamentos de encargos	(3.981)	-	(45.239)	(18.989)
Bônus de adimplência	-	-	-	(11)
Juros incorridos	3.826	457	39.432	23.145
Saldo final	25.302	25.457	316.843	272.920

Os montantes registrados no passivo de longo prazo em 2023 têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2025	10.000	100.686
2026	10.000	75.263
2027	-	36.929
2028	-	10.271
Após 2028	-	12.382
	20.000	235.531

14. Adiantamento de contrato de câmbio
Os Adiantamentos de Contrato de Câmbio ("ACCs") são financiamentos tomados com o objetivo de financiar a produção a ser exportada. A taxa de juros varia entre 6,93% e 7,92% ao ano (4,59% e 6,93% em 2022) e vencimentos em até 360 dias.
Captações e amortizações

	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Saldo Inicial	37.470	59.334
Captações	80.884	36.623
Amortizações	(34.532)	(54.648)
Pagamentos de encargos	(1.615)	(1.405)
Juros incorridos	2.988	1.356
Variação cambial	(5.415)	(3.790)
	79.780	37.470

15. Adiantamentos de clientes
Em 2023, o saldo refere-se a adiantamentos recebidos de clientes a serem liquidados com a entrega futura de ferro-gusa.

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Nacionais	-	-	2.203	2.014
	-	-	2.203	2.014

16. Obrigações tributárias

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRPJ/CSLL (a)	-	-	4.698	41.604
PIS/COFINS	68	66	1.041	380
IRRF	12	14	548	503
ICMS	-	-	801	381
Outros	12	7	78	565
	92	87	7.166	43.433

(a) A redução observada é decorrente, principalmente, do resultado da controlada CBF.

17. Provisão para riscos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Cível	-	-	1.236	1.114
Trabalhista	-	-	2.467	1.273
Ambiental	-	-	8.656	9.187
	-	-	12.359	11.574

A provisão para processos cível e trabalhistas foi estimada pela administração consubstanciada significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas apenas as causas classificadas como risco de perda provável. O Grupo identifica a existência de processos judiciais cujo risco de perda foi classificado por sua assessoria jurídica como possível, com contingência no montante de R$ 125.612 (2022 - R$ 84.330), não sendo provisionados em conformidade com o julgamento da administração e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

18. Patrimônio líquido
a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Entidade, que totaliza R$ 332.335 (R$ 132.335 em 2022), é composto por 332.334.822 quotas (132.334.822 em 2022).
b) Reservas de lucro
Refere-se a lucros excedentes aos dividendos destinados a suportar os investimentos e a operação do Grupo.
c) Ajuste de avaliação patrimonial
Constituída, líquida dos encargos tributários, em decorrência da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) para os bens do ativo imobilizado, sendo realizada por depreciação ou baixa.

19. Imposto de renda e contribuição social
a) Tributos diferidos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Prejuízos fiscais e bases negativas	-	-	2.945	11
Variação cambial	-	-	(883)	(12)
Provisão	166	2.919	16.803	15.447
Arrendamento	-	-	1.212	1.092
Avaliação do Ativo biológico	-	-	-	57
Diferença de depreciação	-	-	488	359
Ajuste de avaliação patrimonial	(5.761)	(8.092)	(65.248)	(68.697)
Receitas diferidas	-	(95)	(374)	(876)
Diferença de depreciação	-	-	(1.986)	(2.391)
Mais valia terrenos em combinação de negócios	(15.121)	(15.121)	(15.587)	(15.559)
Mais valia em ativos biológicos em combinação de negócios	(817)	(944)	(2.110)	(2.490)
Avaliação do Ativo biológico	-	-	(7.568)	(3.453)
	(21.533)	(21.333)	(72.308)	(76.511)
Ativo	-	-	6.856	3.915
Passivo	(21.533)	(21.333)	(79.164)	(80.427)
	(21.533)	(21.333)	(72.308)	(76.511)

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	139.590	249.242	157.186	321.888
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa	(47.461)	(84.742)	(53.443)	(109.442)
Exclusões (adições) permanentes				
Equivalência	47.563	72.085	47.563	72.085
Subvenções	-	-	354	79
Reintegra	-	-	84	253
Adições/exclusões	(303)	15.757	(12.404)	(34.121)
	(201)	3.100	(17.846)	(71.146)
Efeito tributação Lucro Presumido	-	-	-	-
Ajuste períodos anteriores	-	4.101	(464)	4.055
PAT	-	-	97	405
Doaçoes incentivadas	-	-	368	1.020
Outros	-	23	48	334
Imposto de renda e contribuição social	(201)	7.224	(17.797)	(65.332)
Taxa efetiva %	0%	3%		(20%)
Corrente	-	(934)	(21.999)	(81.811)
Diferido	(201)	8.158	4.202	16.479
Total	(201)	7.224	(17.797)	(65.332)

20. Receita líquida de vendas
a) Abertura da receita líquida

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Mercado Externo				
Ferro-gusa	-	-	418.932	719.754
	-	-	418.932	719.754
Mercado interno				
Biocombustível	-	-	112.316	90.138
Ferro-gusa	-	-	91.548	177.868
Biocarbono e lenha	-	-	102.899	47.392
Aluguel	5.560	3.251	47.990	37.128
Imobiliária	-	-	1.903	55.262
Outros	86	-	3.458	5
	5.646	3.251	360.114	407.793
	5.646	3.251	779.046	1.127.547
Impostos e devoluções				
(-) ICMS	-	-	(27.440)	(29.820)
(-) PIS/COFINS	(522)	(300)	(19.131)	(20.103)
(-) INSS	-	-	-	(1.474)
(-) IPI	-	-	(1.172)	(3.155)
(-) Cancelamento e devoluções	-	-	(6.455)	(2.866)
	(522)	(300)	(54.198)	(57.418)
	5.124	2.951	724.848	1.070.129

b) Informações geográficas - receita bruta de clientes no exterior

	2023	2022
América do Norte	132.101	374.520
Europa	286.831	345.234
	418.932	719.754

21. Custos e despesas por natureza

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Matéria prima	-	-	(281.991)	(425.528)
Salários, encargos e benefícios	(28)	(35)	(75.947)	(61.936)
Exaustão de ativo biológico	-	-	(108.097)	(113.309)
Depreciação e amortização	(4)	(3)	(45.523)	(29.428)
Serviços de terceiros	(96)	(53)	(35.524)	(31.517)
Manutenção e conservação	-	-	(15.425)	(13.145)
Aluguel de equipamentos	-	-	(15.824)	(12.910)
Distribuição e logística	-	-	(27.427)	(31.596)
Apoio comercial	(1.126)	-	(11.590)	(11.131)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(880)	(1.183)
Tributos	(255)	(253)	(3.965)	(29.460)
Incentivos fiscais	-	-	2.806	15.687
Alienação de investimento e imobilizado	-	264	-	(31.953)
Perdas imobilizado/biológico	-	(8.586)	-	(8.586)
Ganho por compra vantajosa	-	46.391	-	46.391
Outras (a)	(1.103)	(85)	(4.791)	(17.275)
	(2.612)	37.640	(624.178)	(756.879)
Custo dos produtos vendidos	(144)	-	(585.619)	(689.198)
Despesas com vendas	-	-	(29.248)	(37.946)
Despesas gerais administrativas	(2.902)	(408)	(65.696)	(65.261)
Outras receitas (despesas) operacionais	434	38.048	56.385	35.526
	(2.612)	37.640	(624.178)	(756.879)

(a) Na Meca, o principal efeito nesta linha refere-se à pagamentos contratuais com a administradora do fundo de investimento imobiliário, conforme evento na nota explicativa 1.1.1, no montante de R$ 1.160.

22. Resultado financeiro

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receitas financeiras				
Rendimento de aplicação financeira	3.423	1.294	15.718	10.496
Juros multas e descontos	87	8	8.166	3.728
	3.510	1.302	23.884	14.224
Despesas financeiras				
Encargos de empréstimos e financiamentos	(4.616)	(2.595)	(43.200)	(26.692)
Juros e multas	(1.332)	(1.995)	(4.719)	(16.519)
Outros	(3)	(78)	(3.896)	(4.203)
	(5.951)	(4.668)	(51.815)	(47.414)
Variação cambial				
Variação cambial incorrida	-	-	(467)	3.301
Provisão variação cambial	-	-	2.562	2.273
	-	-	2.095	5.574
	(2.441)	(3.366)	(25.836)	(27.616)

24. Segmentos operacionais
O Grupo atua no segmento de siderurgia e biocombustível. No segmento siderúrgico consolida todas as operações relacionadas à produção, distribuição e comercialização de ferro-gusa. O segmento atende aos mercados de construção civil, serralheiro, automotivo, indústria e agropecuário.

25. Gestão de riscos e instrumentos financeiros
A administração do Grupo é responsável pela gestão de riscos garantindo que todos os riscos financeiros sejam identificados, avaliados e gerenciados de forma apropriada. É política do Grupo não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.
O Grupo está exposta a risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros, risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez.
a) Risco de mercado
O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado e pode ser segregado em: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço de *commodities*.
i) *Risco de taxa de juros*
A exposição do Grupo ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis.
ii) *Risco de câmbio*
A exposição do Grupo ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais, uma vez que o Grupo possui vendas ao exterior.
iii) *Risco de preço de commodities*
O ferro-gusa, produto de comercialização do Grupo, é uma *commodity* cujo preço de venda é determinado pelo mercado internacional levando-se em conta diversos fatores econômicos.
b) Risco de crédito
O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. O Grupo está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.
i) *Contas a receber*
O risco de crédito do cliente é feito de forma individualizada, conforme política previamente estabelecida. Adicionalmente, as operações de vendas muitas vezes são suportadas por cartas de crédito emitidas por instituições financeiras de primeira linha ou através de adiantamentos realizados pelos clientes.
A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes.
ii) *Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro*
O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria do Grupo de acordo com a política por este estabelecida.
c) Risco de liquidez
O Grupo mantém a continuidade dos recursos financeiros e a flexibilidade através de contas garantidas, Adiantamento de Contratos de Câmbio (ACC), empréstimos bancários e financiamentos destinados a investimentos.

Silvia Carvalho Nascimento e Silva
Diretora Presidente- CPF: 004.855.976-83

Gustavo Rozenbaum Bcheche
Diretor - CPF: 037.234.056-30

Lucilla Abdala Miranda Ferreira
Controller - CRCMG-69727/O

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Sócios da
Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Belo Horizonte - MG
Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa de Mecanização Rural Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. ("Entidade"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Entidade em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Entidade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor
A diretoria da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.
Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas
A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Entidade e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade e suas controladas.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SP-015199/O

Tomás L. A. Menezes
CRC MG-090648/O

M.I. Montreal Informática S/A.

CNPJ: 42.563.692/0001-26

Relatório da Administração

1. Introdução: Apresentamos a seguir o Relatório da Administração da M. I. Montreal Informática S.A. referente ao exercício de 2023.

2. Resultados Relevantes: 2.1 Os resultados no período: A M. I. Montreal Informática S.A. teve um exercício de 2023 marcado pela atuação da administração na revisão de custos e oportunidades para ganhos de eficiência e melhoras de margem nos contratos de prestação de serviço. A despeito desse cenário, as projeções da administração foram alcançadas, tendo apresentado lucro de R$ 30.315 milhões no exercício de 2023. O Patrimônio Líquido totalizou R$ 152.504 milhões no final deste exercício.

Contexto e Perspectivas: A inflação acumulada em 12 meses medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) fechou 2022 em 4,62%. O PIB cresceu 2,9% frente a 2022. A Companhia continua realizando investimentos em infraestrutura, renovação de equipamentos e em tecnologia, de forma a alcançar ganhos de eficiência e resultado.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Ativo	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	75.253	47.943	90.170	60.925
Impostos a recuperar	5	4.862	8.967	5.550	10.427
Estoque de mercadorias		1.550	1.463	1.550	1.463
Contas a receber	6	44.692	39.435	48.793	41.630
Adiantamentos e despesas antecipadas	7	3.784	7.073	3.946	7.294
		130.141	104.881	150.009	121.739
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	6	63.913	71.968	71.144	78.113
Depósitos, cauções e outros.		1.925	605	2.859	1.584
		65.838	72.573	74.003	79.697
Participações em controladas	8	23.331	19.540	-	-
Imobilizado	9	34.985	34.579	37.794	36.653
Intangível	10	2.644	3.393	2.702	3.503
		60.960	57.512	40.496	40.156
Total do ativo		256.939	234.966	264.508	241.592

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Fornecedores e contas a pagar	11	7.447	10.959	7.754	11.507
Obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	12/14	46.126	38.781	49.322	41.460
Empréstimos e financiamentos	13	17.554	24.928	18.123	26.058
		71.127	74.668	75.199	79.025
Não circulante					
Passivos contingentes	14	14.013	5.585	15.552	6.967
Empréstimos e financiamentos	13	15.794	27.378	17.265	27.534
Obrigações fiscais	12	3.501	2.640	3.962	3.346
		33.308	35.603	36.779	37.847
Total do passivo		104.435	110.271	111.979	116.872
Patrimônio líquido					
Capital social	20 (a)	105.717	105.717	105.717	105.717
Reserva de lucros	20 (b)	46.787	18.978	46.787	18.978
		152.504	124.695	152.504	124.695
Participação de não controladores		-	-	25	29
Total do patrimônio líquido		152.504	124.695	152.529	124.720
Total do passivo e patrimônio líquido		256.939	234.966	264.508	241.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração da mutação do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Retenção	Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2021	**10.105**	**2.021**	**105.345**	**-**	**117.471**	**29**	**117.500**
Aumento de Capital Social	95.612	-	(95.612)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.003	12.003	-	12.003
Outros resultados abrangentes	-	-	2.742	-	2.742	-	2.742
Total do resultado abrangente do exercício	**105.717**	**2.021**	**12.474**	**12.003**	**132.216**	**25**	**132.241**
Distribuição de dividendos	-	-	(7.521)	-	(7.521)	-	(7.521)
Constituição de reserva (nota 20b)	-	600	11.403	(12.003)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2022	**105.717**	**2.621**	**16.356**	**-**	**124.695**	**25**	**124.720**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	30.315	30.315	-	30.315
Outros resultados abrangentes	-	-	2.776	-	2.776	-	2.776
Total do resultado abrangente do exercício	105.717	2.621	19.132	30.315	157.786	25	157.811
Distribuição de dividendos	-	-	(5.341)	-	(5.341)	-	(5.341)
Ações em tesouraria	-	-	60	-	59	-	59
Constituição de reserva (nota 20b)	-	1.516	28.799	(30.315)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	**105.717**	**4.137**	**42.650**	**-**	**152.504**	**25**	**152.529**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Operações continuadas					
Receita de vendas e serviços	15	436.397	356.694	463.829	379.966
Custo de vendas e serviços	16	(332.396)	(286.511)	(357.408)	(309.487)
Lucro bruto		104.001	70.183	106.421	70.479
Despesas com pessoal	17	(24.810)	(21.014)	(24.830)	(21.600)
Despesas gerais e administrativas	18	(17.793)	(18.924)	(18.366)	(22.688)
Outras receitas e despesas líquidas		(13.871)	(6.336)	(16.655)	(4.593)
Lucro operacional		47.527	23.909	46.570	21.598
Receita financeira		9.155	7.786	10.746	11.644
Despesa financeira	19	(10.596)	(11.334)	(10.658)	(12.280)
Despesas financeiras líquidas		(1.441)	(3.548)	88	(636)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		46.086	20.359	46.658	20.962
Imposto de renda e contribuição social		(15.771)	(8.356)	(16.343)	(8.959)
Lucro líquido do exercício		30.315	12.003	30.315	12.003
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				30.315	12.003
Participação de não controladores				-	-
				30.315	12.003
Ações da Companhia em circulação no final do exercício				4.700	4.700
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da companhia				6,4500	2,5538

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

	Notas	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		30.315	12.003	30.315	12.003
Outros componentes do resultado abrangente					
Ajuste de períodos anteriores		2.776	2.742	2.776	2.742
Total do resultado abrangente do exercício		33.091	14.745	33.091	14.745
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				33.091	14.745
Participação de não controladores				-	-
				33.091	14.745
Ações da Companhia em circulação no final do exercício				4.700	4.700
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas da companhia				7,0407	3,1372

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro - Em milhares de reais

Fluxos de caixa de atividades operacionais	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	30.315	12.003	30.315	12.003
Ajustes de receitas e despesas não envolvendo caixa				
Depreciação e amortização	(3.447)	5.416	(3.533)	6.813
Equivalência patrimonial	(3.791)	4.858	-	-
Ajuste de períodos anteriores	2.776	2.742	2.776	2.742
	25.853	25.019	29.558	21.558
(Aumento) /Redução sobre impostos a recuperar	4.105	2.472	4.877	3.035
(Aumento)/Redução sobre estoques de mercadoria	(87)	117	(87)	117
(Aumento) /Redução sobre contas a receber	2.797	9.116	(194)	32.385
(Aumento)/Redução sobre adiantamentos e despesas antecipadas	3.290	1.499	3.348	1.415
(Aumento)/Redução sobre depósitos, cauções e outros	(1.320)	385	(1.274)	605
Aumento/ (Redução) dos fornecedores e outras obrigações	(3.511)	(6.372)	(3.753)	(6.720)
Aumento/(Redução) dos passivos contingentes	8.428	533	8.585	769
Aumento/(Redução) das obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias	8.206	2.878	8.478	2.656
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	21.908	10.628	19.980	34.261
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
(Aquisição) /alienação de ativo imobilizado e intangível	3.788	(5.955)	3.192	(7.402)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	3.788	(5.955)	3.192	(7.402)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento/ (Redução) dos empréstimos e financiamentos	(18.958)	809	(18.204)	(8.772)
Dividendos pagos no período	(5.341)	(7.521)	(5.341)	(7.521)
Ações em Tesouraria	60	-	60	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	(24.239)	(6.712)	(23.485)	(16.293)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	27.310	22.980	29.245	32.124
Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no início do exercício	47.943	24.963	60.925	28.801
Caixa e equivalentes de caixa e contas garantidas no final do exercício	75.253	47.943	90.170	60.925

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A **M.I. Montreal Informática S.A.,** (a "Companhia") e suas controladas (conjuntamente, o "Grupo") tem como objetivo operacional a prestação de serviços de tecnologia da informação, desenvolvimento, consultoria, planejamento, treinamento, integração de sistemas e soluções; infraestrutura de tecnologia, de projeto, gestão administração, operação e suporte técnico de data center, *help-desk, call-center* e de rede de comunicação; impressão eletrônica e atividades correlatas à produção de documentos impressos, inclusive documentos oficiais de identidade e habilitação; processamento de imagens, digitalização, micro filmagem, armazenamento de dados, biblioteconomia, guarda e gestão documental e *workflow* de negócios, *Business Process Management* **(BPM) e** *Enterprise Content Management* **(ECM)**, alocação de mão-de-obra técnica, locação, representação e licenciamento de software, comercialização de software e equipamentos, bem como outros serviços ligados à área de tecnologia da informação; fabricação, programação e desenvolvimento de software sistemas de informação, por encomenda, em regime de fábrica de software; gestão de contratos, intermediação, cobrança, terceirização de processos de negócios (BPO); implantação, operação e suporte a plataformas de identificação biométrica automatizadas, civis ou criminais públicas ou privadas e participação no capital de outras empresas.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as normas em vigor para as companhias de grande porte – Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC´s). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, ajustadas para refletir ativos financeiros, entre outros, mensurados ao valor justo. A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Demonstrações contábeis consolidadas e individuais:** As demonstrações contábeis consolidadas e individuais da controladora foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC's) e são divulgadas em conjunto. Nas demonstrações contábeis individuais, as controladas e as operações em conjunto com ou sem personalidade jurídica são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações contábeis individuais quanto nas demonstrações contábeis consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. **2.2. Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio *(goodwill)*.Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda *(impairment)* do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos das controladas são registrados no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". **(c) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma *joint venture* ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.4. Apuração do Resultado:** O resultado é apurado segundo o regime de competência entre exercícios. **2.5. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.6. Ativos financeiros: 2.6.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no seu reconhecimento inicial, sob as categorias ao valor justo por meio do resultado e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativo circulante. Os ativos financeiros classificados como títulos disponíveis para negociação referem-se a aplicações financeiras. **(b) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são os ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem o "Caixa e equivalentes de caixa", "Dividendos a receber", "Transações com partes relacionadas", "Contas a receber" e "Outros créditos". **2.6.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas Financeiras, Líquidas" no exercício em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação. Neste caso as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. **2.6.3. Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***2.6.4. Impairment* de ativos financeiros: (a) Ativos mensurados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. **(b) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). **2.7. Contas a receber:** As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa. Uma provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **2.8. Estoques:** Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação de estoque "custo médio ponderado" e o valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado menos custos para concluir e vender. **2.9. Intangível: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos. **(b) Relações contratuais com clientes:** As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente. **2.10. Imobilizado:** Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado e todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada como segue: Edificações - 20-25 anos; Máquinas - 8-10 anos; Veículos - 3-5 anos; Móveis, Utensílios e Equipamentos - 8-10 anos. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. **2.11. Empréstimos:** Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido do banco, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.12. Contas a pagar:** As contas a pagar são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.13. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou a unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) será testado. Uma perda é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo exceda seu valor recuperável. Esse último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo (ou de uma Unidade Geradora de Caixa – "UGC"), menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *redução*, com exceção do ágio, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por *impairment* na data do balanço. **2.14. Provisões:** As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes do imposto que reflita as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.15. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas brutas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. **2.16. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros, perdas nos instrumentos financeiros derivativos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos. **2.17. Imposto de renda e contribuição social:** Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido. O encargo de Imposto de Renda, Contribuição Social e Adicional do Imposto de Renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgado, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. Para apuração do imposto de renda e contribuição social a companhia adota o regime de lucro real. Utilizamos, com o benefício da Lei 11.196/2005, incentivos fiscais com base nos projetos identificados internamente que geraram melhor oportunidade de pesquisa e desenvolvimento tecnologico inovador. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 15% para o Imposto de Renda, 10% Adicional de Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia faz estimativa e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Imposto de Renda e Contribuição Social:** A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Caixa	-	41	6	41
Depósitos em conta corrente	20.308	11.208	20.396	11.290
Aplicação Financeira	54.739	36.581	69.562	49.376
Fundo fixo	8	13	8	18
Outros valores	198	100	198	200
	75.253	47.943	90.170	60.925

As aplicações financeiras são de curto prazo vinculadas a papéis de bancos de primeira linha com liquidez diária, isto é, prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Representam valores investidos lastreados em títulos privados ("CDB - Cédulas de Créditos Bancários e Debêntures) emitidos por instituições financeiras com rentabilidade média atrelada à DI CETIP ("CDI"). As debêntures representam operações compromissadas, registradas na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos S.A ("CETIP"), vinculadas com garantia de recompra das instituições financeiras.

5. Impostos a recuperar

Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía saldo de impostos a recuperar no montante de R$ 5.550 (2022: R$ 10.427), conforme tabela abaixo:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
IRRF s/ Serviços Prestados	1.734	5.607	2.222	5.990
ISS a Recuperar	2.438	2.052	2.458	2.176
Outros Impostos	690	1.308	870	2.261
	4.862	8.967	5.550	10.427

6. Contas a receber

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Contas a receber de clientes	37.996	28.290	41.383	30.250
Direitos a faturar	-	4.708	-	4.708
Outras contas a receber	1.412	537	1.412	548
Retenções contratuais	5.284	5.900	5.998	6.123
	44.692	39.435	48.793	41.630
Não circulante				
Contas a receber de clientes	63.913	71.968	71.144	78.113
	63.913	71.968	71.144	78.113
Total de contas a receber	108.605	111.403	119.937	119.743

Em 31 de dezembro de 2023, os saldos de contas a receber de clientes da Controladora incluíam contas vencidas há mais de 12 meses, no montante de R$ 63.913 (2022: R$ 71.968), parte deste valor está sendo cobrado judicialmente. Os advogados da Companhia entendem não haver possibilidade de perdas na realização dessas contas. Os valores a receber dos clientes em 31 de dezembro de 2023, estão distribuídos nos seguintes vencimentos:

	Controladora	Consolidado
Vencidos a mais de 181 dias	63.992	69.364
Vencidos entre 91 e 180 dias	139	231
Vencidos até 90 dias	8.186	10.571
A vencer	29.592	32.361
	101.909	112.527

7. Adiantamentos e despesas antecipadas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Adiantamentos a fornecedores	93	122	108	199
Adiantamentos a funcionários	733	408	779	461
Adiantamentos de numerários	34	37	34	37
Despesas antecipadas	2.924	6.506	3.025	6.597
	3.784	7.073	3.946	7.294

8. Participação em controladas

A empresa participa em 99,99% do capital social da **PC Service Tecnologia Ltda.**, sendo que o valor de seu investimento em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 23.280 (2022: R$ 19.487). No exercício de 2023 foi registrado ganho de equivalência patrimonial no montante de R$ 3.793. A empresa participa em 70% do capital social da **Mcare Tecnologia Ltda.**, sendo que o valor de seu investimento em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 52 (2022: R$ 53). No exercício de 2023 foi registrado perda de equivalência patrimonial no montante de R$ 1. No exercício de 2023 os investimentos tiveram uma variação positiva de R$ 3.792.

9. Imobilizado de uso

	Terrenos e edificações	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos	Imobilizações em curso e obras de arte	Direito de uso*	Total
Custo						
Em 1º de janeiro de 2022	9.337	305	43.715	3.344	20.752	77.453
Adições (baixas)	(344)	117	(2.230)	287	2.047	(123)
Em 31 de dezembro de 2023	8.993	422	41.485	3.631	22.799	77.330
Depreciação e *impairment* acumulados						
Em 1º de janeiro de 2022	(5.605)	(221)	(21.959)	-	(13.015)	(40.800)
Depreciação anual	179	(42)	(443)	-	1,570	1.264
Em 31 de dezembro de 2023	(5.426)	(263)	(22.402)	-	(11.445)	(39.536)
Valor contábil						
Em 1º de janeiro de 2022	**3.732**	**84**	**21.756**	**3.344**	**7.737**	**36.653**
Em 31 de dezembro de 2023	**3.567**	**159**	**19.083**	**3.631**	**11.354**	**37.794**

*Em atendimento a IFRS16 (Normas Internacionais de Contabilidade), os contratos de aluguel do grupo passaram a ser registrados nessa rubrica.

10. Intangível

Consolidado	Marcas e patentes	Benfeitorias	Softwares	Concessões e contratos	Total
Custo					
Em 1º de janeiro de 2022	103	745	6.841	426	8.115
Adições (baixas)	(43)	(745)	(2.284)	-	(3.072)
Em 31 de dezembro de 2023	60	-	4.557	426	5.043
Amortização e *impairment* acumulados					
Em 1º de janeiro de 2022	-	(692)	(3.920)	-	(4.612)
Amortização	-	692	1.579	-	2.271
Em 31 de dezembro de 2023	-	-	(2.341)	-	(2.341)
Valor contábil					
Em 1º de janeiro de 2022	**103**	**53**	**2.921**	**426**	**3.503**
Em 31 de dezembro de 2023	**60**	**-**	**2.216**	**426**	**2.702**

11. Fornecedores e contas a pagar

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fornecedores	6.280	9.531	6.554	9.901
Valores apropriar	240	240	240	240
Outras contas a pagar	927	1.188	960	1.366
	7.447	10.959	7.754	11.507

Os vencimentos das obrigações com fornecedores e demais contas a pagar em 31 de dezembro de 2023, estão distribuídas da seguinte forma:

	Controladora	Consolidado
A Vencer até 90 dias	7.447	7.754
	7.447	7.754

12. Obrigações fiscais e trabalhistas

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Remuneração	30.823	26.385	33.354	28.470
Encargos sociais	5.022	4.098	5.254	4.290
Impostos, taxas e contribuições	5.254	4.136	5.620	4.487
Retenções de terceiros a recolher	5.027	4.162	5.094	4.213
	46.126	**38.781**	**49.322**	**41.460**
Não circulante				
Obrigações fiscais	3.501	2.640	3.963	3.346
	49.627	**41.421**	**53.285**	**44.806**

13. Empréstimos e financiamentos

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Empréstimos bancários	13.734	19.729	13.734	19.729
Financiamentos	3.820	5.199	4.389	6.329
	17.554	**24.928**	**18.123**	**26.058**
Não circulante				
Empréstimos bancários	10.301	24.040	10.301	24.040
Financiamentos	5.493	3.338	6.964	3.494
	15.794	**27.378**	**17.265**	**27.534**
Total de empréstimos e financiamentos	**33.348**	**52.306**	**35.388**	**53.592**

No ano de 2023, em razão da boa gestão do fluxo de caixa, a companhia não realizou captação de recursos financeiros com instituições bancárias. Em atendimento a IFRS16 (Normas Internacionais de Contabilidade), os contratos de aluguel do grupo passaram a ser registrados na rubrica de financiamentos, esse total em 2023 equivale a R$ 9.313 na controladora, sendo R$ 3.820 no curto prazo e R$ 5.493 no longo prazo (2022 R$ 6.450 na controladora, sendo R$ 3.113 no curto prazo e R$ 3.338 no longo prazo), no consolidado este valor em 2023 é de R$ 11.354, sendo R$ 4.389 no curto prazo e R$ 6.964 no longo prazo (2022 R$ 7.737, sendo R$ 4.243 no curto prazo e R$ 3.494 no longo prazo).

Principais Indicadores Financeiros	2023	2022
EBITDA*	55.718	32.312
Liquidez Geral	1,87	1,61
Liquidez Corrente	1,83	1,40
Índice de Endividamento	0,69	0,88

14. Contingências

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Processos trabalhistas	3.099	3.552	5.286	4.134
Processos natureza tributária	10.989	2.105	10.989	3.487
	14.088	**5.657**	**16.275**	**7.621**

Os encargos tributários e as contribuições apuradas e recolhidas ou compensados pela sociedade e as declarações de rendimentos, estão sujeitos à revisão por parte das autoridades fiscais em prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável. Os passivos contingentes relativos a processos trabalhistas movidos contra a sociedade totalizam R$ 5.286 em 31 de dezembro de 2023, sendo: R$ 723 em curto prazo e R$ 4.563 em longo prazo (R$ 3.552 em 31 de dezembro de 2022, sendo: R$ 72 em curto prazo e R$ 3.480 em longo prazo), e estão cobertos em parte, de acordo com determinação judicial, por depósitos judiciais, no montante de R$ 1.543 em 31 de dezembro de 2023 (R$ 1.578 em 2022), não atualizados monetariamente e demonstrados na conta "depósitos, cauções e outros" no ativo realizável a longo prazo.

15. Receita de vendas e de serviços

A composição das receitas é a seguinte:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita de serviços	480.757	393.045	511.191	418.422
Impostos incidentes, desc. e Cancelamentos	(44.360)	(36.351)	(47.362)	(38.454)
	436.397	**356.694**	**463.829**	**379.968**

16. Custo de vendas e serviços

Análise do custo por categoria:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Remuneração, encargos e benefícios	(261.797)	(209.242)	(282.291)	(228.478)
Custos de software	(20.093)	(26.305)	(20.480)	(26.532)
Materiais de site	(4.381)	(2.419)	(4.381)	(2.419)
Parcerias vinculadas à tecnologia	(4.677)	(7.145)	(4.677)	(7.145)
Subcontratações	(14.915)	(13.678)	(15.101)	(13.928)
Aluguel e encargos	(3.558)	(2.391)	(4.140)	(2.735)
Serviços concessionários	(2.514)	(2.401)	(3.323)	(3.260)
Manutenção e reparos de equipamentos	(1.624)	(1.385)	(1.710)	(1.476)
Depreciação/Amortização	(6.420)	(6.244)	(7.398)	(7.350)
Outros custos	(12.417)	(15.301)	(13.907)	(16.164)
	(332.396)	**(286.511)**	**(357.408)**	**(309.487)**

17. Despesas com pessoal

Análise da despesa com pessoal por categoria:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Remuneração	(21.104)	(18.025)	(21.113)	(18.375)
Encargos sociais	(2.119)	(2.085)	(2.122)	(2.091)
Benefícios	(1.587)	(904)	(1.595)	(1.134)
	(24.810)	**(21.014)**	**(24.830)**	**(21.600)**

18. Despesas gerais e administrativas

Análise das despesas por categoria:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Despesas de software	(1.391)	(2.138)	(1.391)	(2.146)
Subcontratações	(3.805)	(2.139)	(3.982)	(2.140)
Aluguel e encargos	(896)	(856)	(908)	(1.014)
Serviços prestados por terceiros	(5.264)	(8.312)	(5.537)	(11.391)
Serviços de concessionária	(823)	(538)	(837)	(671)
Depreciação/Amortização	(3.842)	(2.780)	(3.911)	(2.931)
Outras despesas	(1.772)	(2.161)	(1.800)	(2.395)
	(17.793)	**(18.924)**	**(18.366)**	**(22.688)**

19. Despesas financeiras

Análise das despesas financeiras por categoria:

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Juros de empréstimos e financiamentos	(5.843)	(8.755)	(5.842)	(9.664)
IOF	(127)	(479)	(128)	(481)
Variação cambial passiva	(50)	(371)	(50)	(371)
Despesas bancárias	(101)	(462)	(110)	(473)
Juros sobre capital próprio	(3.704)		(3.704)	
Outras despesas financeiras	(771)	(1.267)	(824)	(1.291)
	(10.596)	**(11.334)**	**(10.658)**	**(12.280)**

Em 2023 a controladora obteve receita financeira decorrente dos investimentos no montante de R$ 7.985.

20. Capital social e reservas

(a) Capital social: O capital social da companhia é R$ 105.717 representado por 4.700.000 (quatro milhões e setecentos mil) ações, com valor nominal de R$ 22,49 (vinte e dois reais e quarenta e nove centavos). Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias. **(b) Reserva legal e de retenção de lucro:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim proteger a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O valor da reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é de R$ 4.137. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia para ser deliberado na Assembleia Geral dos acionistas, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

21. Compliance

O grupo Montreal possui implantado o Programa de Integridade, que visa assegurar a atuação de cada funcionário de acordo com as diretrizes e políticas previstas no Código de Ética da companhia. O Comitê de *Compliance* foi criado com objetivo de ser um órgão de assessoramento da Alta Administração, nas questões que envolvam violações aos valores éticos e de conduta. Responsável pela gestão de ações voltadas para o monitoramento e implementação de mecanismos de controles internos bem como a criação de testes e controles de prevenção, detecção e correção de atos não condizentes com os nossos valores, reafirmando, dessa maneira, o compromisso com a ética e a integridade em nossas atividades e negócios. Inovando no processo de fortalecimento da estrutura de controles, a companhia continua em busca constante, implementando medidas no aprimoramento de sua governança corporativa e dos sistemas de conformidade.

22. Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018), representa importante avanço na consolidação dos direitos do cidadão e grande desafio para as instituições para se adequarem aos dispositivos estabelecidos por esse normativo, no que se refere à implantação de mecanismos que garanta o pleno exercício dos direitos do titular dos dados, às medidas de segurança que devem adotadas e, principalmente, na consolidação de uma cultura organizacional focada na garantia da privacidade de dados pessoais. A Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) promoveu ao longo do ano de 2022 a publicação da Agenda Regulatória, trazendo alguns temas que serão abordados no curso do biênio 2022-2023. Com a divulgação do planejamento estratégico, a ANPD definiu objetivos que se encontram baseados em: ✓ promover o fortalecimento da cultura de proteção de dados pessoais; ✓ estabelecer um ambiente normativo eficaz para a proteção de dados pessoais; ✓ aprimorar as condições para o cumprimento das competências legais. Também foram disponibilizados, guias orientativos que abordam temas sobre a legislação e regimes de responsabilidade que visam implementar medidas de segurança da informação para a proteção dos dados pessoais. Ao longo do ano de 2023, a companhia promoveu a realização de eventos internos e atualizou controles internos com o objetivo de garantir segurança e padronização no tratamento de dados pessoais por pessoas ou entidades do setor privado e público, inclusive nos meios digitais, independente do país onde os dados estejam localizados.

23. Provisão de juros sobre capital próprio

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO - Em 31 de Dezembro - Em Reais

MUTAÇÕES	CAPITAL INTEGRALIZADO	LUCROS ACUMULADOS	RESERVA DE LUCROS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo em 31/12/2021	**10.105**	**66.781**	**40.586**	**117.472**
Lucro Líquido do Exercício		12.003		12.003
Outros Resultados Abrangentes			2.742	2.742
Dividendos Pagos			(7.523)	(7.523)
Aumento de Capital Social	95.612	(66.781)	(28.832)	-
Constituição de Reserva Legal		(600)	600	-
Saldo em 31/12/2022	**105.717**	**11.403**	**7.575**	**124.693**
Cálculo do Juros sobre Capital Próprio:				
Valor Total do Patrimônio Líquido em 31/12/2022				124.693
Base de Cálculo dos Juros Sobre o Capital Próprio (Total Patrimônio Líquido - Lucro Líquido) **(*)**				112.691
Valor dos Juros Equivalentes à TJLP do ano, 6,78% de R$ 112.691				**7.638**
50% de R$ 12.003 (lucro líquido correspondente ao período de apuração dos juros)				6.001
50% de R$ 107.367 (saldos de lucros acumulados e reservas de lucros de períodos anteriores)				53.683

A empresa optou por provisionar apenas R$ 3.704 de JCP no exercício de 2023, que representam o percentual de 48% do valor do apurado.

24. Ajuste de exercícios anteriores

A empresa realizou ajustes no exercício de 2023 no montante total de R$ 2.776, devido a motivo distintos que relacionamos a seguir: ✓ A empresa foi excluída do PERT por ausência de pagamento, após a comprovação dos mesmos pôde retornar para o programa, com os valores devidamente corrigidos. Este complemento foi contabilizado como ajuste de exercícios anteriores. ✓ A empresa instaurou processo de execução de precatórios n° 0268390, as correções monetárias referente aos anos anteriores a 2023 foram contabilizadas como ajuste de exercícios anteriores. ✓ A empresa instaurou processo n° 5204370-38.2023.8.13.0024 pertinente a retenção de ISS bi tributado em 2019. ✓

25. Novos pronunciamentos Técnicos, Revisões e Interpretações

Foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a revisão das normas abaixo, já vigentes no exercício de 2023, sem efeitos nas demonstrações contábeis da empresa:

Pronunciamento	Alteração/ Aprimoramento
CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis/ IAS 1 - Presentation of Financial Statements/ IFRS 2 - Practice Statements	Divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explica como identificá-las.
CPC 23 - Políticas Contábeis, mudanças de Estimativas e Retificação de Erro/ *IAS 8 - Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*	Explicação da distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.
CPC 50 Contratos de Seguro/ IFRS 17 - Insurance Contracts	Em 10 de janeiro de 2023, entrou em vigência a Norma IFRS 17/ CPC 50 "Contratos de Seguros", em particular, todas as entidades, incluindo aquelas que não são seguradoras, também terão de considerar se celebram quaisquer contratos que cumpram a definição de contratos de seguro.
IAS 12 - Tributos sobre o lucro	Requer que as entidades reconheçam, o imposto diferido sobre as transações de arrendamentos, obrigações de descomissionamento e restauração.

O IASB analisa a emissão de novos pronunciamentos e revisão de alguns existentes, que entraram em vigência em janeiro de 2024, com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC. À medida que os normativos forem regulamentados, a administração da empresa avaliará o impacto que tais pronunciamentos possam ter em suas demonstrações contábeis:

Pronunciamento	Alteração	Vigência
IAS 1 - Presentation of Financial Statements/ IRFS 2 - Practice Statementns	Para uma entidade classificar passivos como circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por, no mínimo, doze meses da data do balanço patrimonial.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 7 - Statements of cash flows/ IFRS - Financial Instruments Disclosures	Explica as características de acordos de financiamento de fornecedores e exige divulgação adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como abjetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade	a partir de 1º de janeiro de 2024
IFRS 16 - Leasing	Especifica os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.	a partir de 1º de janeiro de 2024
IAS 21 - The Effects of Changes in Foreign Exchange Rates	Moeda não passível de conversão	a partir de 1º de janeiro de 2025

26. Eventos subsequentes

Até a data de emissão destas demonstrações contábeis, não foram identificados eventos relevantes subsequentes a 31 de dezembro de 2023. A presente Demonstração encontra-se assinada por nosso C.E.O. **Eduardo de Abreu Coutinho** inscrito no CPF/MF 070.082.087-66 e **André Luiz Coelho Corrêa** inscrito no CPF/MF 024.198.607-99 Contador CRC-RJ nº 080.632-08.

***

DIRETORIA
Eduardo de Abreu Coutinho
Diretor Executivo

CONTADOR
André Luiz Coelho Corrêa
CRC RJ: 080.632-08

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos Srs. Administradores e Acionistas de **M.I. Montreal Informática S.A.**
Belo Horizonte - MG

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da **M.I. Montreal Informática S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações contábeis consolidadas da **M.I. Montreal Informática S.A**., suas controladas (consolidado), que compreendem balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como, as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das políticas contábeis matérias e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **M.I. Montreal Informática S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidado, bem como o desempenho consolidado de suas operações, para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para Opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação a **M.I. Montreal Informática S.A.** e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase – Ativos e Passivos contingentes (valores em milhares de reais):** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 14 às demonstrações contábeis sobre contingências a seguir relacionadas: **(a)** A **M.I. Montreal Informática S.A.,** possuí Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD's) – INSS no montante aproximado de R$ 292.305 (R$164.750 em valor histórico), com probabilidade de êxito possível, em conformidade com a opinião técnica de seus advogados. No exercício de 2008, em julgamento por maioria de votos deu-se provimento ao recurso para anulação de lançamento das Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD's), no montante total. (Acórdão Nº. 205-00. 656 de 03 junho de 2008). Em 2009, reconheceu-se ser a cobrança indevida pelo o Acórdão de no. 202-00.029, por unanimidade de votos. Com término da pandemia COVID-19, a Receita Federal retomou análise dos processos previdenciários, assim sendo não houve baixa das NFLD'S durante o exercício de 2023. Em 2023 a companhia promoveu uma revisão das Notificações Fiscais de Lançamentos de Débitos (NFLD's) e aguarda a retirada contínua do sistema de informação de todos os processos para homologação definitiva. **b)** A companhia aguarda decisão da execução fiscal – Dívida Ativa nº 521.561 – 7/11 - 2 e de nº 521.562 – 5/11 – 5, cujo objeto é a exigência de ISSQN (Imposto sobre serviço de qualquer natureza) em razão da prestação de suas atividades, relativos `as competências de 1997, 1998, 1999, 2000 e 2001, arbitrados pela Prefeitura Municipal de São Paulo, por presumir que a prestação dos serviços teria efetivamente ocorrido neste território; as competências somam o montante de R$ 25.696 (execução fiscal nº 0035998-04.1100.8.26.0090 e 0035999-86.1100.8.26.0090, respectivamente), (R$ 41.054 em 31.12.2023). Após a realização de uma nova perícia contábil, o processo está aguardando julgamento em 1ª Instância Judicial, onde o perito concluiu que o valor seria de R$ 226. **c)** A companhia possui uma ação de cobrança contra o DETRAN-PR na 1ºVara da Fazenda Pública do foro Central da Região Metropolitana de Curitiba pelos serviços prestados e não remunerados no valor original de R$ 14.138, que encontra-se demonstrado no Contas a Receber de Clientes – Não Circulante, com possibilidade de perda remota segundo os assessores jurídicos da companhia. A execução envolvendo indenização de lucros cessantes, custos de desmobilização e ressarcimento do valor pago à título de seguro garantia começou a ser processada no mês de Junho de 2021, assim sendo, o resultado da futura prova pericial destinada a qualificação dos fatores envolvidos na indenização poderá alterar o valor global inicialmente estimado, em razão da fixação de outros parâmetros envolvidos para este fim de prova técnica. Com base nesse cenário, encontrou-se a estimativa de crédito resultante da ação no valor de R$ 119.541 . É importante destacar que em o Estado do Paraná reconheceu de forma parcial o valor de R$ 60.820 à título de execução da indenização. Com base nessa informação foi promovida a correção monetária (IPCA-E) no valor de R$ 28.387.**Responsabilidades da administração e governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessária para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da **M.I. Montreal Informática S.A.** e suas controladas, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a **M.I. Montreal Informática S.A.** e suas controladas ou cessar suas operações, ou não teria nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da **M.I. Montreal Informática S.A**. e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria a fim de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **M.I. Montreal Informática S.A.** e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **M.I. Montreal Informática S.A**. e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **M.I. Montreal Informática S.A.** e suas controladas não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações contábeis das controladas e suas atividades para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. • Fornecemos também aos responsáveis da administração da **M.I. Montreal Informática S.A.** e suas controladas, declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de março de 2024.

GLOBAL AUDITORES INDEPENDENTES - CRC - DF n° 000810/0 - S - MG
JORGE LUIZ CALAZA ROCHA - CONTADOR - CRC - RJ n° 62.580/0-1 – S – MG

UCB S.A.

(anteriormente Entalpia Participações S.A.) CNPJ nº 32.803.503/0001-91

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais) - (*)(reapresentado)

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022(*)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022(*)
Ativo/Circulante		**7.727**	2.078	**238.655**	299.888
Caixa e equivalentes de caixa	4	**10**	4	**8.912**	19.870
Aplicação financeira em garantia	5	**–**	–	**3.163**	9.137
Contas a receber	6	**–**	–	**111.168**	123.451
Partes relacionadas	10	**1.489**	2.074	**–**	6.974
Ativo financeiro - derivativo	–	**–**	–	**–**	67
Ativo financeiro	11	**–**	–	**–**	9.444
Estoques	8	**–**	–	**93.168**	108.236
Impostos a recuperar	7	**5**	–	**13.337**	13.653
Adiantamento a fornecedores		**78**	–	**5.392**	5.601
Dividendos a receber	12	**6.136**	–	**–**	–
Outros créditos	9	**9**	–	**3.515**	3.455
Não circulante		**179.014**	109.458	**108.742**	114.457
Empréstimos com partes relacionadas	10	**–**	13	**–**	11.370
IR e CS diferidos	24	**–**	–	**28.994**	26.183
Depósitos judiciais	22	**–**	–	**6.767**	6.337
Outros créditos	9	**–**	–	**215**	672
Investimentos	12	**179.014**	109.445	**–**	1.870
Imobilizado	14	**–**	–	**62.494**	62.712
Ativo de direito de uso	15.1	**–**	–	**8.813**	4.285
Intangível	13	**–**	–	**1.459**	1.028
Total do ativo		**186.741**	111.536	**347.397**	414.345

Balanços patrimoniais	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022(*)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022(*)
Passivo/Circulante		**3.503**	655	**184.241**	216.506
Empréstimos e financiamentos	16	**–**	–	**41.431**	41.667
Fornecedores	17	**–**	478	**101.061**	136.112
Partes relacionadas	10	**104**	117	**–**	67
Passivo financeiro - derivativo	–	**–**	–	**526**	1.757
Passivos de arrendamentos	15.2	**–**	–	**3.007**	987
Obrigações trabalhistas e sociais	18	**–**	–	**16.834**	13.111
Obrigações fiscais	19	**–**	52	**4.830**	7.122
Adiantamento de clientes	–	**–**	–	**4.670**	5.598
Outras contas a pagar	20	**3.399**	8	**11.882**	10.085
Passivo não circulante		**141.638**	116.272	**121.556**	203.230
Empréstimos e financiamentos	16	**–**	–	**106.828**	188.851
Passivos financeiros - derivativo	–	**–**	–	**1.752**	4.581
Passivos de arrendamentos	15.2	**–**	–	**7.164**	3.973
Partes relacionadas	10	**141.638**	116.272	**–**	505
Outras contas a pagar	20	**–**	–	**100**	402
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	21	**–**	–	**5.712**	4.918
Patrimônio líquido		**41.600**	(5.391)	**41.600**	(5.391)
Capital social	23	**52.322**	52.322	**52.322**	52.322
Reservas		**(10.722)**	58.036	**(10.722)**	58.036
Resultado acumulado		**–**	(115.749)	**–**	(115.749)
Total do passivo e patrimônio líquido		**186.741**	111.536	**347.397**	414.345

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	Capital Social	Ações em tesouraria	Reservas: Reserva de capital	Reservas: Reserva de incentivo fiscal	Reservas: Reserva de pagamento baseado em ações	Transação de capital entre sócios	Reserva de retenção de lucros (estatutária)	Outras reservas	Lucros/(prejuízos) acumulados	Total	Participação de não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	58.126	–	70.485	59.632	–	–	–	(101.884)	(77.956)	8.403	175	8.578
Redução de capital - cisão parcial (jan/22)	(5.804)	–	–	–	–	–	–	–	–	(5.804)	–	(5.804)
Ganho sobre variação patrimonial por cisão parcial (jan/22)	–	–	15.531	–	–	–	–	–	–	15.531	(165)	15.366
Efeito reflexo - perda na aquisição Photon pela Componentes	–	–	–	–	–	(24.352)	–	–	–	(24.352)	–	(24.352)
Efeito reflexo - ganho sobre AFAC Unicoba Energia - dez/22	–	–	–	–	–	1.563	–	–	–	1.563	–	1.563
Efeito reflexo - reserva de incentivo fiscal Unicoba da Amazônia				35.127			–		(35.127)	–	–	–
Recebimento preço de aquisição plano de opções				–	69		–		–	69	–	69
Remuneração baseada em pagamento de ações				–	1.865	–	–	–	–	1.865	–	1.865
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	(3.150)	(3.150)	(10)	(3.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (originalmente apresentado)	52.322	–	86.016	94.759	1.934	(22.789)	–	(101.884)	(116.233)	(5.875)	–	(5.875)
Atualização de cotas subordinadas FIDC Fator UCB, líquido de impostos	–	–	–	–	–	–	–	–	484	484	–	484
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (*)	52.322	–	86.016	94.759	1.934	(22.789)	–	(101.884)	(115.749)	(5.391)	–	(5.391)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (*)	52.322	–	86.016	94.759	1.934	(22.789)	–	(101.884)	(115.749)	(5.391)	–	(5.391)
Reversão de reserva de incentivo fiscal (nota 23.d)	–	–	–	(94.759)	–	–	–	–	94.759	–	–	–
Recebimento preço de aquisição plano de opções	–	–	–	–	36	–	–	–	–	36	–	36
Remuneração baseada em pagamento de ações	–	–	–	–	1.392	–	–	–	–	1.392	–	1.392
Aquisição ações em tesouraria	–	(11.096)	–	–	–	–	–	–	–	(11.096)	–	(11.096)
Ajuste acumulado de conversão - UCB France	–	–	–	–	–	–	–	9	–	9	–	9
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	–	–	56.650	56.650	–	56.650
Destinações:												
(–) Reserva legal	–	–	–	–	–	–	–	2.833	(2.833)	–	–	–
(–) Reserva de retenção de lucros (estatutária)	–	–	–	–	–	–	32.827	–	(32.827)	–	–	–
Saldo em 31 de dezembro de 2023	52.322	(11.096)	86.016	–	3.362	(22.789)	32.827	(99.042)	–	41.600	–	41.600

Demonstrações dos resultados	Nota	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
		Exercícios findos em 31 de dezembro de		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
Receita líquida	25	**–**	–	**760.119**	777.628
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	26	**–**	–	**(554.472)**	(621.237)
Resultado operacional bruto		**–**	–	**205.647**	156.391
Despesas com vendas	26	**(26)**	(65)	**(44.508)**	(40.172)
Despesas administrativas e gerais	26	**(186)**	(2.210)	**(50.018)**	(47.970)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	**(538)**	–	**(7.307)**	(792)
Resultado de equivalência patrimonial	12	**73.778**	11.484	**(260)**	92
Resultado antes do resultado financeiro		**73.028**	9.209	**103.554**	67.549
Receitas financeiras	28	**41**	321	**8.817**	8.265
Despesas financeiras	28	**(16.419)**	(12.197)	**(56.433)**	(82.216)
Resultado financeiro líquido		**(16.378)**	(11.876)	**(47.616)**	(73.951)
Lucro/(prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		**56.650**	(2.667)	**55.938**	(6.402)
IR e CS - corrente	24	**–**	1	**(2.099)**	(4.924)
IR e CS - diferido	24	**–**	–	**2.811**	8.650
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		**56.650**	(2.666)	**56.650**	(2.676)
Lucro/(prejuízo) do exercício - atribuível aos acionistas controladores		**56.650**	(2.666)	**56.650**	(2.666)
Lucro/(prejuízo) do exercício - atribuível aos acionistas não controladores		**–**	–	**–**	(10)
Resultado líquido por ação		**–**	–	**0,9861**	(0,0449)

Demonstrações dos resultados abrangentes	Controladora 2023	Controladora 2022 (não revisado)	Consolidado 2023	Consolidado 2022 (não revisado)
	Exercícios findos em 31 de dezembro de		Exercícios findos em 31 de dezembro de	
Resultado do exercício	**56.650**	(2.666)	**56.650**	(2.676)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de tributos	**56.650**	(2.666)	**56.650**	(2.676)
Acionistas controladores	**56.650**	(2.666)	**56.650**	(2.666)
Acionistas não controladores	**–**	–	**–**	(10)

Demonstrações dos fluxos de caixa	Nota	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022(*)	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022(*)
Atividades operacionais					
Lucro/(prejuízo) antes do IR e CS		**56.650**	(2.667)	**55.938**	(6.402)
Ajustes por:					
Depreciação e amortização	13,14	**–**	–	**8.480**	6.870
Amortização de direito de uso	15	**–**	–	**2.057**	1.924
Provisão para perdas de créditos esperadas, líquido das reversões	6	**–**	–	**607**	585
Provisão para perdas nos estoques, líquido das reversões	8	**–**	–	**(506)**	691
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas, líquido das reversões	21	**–**	–	**357**	1.498
Resultado na baixa de bens do imobilizado e intangíveis	13,14	**–**	–	**601**	51
Apropriação de encarg. financ. de contratos de arrendamento	15	**–**	–	**1.098**	743
IR sobre receitas financeiras		**–**	–	**103**	374
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16	**–**	–	**18.968**	54.538
Atualização valor cotas subordinadas FIDC Fator UCB		**–**	–	**(985)**	(734)
Atualização juros aquisição ações em tesouraria		**608**	–	**608**	–
Provisão para perda contas a receber venda participação Unicoba Energia		**–**	–	**1.610**	–
Provisão para perda mútuo Energia Participações S.A.	28	**–**	–	**12.445**	–
Baixa contas a receber sócios		**–**	–	**6.342**	–
Resultado de operações de Swap/Hedge	29	**–**	–	**5.751**	9.074
Superveniência ativa		**–**	–	**–**	9.244
Baixa nulidade contrato serviços compartilhados - Unicoba Energia					14.429
Remuneração baseada em ações	24	**–**	1.865	**1.392**	1.865
Rendimento aplicação financeira		**–**		**(551)**	(2.619)
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	10	**15.749**	11.661	**(740)**	(1.171)
Atualização monetária contingências e depósitos judiciais		**–**	–	**(33)**	(467)
Equivalência patrimonial	12	**(73.778)**	(11.484)	**260**	(92)
Outros		**586**	–	**240**	–
		(185)	(625)	**114.042**	90.401
Em contas a receber		**–**	–	**11.676**	27.228
Em estoques		**–**	–	**15.574**	20.214
Em impostos a recuperar		**(5)**	–	**316**	4.182
Em adiantamento a fornecedores		**(78)**		**209**	12.759
Em outros créditos		**(9)**		**231**	143
Em depósitos judiciais		**–**	10	**40**	(159)
Em fornecedores		**(478)**		**(35.051)**	(15.523)
Em obrigações trabalhistas e sociais		**–**	454	**3.723**	3.247
Em obrigações fiscais		**(52)**	(5)	**(2.292)**	(4.660)
Em adiantamento de clientes		**–**		**(928)**	(176)
Em outras contas a pagar		**(9)**	6	**(144)**	368
		(816)	(160)	**107.396**	138.024
Juros pagos	16	**–**	–	**(14.924)**	(27.406)
IR e CS pagos		**–**	–	**(2.099)**	(4.924)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**(816)**	(160)	**90.373**	105.694
Atividades de investimento					
Aplicação financeira em garantia	5	**–**	–	**–**	(21.635)
Caixa cindido - Unicoba Energia		**–**	–	**–**	(6.762)
Resgate financeiro em garantia	5	**–**	–	**6.422**	44.618
Resgate cotas fundos de investimento - FIDC Fator UCB				**10.429**	–
Empréstimos a partes relacionadas	10	**(2)**	(9.303)	**(350)**	(13.866)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	10	**–**	9.234	**–**	373
Aquisições de itens do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	**–**	–	**(11.287)**	(34.729)
Recebimento preço de aquisição de opções de ações		**36**	69	**36**	69
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades investimento		**34**	–	**5.250**	(31.932)
Atividades de financiamento					
Aquisição de empréstimos e financiamentos	16	**–**	–	**25.331**	206.222
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	**–**	–	**(111.634)**	(271.183)
Pagamento de principal de passivos de arrendamento mercantil	15.2	**–**	–	**(2.472)**	(2.539)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas	10	**9.618**	9.397	**–**	10.354
Empréstimos a partes relacionadas	10	**–**	(9.234)	**241**	(9.243)
Recebimento/(Pagamento) na liquidação de instrumentos financeiros	29	**–**	–	**(9.744)**	(2.803)
Aumento de capital - UCB France (nov/23)		**(527)**	–	**–**	–
Pagamento de aquisição de ações próprias		**(8.303)**	–	**(8.303)**	–
Caixa líquido (aplicados na) provenientes das atividades de financiamento		**788**	163	**(106.581)**	(69.192)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**6**	3	**(10.958)**	4.570
Caixa e equivalentes de caixa					
No início do exercício		**4**	1	**19.870**	15.299
No fim do exercício		**10**	4	**8.912**	19.869
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		**6**	3	**(10.958)**	4.570

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: 1.1. Reorganização societária da Companhia: O Grupo UCB ou "Grupo" ("anteriormente Unicoba") foi fundado em 1973, e tem como holding controladora do grupo, a UCB S.A., alterada para essa razão social em 12 de junho de 2023 (anteriormente Entalpia Participações S.A.), a seguir denominada "Companhia" ou "UCB". A Companhia foi constituída em 8 de fevereiro de 2019, está sediada na cidade de Extrema - MG e tem por objeto a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia, quotista e acionista, a administração, locação e arrendamento de bens próprios. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o Grupo era composto pela UCB S.A. (anteriormente Entalpia Participações S.A.), UCB da Amazônia S.A. ("UCB da Amazônia"), anteriormente Unicoba da Amazônia S.A.; UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e e Informática S.A. ("UCB Componentes), anteriormente Unicoba Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.; Unicoba Energia Participações S.A. ("Unicoba Energia Participações"), Photon Participações S.A. ("Photon") e Unicoba Energia S.A. ("Unicoba Energia"). Em 27 de dezembro de 2021, uma vez que a Companhia tomou a decisão de postergar o processo de IPO ("Initial Public Offering"), iniciou-se um processo de reorganização societária para separar os negócios de Baterias e de LED, afim de retornar à sua estrutura societária anterior a esse evento, conforme previsto no acordo de acionistas. A primeira etapa, foi a incorporação da SF 225 Participações S.A. pela Unicoba Energia, uma empresa sem atividade operacional, sob controle comum do Grupo, em dezembro de 2021. Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia realizou uma cisão parcial, baixando integralmente seus investimentos com redução de capital social nos negócios de LED através dos desinvestimentos nas controladas Unicoba Energia Participações, e Unicoba Energia. Dessa forma, a Companhia passou a ser exclusivamente *holding* dos negócios de Baterias, tendo como subsidiárias integrais a UCB da Amazônia e a UCB Componentes, que têm como seus principais negócios, a produção e comercialização de baterias portáteis e soluções de armazenamento de energia. Também em 31 de janeiro de 2022, a controlada UCB Componentes adquiriu 100% das ações representativas da Photon Participações S.A., através da cessão do contas a receber contra os sócios fundadores, no valor atualizado de R$24.562. Em 28 de fevereiro de 2022, foi realizada a AGE que aprovou a incorporação da Photon Participações S.A. pela controlada UCB Componentes. Tendo em vista que a Companhia era detentora da totalidade do capital social da Photon, a incorporação não acarretou aumento do capital social da UCB Componentes, nem alteração do número de ações de sua emissão. Em 28 de fevereiro de 2023, a UCB da Amazônia realizou cisão parcial, segregando seu negócio de LFP (Lítio Ferro Fosfato), cujo acervo líquido foi incorporado pela UCB Componentes, com o objetivo de trazer maior readequação organizacional dos negócios na visão da Administração. Esta transação não gerou efeitos contábeis nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de UCB S.A. Em 6 de novembro de 2023, a Companhia abriu uma nova subsidiária integral UCB France SAS (UCB France), com o objetivo de expandir seus negócios no mercado internacional. O capital inicial foi de R$527. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. b) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamento de principal e juros" (também conhecido como "SPPI - Solely Payments of Principal and Interest" sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida); Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo incluem as aplicações financeiras em garantia e os instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Em 31 de dezembro de 2023, não há instrumentos classificados nesta categoria. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele [illegible] esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 270 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável à Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Os ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota explicativa 16. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. iii) *Instrumentos financeiros derivativos:* Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. Esses derivativos incluem contratos de swap e NDFs para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujo saldo líquido a pagar em aberto é de R$1.802 (R$5.932 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não adotou a prática contábil de *hedge accounting* em suas operações. Para mais informações, vide nota explicativa 29. c) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 4. d) Aplicações financeiras em garantia: Incluem aplicações financeiras para garantir alguns empréstimos relacionados aos negócios da Companhia seguindo os prazos dos empréstimos. e) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda e revenda de produtos e mercadorias e prestações de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. f) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. g) Imobilizado: *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e; • O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes, se necessários, são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. As vidas úteis estimadas para o exercícios correntes são as seguintes:

	2023 e 2022
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5
Bens em comodato (equipamentos de informática)	5
Benfeitorias	5

A Companhia não identificou indicativos que fizessem alterar as vidas úteis dos ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o [illegible] *financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, como estoques, imobilizado e IR e CS diferidos, são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo será estimado. O valor recuperável de ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 31 de dezembro de 2023, não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos não financeiros. j) Provisões: Reconhecidas quando: (a) A Companhia possui obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. (b) Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. k) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. l) Subvenções governamentais: A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS, que foram concedidos pelo Estado do Amazonas - AM e pelo Estado de Minas Gerais - MG. As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Extrema - Minas Gerais: Além disso, em 05 de dezembro de 2005, a UCB Componentes firmou um Protocolo de Intenções com o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de implantar uma unidade industrial no município de Extrema - MG. Neste protocolo, mediante ao Regime Especial, o Estado de Minas Gerais concedeu à UCB Componentes os seguintes benefícios: • diferimento de ICMS na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados à fabricação de nossos produtos; • diferimento de ICMS na aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, sendo 100% nas aquisições de indústrias e 33,33% nas aquisições de estabelecimentos comerciais; • crédito presumido de ICMS equivalente a 100% do imposto devido nas operações de saídas, resultando em carga tributária zero. Para usufruir destes benefícios, a UCB Componentes comprometeu-se a gerar empregos, diretos e indiretos, investimentos em novas tecnologias, desenvolvimento de novos produtos, treinamento e capacitação da mão de obra, meta de faturamento para 05 anos. Ressalta-se que este Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, é valido por prazo indeterminado. Adicionalmente, todos os compromissos assumidos pela UCB Componentes, foram honrados antes do prazo de 05 anos. Manaus - Amazônia: A Companhia, goza dos incentivos fiscais de ICMS para as empresas estabelecidas na Zona Franca de Manaus - AM, que são concedidos de forma isonômica e por produto, mediante apresentação e aprovação de projeto técnico-econômico junto à Secretária de Planejamento - SEPLAN, atualmente SEDECTI. Além do projeto aprovado, deverá cumprir as exigências previstas no artigo 19 da Lei nº 2.826 de 29 de setembro de 2003, com validade até 2073, conforme Emenda Constitucional nº 83 de 2014. Os benefícios recebidos pela Companhia são: (a) A bateria para notebook está enquadrada como bem de informática e goza do benefício de 100% de crédito estímulo, correspondente ao ICMS destacado nas notas fiscais de venda. Para gozar deste benefício a produção deve estar em conformidade com o Processo Produtivo Básico - PPB e destinar 5% do faturamento para investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D. (b) A bateria para celular goza do benefício de 100% de crédito estímulo sobre o ICMS destacado nas notas fiscais de venda, contudo, em razão do projeto ser anterior ao Decreto nº 5.906 de 26/09/2006, que trata dos benefícios fiscais concedidos aos bens de informática, não foi enquadrada nesta categoria e não está sujeita aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento - P&D. (c) A bateria LFP para uso em sistemas de energia e nobreak, goza do benefício de crédito estímulo de 100% para a fabricação de bens finais e de 90,25% para a fabricação de bens intermediários. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não teve que destinar para esse produto investimentos em pesquisa e desenvolvimento - P&D. (d) A bateria LFP para uso em telecom, goza do benefício de crédito estímulo de 100% para a fabricação de bens finais e de 90,25% para a fabricação de bens intermediários. Como esta bateria também está enquadrada como bem de informática, a Companhia deve destinar 5% do faturamento para investimentos em pesquisa e desenvolvimento - P&D. A Companhia goza dos benefícios fiscais concedidos pelo Governo Federal através do Decreto-Lei nº 288/67 e do incentivo de redução de 75% do IR calculado sobre o lucro da exploração, para empresas instaladas na área da SUDAM. Esses benefícios fiscais referem-se à redução de despesas e, portanto, são registrados como receita no resultado durante o exercício necessário para confrontar com a despesa que a subvenção governamental pretende compensar. As validades dos benefícios estão apresentadas a seguir: • ICMS Manaus (AM) - 31/12/2032 (prorrogável); • Lucro de Exploração IRPJ Manaus (AM) - 31/12/2026 (prorrogável). A Companhia reconhece provisão para pesquisa e desenvolvimento mensalmente seguindo a destinação de 5,0% do faturamento líquido para os itens que se enquadram como bens de informática (vide acima). Essa provisão está registrada conforme nota explicativa 20 e as constituições e reversões estão contabilizadas no resultado na rubrica de despesas com vendas. m) IR da Pessoa Jurídica (IRPJ) e CS sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente e diferido: O IR e a CS do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para IR e 9% sobre o lucro tributável para CS sobre lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CS limitada a 30% do lucro real. A despesa com IR e CS compreende os impostos de renda correntes e diferidos. i) *Despesas de IR e CS corrente:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii) *Despesas de IR e CS diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de IR e CS diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar as diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. n) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita do valor de desembolso. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. o) Receita de contrato com cliente: *Venda de bens:* A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. As controladas da Companhia concluem, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferí-los para o cliente. A Companhia possui vendas com pagamento à vista e a prazo, tendo sido avaliado pela Administração que o efeito do ajuste a valor presente para reconhecimento do componente financeiro não é relevante, uma vez que não existem recebimentos e pagamentos com prazos superiores a 1 ano. p) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente os descontos obtidos, juros recebidos e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente variação cambial, juros sobre empréstimos.

Administração da Companhia

George Mauro Kurtinaitis Fernandes - Presidente

Andréa Rangel Terranova - Diretora de Controladoria e Finanças

Contadora

Silvia Silva - CRC 1SP-207799/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **UCB S.A.** Extrema - Minas Gerais. Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da UCB S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.Ltda
CRC 2SP-015199/O-6
Vanessa Pereira Lima
Contador CRC 1SP-282743

UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.

(anteriormente Unicoba Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.) CNPJ nº 07.589.288/0001-20

Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais) - (*) (reapresentado)

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (*)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	**8.201**	2.095
Contas a receber	5	**101.721**	36.868
Partes relacionadas	10	**15.859**	20.825
Estoques	6	**66.280**	31.019
Impostos a recuperar	7	**8.155**	5.634
Adiantamento a fornecedores	8	**1.679**	4.648
Outros créditos	9	**1.800**	1.882
Total do ativo circulante		**203.695**	102.971
Não circulante			
Empréstimos com partes relacionadas	10	**24.994**	31.792
Ativos financeiros - FIDC	11	**–**	2.043
Imposto de renda e contrib. social diferidos	24	**20.902**	13.385
Depósitos judiciais	22	**312**	354
Outros créditos	9	**190**	671
Investimento	12	**–**	1.870
Imobilizado	14	**8.608**	5.330
Ativo de direito de uso	15.1	**8.813**	4.285
Intangível	13	**1.201**	941
Total do ativo não circulante		**65.020**	60.671
Total do ativo		**268.715**	163.642

Balanço patrimonial	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (*)
Passivo			
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	**4.989**	–
Fornecedores	17	**69.420**	34.633
Partes relacionadas	10	**2.147**	20.515
Passivo financeiro - derivativos	29	**476**	339
Passivos de arrendamentos	15.2	**3.007**	987
Obrigações trabalhistas e sociais	18	**11.844**	8.185
Obrigações fiscais	19	**4.281**	1.097
Adiantamento de clientes		**4.613**	1.964
Outras contas a pagar	20	**6.701**	3.811
Total do passivo circulante		**107.478**	71.531
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	**–**	6.729
Passivos de arrendamentos	15.2	**7.164**	3.973
Partes relacionadas	10	**82.120**	72.191
Outras contas a pagar	20	**100**	402
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	21	**4.881**	4.360
Total do passivo não circulante		**94.265**	87.655
Patrimônio líquido			
Capital social	23	**122.190**	107.121
Reservas		**18.431**	397
Prejuízo acumulado		**(73.649)**	(103.062)
Total do patrimônio líquido		**66.972**	4.456
Total do passivo e patrimônio líquido		**268.715**	163.642

Demonstração do resultado	Nota	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022 (*)
Receita líquida	25	**329.417**	181.729
Custos dos produtos vendidos e serviços prestados	26	**(219.263)**	(132.566)
Resultado operacional bruto		**110.154**	49.163
Despesas com vendas	26	**(37.099)**	(26.034)
Despesas administrativas e gerais	26	**(31.670)**	(16.531)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	**(1.324)**	(19.438)
Resultado de equivalência patrimonial		**(260)**	92
Resultado antes do resultado financeiro		**39.801**	(12.748)
Receitas financeiras	28	**3.359**	1.974
Despesas financeiras	28	**(27.833)**	(19.585)
Resultado financeiro líquido		**(24.474)**	(17.611)
Lucro/(Prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro		**15.327**	(30.359)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	24	**(500)**	–
Imposto de renda e contribuição social - diferido	24	**7.517**	4.676
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		**22.344**	(25.683)

Demonstração do resultado abrangente	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023	2022 (não revisado)
Resultado do exercício	**22.344**	(25.683)
Resultado abrangente total	**22.344**	(25.683)

Demonstração dos fluxos de caixa	Nota	31/12/2023	31/12/2022 (*)
Atividades operacionais			
Lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**15.327**	(30.359)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	13 e 14	**1.739**	1.057
Amortização de direito de uso	15	**2.057**	1.716
Resultado na baixa de bens do imobilizado e intangíveis	13 e 14	**326**	52
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas, líquido das reversões	21	**143**	1.318
Provisão para perdas de créditos esperadas, líquido das reversões	5	**653**	497
Provisão para perdas nos estoques, líquido das reversões	6	**(459)**	342
Provisão para perdas investimentos - Unicoba Energia	12	**1.610**	–
Apropriação de encarg. financ. de contratos de arrendamento	15	**1.098**	619
Imposto de renda sobre receitas financeiras		**–**	100
Rendimento aplicação financeira		**–**	(922)
Resultado de operações de Swap/Hedge	29.g	**2.919**	715
Atualização cotas FIDC Fator UCB		**(127)**	(108)
Remuneração baseada em ações		**1.233**	–
Provisão para perda sobre mútuo da Energia Participações S.A.	–	**12.245**	–
Baixa partes relacionadas - Unicoba Energia		**192**	–
Provisão de Superveniência ativa	10	**–**	6.847
Baixa nulidade contrato compartilhados - Unicoba Energia		**–**	14.429
Atualização depósitos judiciais		**378**	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	16	**205**	8.197
Juros sobre empréstimos com partes relacionadas	10	**5.307**	4.610
Equivalência patrimonial	12	**260**	(92)
		45.106	9.018
Em contas a receber		**(42.881)**	10.620
Em impostos a recuperar		**830**	(2.814)
Em estoques		**(18.758)**	3.198
Em adiantamento a fornecedores		**3.038**	505
Em depósitos judiciais		**42**	–
Em outros créditos		**414**	(176)
Em fornecedores		**11.994**	(16.207)
Em obrigações trabalhistas e sociais		**3.659**	–
Em obrigações fiscais		**1.619**	–
Em adiantamento de clientes		**2.842**	–
Em outras contas a pagar		**1.484**	(5.326)
		9.389	(1.182)
Juros pagos	16	**–**	(4.726)
Imposto de renda e contribuição social pagos		**(500)**	–
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		**8.889**	(5.908)
Atividades de investimento			
Aquisições de itens do ativo imobilizado e intangível	13 e 14	**(4.636)**	(2.633)
Resgate aplicação financeira em garantia		**–**	14.096
Resgate cotas subordinadas - FIDC Fator UCB		**1.303**	–
Recebimento de empréstimos com partes relacionadas	10	**33.423**	–
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	10	**(77.143)**	(93.038)
Caixa líquido aplicado nas atividades investimento		**(47.053)**	(81.575)
Atividades de financiamento			
Aquisição de empréstimos e financiamentos	16	**26.846**	16.944
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	16	**(28.667)**	(101.017)
Juros pagos empréstimos e financiamentos	16	**(124)**	–
Pagamento direito de uso	15.2	**(2.472)**	(2.218)
Liquidação de instrumentos derivativos	29.g	**(2.782)**	(376)
Empréstimos de partes relacionadas	10	**103.597**	182.766
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	10	**(52.128)**	(9.320)
Caixa líquido provenientes das atividades de financiamento		**44.270**	86.779
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**6.106**	(704)
Caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		**2.095**	2.799
No fim do exercício		**8.201**	2.095
Redução de caixa e equivalentes de caixa		**6.106**	(704)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de subvenção de ICMS	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas Transação de capital entre sócios	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	91.121	–	8.186	15.000	–	(77.379)	36.928
Aumento de capital (AGE 30/09/2022)	16.000	–	–	–	–	–	16.000
Aquisição participação societária Photon - jan/22	–	–	–	–	(24.352)	–	(24.352)
Efeito reflexo - ganho sobre AFAC Unicoba Energia - dez/22	–	–	–	–	1.563	–	1.563
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	(25.754)	(25.754)
Saldo em 31 de dezembro de 2022 - originalmente apresentado	107.121	–	8.186	15.000	(22.789)	(103.133)	4.385
Ajustes reapresentação (nota 2.2.)	–	–	–	–	–	71	71
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (*)	107.121	–	8.186	15.000	(22.789)	(103.062)	4.456
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (*)	**107.121**	**–**	**8.186**	**15.000**	**(22.789)**	**(103.062)**	**4.456**
Reversão reserva de incentivo fiscal (nota 23.c.)	–	–	(8.186)	–	–	8.186	–
Aumento de capital pela integralização do AFAC (AGE 18/09/2023)	15.000	–	–	(15.000)	–	–	–
Incorporação do segmento de LFP	69	38.870	–	–	–	–	38.939
Pagamento baseado em ações	–	1.233	–	–	–	–	1.233
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	22.344	22.344
Saldo em 31 de dezembro de 2023	122.190	40.103	–	–	(22.789)	(72.532)	66.972

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A., ou "Companhia," (anteriormente Unicoba Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.), cuja razão social foi alterada em 12 de junho de 2023, está sediada na cidade de Extrema e tem por objetivo a exploração do ramo da indústria, comércio de acumuladores elétricos, importação e exportação de componentes, equipamentos, produtos, máquinas, aparelhos, peças, periféricos e componentes, acessórios e suprimentos de telecomunicação, prestação de serviços e assistência técnica em equipamentos, componentes e produtos elétricos, eletrônicos e de informática. Até 31 de dezembro de 2019, a DM 03 Participações S.A. ("DM 03") era a controladora da Companhia. A DM03 foi constituída em 3 de agosto de 2018 e recebeu aporte de novos acionistas em 29 de julho de 2019, da Resource Efficiency Brasil Fundo de Investimento em Participações I - Multiestratégia, fundo administrado pela Gef Administradora Ltda. e Aerotec - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, administrado pela Confrapar Administração e Gestão de Recursos S.A., com investimentos destinados especificamente para o negócio de baterias. O negócio de baterias do Grupo UCB (UCB da Amazônia e UCB Componentes) estava estruturado societariamente através de uma holding controladora denominada Unicoba Baterias Participações S.A., que detinha 99,99% das ações das controladas UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A. ("UCB Componentes") e da UCB da Amazônia S.A. ("UCB da Amazônia"). O investimento da DM 03 na holding Unicoba Baterias Participações S.A., possibilitou que os acionistas originários conseguissem recomprar 100% das ações detidas pelo então sócio OEP Brasil e viabilizou a entrada dos novos sócios. Em julho de 2019, após o resgate de ações do OEP Brasil, a DM 03 procedeu a incorporação da Unicoba Baterias Participações S.A. passando a deter o controle direto da UCB da Amazônia e UCB Componentes, com 100% do capital das investidas. Em janeiro de 2020, a DM 03 foi cindida, vertendo parte de seu ativo para sua controlada UCB da Amazônia S.A e restante do seu ativo para sua outra controlada, UCB Componentes. Com esse movimento, a única acionista da DM 03, a UCB S.A. (anteriormente Entalpia Participações S.A.), assumiu a posição de holding das 2 entidades operacionais. Em 28 de fevereiro de 2023, a UCB da Amazônia realizou cisão parcial, segregando seu negócio de LFP (Lítio Ferro Fosfato), cujo acervo líquido foi incorporado pela Companhia, com o objetivo de trazer maior readequação organizacional dos negócios na visão da Administração. **3. Principais políticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Moeda estrangeira: Transações em moeda estrangeira são convertidas pelas taxas de câmbio nas datas de cada transação. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data do balanço. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração do resultado. b) Instrumentos financeiros: i) *Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamento de principal e juros" (também conhecido como "SPPI - Solely Payments of Principal and Interest") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e também com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida); Ativos financeiros ao custo amortizado: Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, partes relacionadas e outros créditos. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo incluem as aplicações financeiras em garantia e os instrumentos financeiros derivativos. Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado. Em 31 de dezembro de 2023, não há instrumentos classificados nesta categoria. *Desreconhecimento:* Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (a) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) A Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: • O valor do ativo; e • O valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). *Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:* Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas: Divulgações para premissas significativas - Nota explicativa 2; Contas a receber de clientes - Nota explicativa 6. A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original de juros. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 270 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. ii) *Passivos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado e passivos financeiros ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos. *Mensuração subsequente:* Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Essa categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Os ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos): Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros. Para mais informações, vide nota explicativa 14. *Desreconhecimento:* Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. iii) *Instrumentos financeiros derivativos:* Instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado do exercício. Esses derivativos incluem contratos de swap e NDFs para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, cujo saldo líquido a pagar em aberto é de R$476 (339 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A Companhia não adotou a prática contábil de *hedge accounting* em suas operações. Para mais informações, vide nota explicativa 29. c) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista realizáveis em até 90 dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. Os detalhes estão divulgados na nota explicativa nº 4. d) Aplicações financeiras em garantia: Incluem aplicações financeiras para garantir alguns empréstimos relacionados aos negócios da Companhia seguindo os prazos dos empréstimos. e) Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda e revenda de produtos e mercadorias e prestações de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. Caso contrário, estão apresentados no ativo não circulante. f) Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes, quando aplicável. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. g) Imobilizado: *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas, se aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e; • O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes, se necessários, são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço. As vidas úteis estimadas para o exercício correntes são as seguintes:

	2023 e 2022
Edificações	25
Máquinas e equipamentos	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Ferramentas	10
Computadores e periféricos	5
Veículos	5
Bens em comodato (equipamentos de informática)	5
Benfeitorias	5

A Companhia não identificou indicativos que fizessem alterar as vidas úteis dos ativos. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com valor contábil e são reconhecidos em "outras receitas (despesas) operacionais" na Demonstração de Resultado do exercício. h) Intangível: Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada, e perdas do valor recuperável quando aplicável. A amortização dos itens do intangível está sendo calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens revisada ao final de cada exercício. Os softwares apresentam vida útil de 5 anos (5 anos em 31 de dezembro de 2023) e são amortizados por este mesmo período pelo método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na vida útil, a amortização é revista prospectivamente para refletir as novas expectativas. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. i) Perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*): i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ii) *Ativos não financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, como estoques, imobilizado e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo será estimado. O valor recuperável de ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Em 31 de dezembro de 2023 não havia qualquer indicação de perda no valor recuperável de ativos não financeiros. j) Provisões: Reconhecidas quando: (a) A Companhia possui obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. (b) Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. k) Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por pelo menos 12 meses após a data do balanço. l) Subvenções governamentais: A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS, que foram concedidos pelo Estado do Amazonas - AM. As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas às condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. A Companhia goza dos incentivos fiscais de ICMS que foram concedidos pelo Estado de Minas Gerais - MG e na Zona Franca de Manaus - AM, que são concedidos de forma isonômica e por produto, mediante apresentação e aprovação de projeto técnico-econômico junto à Secretária de Planejamento - SEPLAN, atualmente SEDECTI. Além do projeto aprovado, deverá cumprir as exigências previstas no artigo 19 da Lei nº 2.826, de 29 de setembro de 2003, com validade até 2073, conforme Emenda Constitucional nº 83 de 2014. Os benefícios recebidos pela Companhia são: Em 05 de dezembro de 2005, a Unicoba Componentes firmou um Protocolo de Intenções com o Estado de Minas Gerais, com o objetivo de implantar uma unidade industrial no município de Extrema - MG. Neste protocolo, mediante ao Regime Especial, o Estado de Minas Gerais concedeu à Unicoba Componentes os seguintes benefícios: (a) Diferimento de ICMS na importação de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem destinados a fabricação dos produtos; (b) Diferimento de ICMS na aquisição de matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, de fornecedores localizados no Estado de Minas Gerais, sendo 100% nas aquisições de indústrias e 33,33% nas aquisições de estabelecimentos comerciais; (c) Crédito presumido de ICMS equivalente a 100% do imposto devido nas operações de saídas, resultando em carga tributária zero; (d) A bateria LFP para uso em sistemas de energia e nobreak, goza do benefício de crédito estímulo de 100% para a fabricação de bens finais e de 90,25% para a fabricação de bens intermediários. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não teve que destinar para esse produto investimentos em pesquisa e desenvolvimento - P&D; (e) A bateria LFP para uso em telecom, goza do benefício de crédito estímulo de 100% para a fabricação de bens finais e de 90,25% para a fabricação de bens intermediários. Como esta bateria também está enquadrada como bem de informática, a Companhia deve destinar 5% do faturamento para investimentos em pesquisa e desenvolvimento - P&D. A Companhia reconhece provisão para pesquisa e desenvolvimento mensalmente seguindo a destinação de 5,0% do faturamento líquido para os itens que se enquadram como bens de informática (vide acima). Essa provisão está registrada conforme nota explicativa 18 e as constituições e reversões estão contabilizadas no resultado na rubrica de despesas com vendas. Para usufruir destes benefícios, a Companhia comprometeu-se a gerar empregos, diretos e indiretos, investimentos em novas tecnologias, desenvolvimento de novos produtos, treinamento e capacitação da mão-de-obra. Ressalta-se que este Regime Especial concedido pelo Estado de Minas Gerais, é valido por prazo indeterminado. O referido benefício possui prazo indeterminado. m) Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) corrente e diferido: O imposto de renda e a contribuição social do exercício, corrente e diferido, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. i) *Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:* A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ii) *Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:* Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. n) Provisão para riscos cíveis e trabalhistas: A Companhia é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita do valor de desembolso. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. o) Receita de contrato com cliente: *Venda de bens:* A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. As controlas da Companhia concluem, de modo geral, que é o principal em seus contratos de receita, porque normalmente controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A Companhia possui vendas com pagamento à vista e a prazo, tendo sido avaliado pela Administração que o efeito do ajuste a valor presente para reconhecimento do componente financeiro não é relevante, uma vez que não existem recebimentos e pagamentos com prazos superiores a 1 ano. p) Receitas financeiras e despesas financeiras: As receitas financeiras abrangem basicamente os descontos obtidos, juros recebidos e variação cambial. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente variação cambial, juros sobre empréstimos. q) Resultado por ação: O resultado por ação é calculado mediante a divisão do lucro/prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média de ações ordinárias emitidas durante o exercício. r) Benefícios de curto prazo a empregados: Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

Administração da Companhia

George Mauro Kurtinaitis Fernandes - Presidente

Andréa Rangel Terranova - Diretora de Controladoria e Finanças

Silvia Silva - Contadora - CRC 1SP-207799/O-2

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e acionistas da **UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A. -** Extrema - MG. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A. ("Companhia"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 15 de abril de 2024.

EY Building a better working world

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP015199/O-6
Vanessa Pereira Lima
Contador CRC- 1SP282743

DESENVOLVIMENTO

CBL prevê duplicar produção de lítio em MG

Companhia deve realizar investimentos de US$ 70 milhões, o equivalente a R$ 360 milhões, na mina da Cachoeira

RODRIGO MOINHOS

A Companhia Brasileira do Lítio (CBL) estuda duplicar sua produção atual de 45 mil toneladas por ano de concentrado de lítio na mina da Cachoeira, situada nos municípios de Araçuaí e Itinga, no Vale do Jequitinhonha, também conhecido como Vale do Lítio. Para isso, deve investir cerca de US$ 70 milhões, o equivalente a R$ 360 milhões pela cotação atual, na planta.

Na planta de industrialização química, em Divisa Alegre, divisa de Minas com Bahia, o plano é triplicar a capacidade de produção de carbonato e hidróxido de lítio, chegando a 6 mil toneladas por ano de LCE, o carbonato de lítio equivalente, que é referência no mercado.

Segundo o CEO da CBL, Vinícius Alvarenga, a empresa está na fase inicial das discussões para fazer investimentos nas possíveis ampliações, visando aumentar a produção do mineral e expandir a quantidade dos compostos. "O valor do investimento, como ainda está em estudo, pode ser maior ou menor que o estimado, mas ainda assim, faremos", afirmou. Segundo ele, os prazos para os investimentos da CBL na extração do lítio em Minas Gerais ainda não foram definidos.

Localizada nos municípios de Araçuaí e Itinga, a mina subterrânea – denominada Mina da Cachoeira – possui galerias que atingem até 220 metros de profundidade e 14 quilômetros de extensão. A lavra é feita pelo método *sublevel stoping*, com padrões extremos de segurança, o que inclui equipamentos comandados por controle remoto, perfuratrizes Jumbo e Fandrill, *software* de sequenciamento de lavra, estudos e acompanhamento geomecânico. Recentemente, a empresa implantou um sistema de monitoramento geomecânico dinâmico microssísmico, tornando a CBL uma das poucas brasileiras a utilizar esta tecnologia.

De acordo com o CEO, a empresa obteve este ano o selo BV ESG 360, desenvolvido pela Bureau Veritas, com o objetivo de entender o nível de maturidade sustentável da empresa de forma 360º e diagnosticar e mensurar os principais cenários de melhoria dentro das métricas sustentáveis até a obtenção da certificação. "Obtivemos a certificação e acreditamos na extrema importância de garantir aos clientes que operamos com Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG). Somos a única do mundo com essa certificação", comemorou.

A demanda por baterias de lítio nos Estados Unidos deve crescer mais de seis vezes e se traduzir em US$ 55 bilhões por ano até o final da década, mas ainda assim o País deve depender de importações para abastecimento, acrescentou o relatório da aliança público-privada Li-Bridge.

De olho nesse mercado, empresas instaladas no Vale do Lítio, localizado no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, estão atentas e promovendo investimentos na produção. Como é o caso da Atlas Lithium, que pretende investir R$ 1 bilhão em cinco cidades de Minas Gerais, incluindo seu projeto de extração e beneficiamento de lítio, no Vale do Jequitinhonha, que receberá a maioria dos investimentos, com estimativa de R$ 750 milhões.

Outra empresa é a Sigma Lithium, que vai praticamente duplicar sua produção de lítio verde no complexo industrial Grota do Cirilo, também no Vale do Jequitinhonha, após seu conselho de administração aprovar investimentos de US$ 100 milhões (cerca de R$ 505 milhões) na instalação de uma segunda linha.

ZINCO

Nexa fecha com BNDES financiamento de R$ 200 milhões

THYAGO HENRIQUE

A Nexa Recursos Minerais firmou um contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no valor de R$ 200 milhões. O acordo, segundo a empresa, tem como propósito apoiar a implementação de suas práticas sustentáveis e está diretamente ligado à melhoria contínua de seus indicadores ambientais e sociais.

A subsidiária brasileira da Nexa Resources, uma das maiores produtoras de zinco do mundo, será a primeira mineradora financiada pela instituição por meio do programa "BNDES Crédito ASG". A operação segue o conceito de empréstimo vinculado, em que as condições financeiras podem melhorar conforme o cumprimento de contrapartidas de sustentabilidade pela companhia.

Entre as compensações estabelecidas pelo banco, está a elaboração de uma política de responsabilidade socioambiental, focada em educação e diversidade. Outra solicitação é para a obtenção de uma certificação em responsabilidade social para a unidade da Nexa em Três Marias.

O BNDES ainda estipulou que a companhia obtenha o selo ouro no padrão internacional GHG Protocol, utilizado pelas empresas para divulgação das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Para conquistar o certificado, a Nexa deverá cumprir o ciclo de participação e publicar seu inventário de emissões de escopo 1 e 2, respectivamente, aquelas decorrentes da atividade da mineradora e de seu consumo de energia, na plataforma do Registro Público de Emissões.

Em relação à descarbonização, é válido ressaltar que a Nexa tem como objetivo global zerar suas emissões líquidas de GEE até 2050. Com este foco, a empresa estabeleceu metas interinas de redução de 20%, ou 52 mil toneladas, nas emissões diretas até 2030 e neutralidade até 2040. E está apostando fortemente em projetos sustentáveis para mitigar as emissões de suas unidades.

No município de Três Marias, por exemplo, a companhia está trocando o uso de combustíveis fósseis na produção para biocombustível, ação que representará uma diminuição nas emissões em 25 mil toneladas por ano. Outra ação que trouxe benefícios neste sentido foi feita em Vazante, com a troca do antigo moinho de bolas por um novo. Em 2024, a Nexa deve investir US$ 68 milhões no Estado e a intenção é seguir com iniciativas que diminuam os impactos ambientais.

Para o vice-presidente sênior de Finanças e CFO da Nexa, José Carlos del Valle, o financiamento do BNDES não é apenas um impulso financeiro às iniciativas da empresa. Segundo ele, é também um reconhecimento dos esforços para integrar práticas sustentáveis na estratégia de negócios.

"Desde 2022, tornamos públicos nossos compromissos ESG de longo prazo, reforçando nossa transparência e determinação em impulsionar ações concretas em temas como redução de emissões, segurança, água e equidade de gênero", destacou o executivo. Vale dizer que esta não foi a primeira vez que a companhia adquiriu recursos vinculados a critérios ESG. Em outubro de 2023, a Nexa anunciou sua primeira operação desse tipo, uma linha de crédito rotativo de US$ 320 milhões, com foco na redução das emissões de CO_2.

Neoindustrialização brasileira - Para o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, o apoio da instituição ao projeto da Nexa está em sintonia com a prioridade conferida pelo governo federal à neoindustrialização brasileira. Isso porque estimula o aproveitamento de minerais estratégicos para a descarbonização da economia.

Na visão do diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior do banco, José Luis Gordon, ao conceder o primeiro crédito ASG para uma empresa do setor mineral, o BNDES ajuda a induzir uma retomada da atividade industrial em bases mais sustentáveis, alinhada à agenda do clima e à nova política industrial, capaz de gerar empregos e renda no País.

MINÉRIO DE FERRO

Produção da Vale em Minas cresceu 12,5%

Foram processados no 1º trimestre deste ano 34,9 milhões/t; em igual período de 2023, volume foi de 31 mi/t

MARCO AURÉLIO NEVES

A produção de minério de ferro da Vale, no primeiro trimestre deste ano (1T24), foi de 34,9 milhões de toneladas em Minas Gerais. O montante equivale a um crescimento de 12,5% em relação ao mesmo intervalo de tempo em 2023 (1T23), quando foram produzidos 31 milhões de toneladas, e queda de 13,9% em comparação ao quarto trimestre do exercício passado (4T23), momento em que a produção atingiu 40,54 milhões de toneladas.

Somente no Sistema Sudeste, que compreende os complexos de Itabira, Minas Centrais e Mariana, a companhia processou19,5 milhões de toneladas entre janeiro e março de 2024. Esse valor representa alta de 5,1% frente ao mesmo período de 2023 (18,6 milhões de toneladas) e recuo de 9,4% ante os três meses anteriores (19,73 milhões de toneladas).

No balanço, a Vale afirmou que o desempenho avançou 1,0 Mt a/a, impulsionado pelo desempenho operacional das plantas de Brucutu e Timbopeba e maiores compras de terceiros. Também disse que esses efeitos foram parcialmente compensados pela menor produção em Alegria, causada por ajustes na planta para aumentar o processamento de minério de maior qualidade.

Já no Sistema Sul, que inclui os complexos de Paraopeba e Vargem Grande, a Vale produziu 15,34 milhões de toneladas no 1T24. O montante significa alta de 23,8% no confronto com o 1T23 (12,39 milhões de toneladas) e retração de 19% em relação ao 4T23 (18,94 milhões de toneladas).

No relatório, a mineradora informou ainda que a produção do referido sistema aumentou 2,9 Mt a/a, principalmente devido à maior estabilidade em Vargem Grande e Mutuca, com iniciativas para minimizar o impacto das chuvas dando resultados. Além de também terem sido realizadas maiores compras de terceiros.

Produção total - Quanto à performance geral da Vale no 1T24, a produção de minério de ferro total foi de 70,84 milhões de toneladas, devido ao melhor desempenho operacional no S11D, no Sistema Norte, no Pará, pela continuidade das iniciativas de confiabilidade dos ativos, e aumento das compras de terceiros. Esse montante representa alta de 6,1% na comparação com o 1T23 (66,77 milhões de toneladas) e queda de 20,8% no confronto com o 4T23 (89,39 milhões de toneladas). O S11D alcançou a maior produção em um primeiro trimestre desde 2020.

Segundo a Vale, o desempenho no primeiro trimestre deste ano foi marcado por, além da melhoria nas operações de minério de ferro, vendas robustas do insumo siderúrgico, que aumentaram 14,7% a/a e totalizaram 63,8 milhões de toneladas. As vendas foram impulsionadas pela ausência de restrições de carregamento portuário que impactaram negativamente o porto Ponta da Madeira no primeiro trimestre do ano anterior.

A diferença entre a produção e as vendas é explicada pelos efeitos da cadeia de valor da empresa e pela formação de estoques de cargas em trânsito para os centros de distribuição.

Finos de minério - A comercialização de finos de minério de ferro subiu no primeiro trimestre deste ano em relação ao ano anterior com as condições favoráveis do mercado. Conforme o balanço operacional da empresa, foram vendidos 52,54 milhões de toneladas do produto, alta de 14,6% frente ao mesmo período do ano passado (45,86 milhões de toneladas) e queda de 32,5% em relação ao quarto trimestre de 2023 (77,88 milhões de toneladas).

PROJETO COLOSSUS

Viridis avança com projeto de terras-raras em Poços de Caldas

THYAGO HENRIQUE

A Viridis Mineração e Minerais, que está investindo em Minas Gerais para exploração de terras-raras, anunciou avanços significativos no projeto Colossus, situado em Poços de Caldas, no Sul do Estado. A empresa australiana informou que os testes metalúrgicos feitos em amostras do complexo revelaram as mais altas taxas globais de recuperação dos elementos raros.

Conforme a companhia, as análises indicaram uma recuperação média de até 67% para neodímio (Nd) e praseodíminio (Pr), e 65% para disprósio (Dy) e térbio (Tb). Apontando para um futuro promissor, os resultados foram obtidos em diferentes áreas do Colossus, sendo que o projeto contempla 228,62 quilômetros quadrados de licenças e possui quatro depósitos principais.

Os trabalhos apontaram os seguintes desempenhos para cada depósito. Concessões Norte teve uma recuperação média de 63% para Nd + Pr e 65% para Dy + Tb. No de Cupim Sul, de 67% para Nd + Pr e 53% para Dy + Tb. Já no Capão da Onça, ficou em 59% para Nd + Pr e a mesma porcentagem para Dy + Tb. Enquanto no Ribeirão, Nd + Pr foi de 59% e Dy + Tb de 49%.

"Este é o primeiro conjunto de testes em massa concluído no empreendimento e os resultados superaram nossas expectativas. Isso posiciona o Colossus como um dos projetos líderes mundiais para recuperação de Nd, Pr, Dy e Tb usando extração simples e eficaz. Esses resultados são um bom presságio para o fornecimento de um ativo mineral crítico de baixo Capex e Opex", destacou o CEO da Viridis, Rafael Moreno, no comunicado emitido pela mineradora.

O executivo também disse que as Concessões do Norte continuam demonstrando porque seguem como base para transformar o projeto de terras raras da Viridis como o principal depósito mundial de argila de adsorção iônica. Isso porque, de acordo com ele, o terreno contém os mais altos teores de terras raras pesadas na superfície do complexo alcalino de Poços de Caldas, onde o empreendimento está inserido, e as melhores recuperações iônicas médias de Dy e Tb no mundo.

Menos impacto econômico e ambiental - Ainda conforme Moreno, a consistência dos resultados confirma que a maior parte da mineralização de terras raras da empresa na região está ligada justamente às argilas iônicas. Logo, os elementos raros presentes nos materiais podem ser extraídos de maneira relativamente simples e econômica, usando um processo de lavagem com uma solução salina em temperatura ambiente, como o sulfato de amônio. O método, segundo ele, é benéfico em relação a outros.

"Ao contrário dos projetos de terras-raras de rocha dura, o Colossus não exigirá detonações, ácidos corrosivos, altas temperaturas e pressões, vapores tóxicos e fluxos de resíduos radioativos para extrair terras raras, permitindo que o empreendimento evite as implicações econômicas e ambientais significativas associadas", explicou, reiterando que a companhia espera atualizar, em breve, os acionistas com mais exploração e resultados metalúrgicos do projeto em Minas Gerais.

Empresa investirá mais de R$ 1 bilhão no Estado - Em agosto de 2023, a Viridis adquiriu 100% dos direitos dos elementos de terras-raras para o projeto Colossus. Em fevereiro deste ano, a empresa assinou um protocolo de investimentos com o governo de Minas Gerais para construção de uma planta de beneficiamento e tratamento de minérios em Poços de Caldas. A mineradora australiana vai investir R$ 1,35 bilhão na instalação.

A estimativa é que o empreendimento crie aproximadamente 120 postos de trabalho permanentes. Além da geração de empregos, o projeto da companhia no Sul do Estado promete potencializar a atração de outras empresas que utilizam esse tipo de minério como matéria-prima, o que tende a fortalecer toda a cadeia produtiva. Vale dizer que as terras raras são utilizadas em uma ampla gama de aplicações industriais e tecnológicas em razão de suas propriedades únicas.

Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.

PNAD CONTÍNUA

Renda em MG é a maior dos últimos 12 anos

Trabalhadores encerraram 2023 com rendimento médio de R$ 2.753, valor 13,49% maior que os R$ 2.417 do ano anterior

MARCO AURÉLIO NEVES

A renda dos trabalhadores de Minas Gerais cresceu no ano passado, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O rendimento médio real habitual em todos os trabalhos foi de R$ 2.753 no Estado no quarto trimestre de 2023. Este valor é 0,8% menor em relação ao trimestre anterior (R$ 2.775), mas representa alta de 13,49% na comparação com 2022, quando o rendimento fechou o ano em R$ 2.417. Este foi o maior valor apurado no Estado nos últimos 12 anos.

O crescimento é superior à média nacional, de 7,5%, já que o rendimento médio habitual no Brasil foi de R$ 2.648 em 2022 e encerrou o ano passado em R$ 2.846. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), divulgada na sexta-feira (19) pelo IBGE.

Apesar da melhora na renda dos trabalhadores mineiros em 2023, o valor permanece abaixo da média nacional e confirma uma tendência que se mantém durante toda a série histórica da pesquisa, iniciada em 2012. A média estadual também foi inferior às médias dos outros estados do Sudeste durante todo esse período.

No entanto, a diferença entre a média de renda no Estado e no País diminuiu significativamente no ano passado, sendo de R$ 93, enquanto no primeiro ano da série histórica (2012), ela era de R$ 297 (R$ 2.422 em Minas e R$ 2.719 no Brasil).

JOSÉ CRUZ / AGÊNCIA BRASIL

Crescimento da renda no Estado foi maior que no País, de 7,5%, a partir do ganho de R$ 2.846 em 2023 e R$ 2.648 em 2022

Desigualdade - Além do rendimento dos trabalhadores, o IBGE também revela para Minas Gerais o índice de Gini do rendimento médio de todos os trabalhos. Em 2023, este indicador de desigualdade foi de 0,463 no Estado e interrompeu a trajetória de queda dos últimos anos. Em 2022, o índice registrado foi de 0,436. Ainda assim, ficou abaixo da média nacional, de 0,494.

Já em relação ao índice de Gini do rendimento domiciliar per capita, o número registrado no Estado no ano passado, de 0,476, também foi inferior ao do País, de 0,518. Apesar de crescer em relação a 2022 (0,466), o indicador de desigualdade foi menor em Minas Gerais do que nos outros estados do Sudeste.

Economia de Minas Gerais pós-pandemia reduz diferença em relação ao Brasil

O economista-chefe do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), Izak Carlos da Silva, analisa que a recuperação mais robusta do Estado, após a pandemia, proporcionou um mercado de trabalho mais aquecido e o consequente aumento da renda. Mas pondera que este aquecimento desafia a redução da desigualdade.

Segundo ele, o aumento de postos de trabalho formais e a taxa de participação da população no mercado de trabalho levam ao ganho de rendimento. "Em geral, as pessoas formalizadas recebem um salário médio maior. E com mais gente no mercado de trabalho aquecido, tende aumentar também a massa salarial e consequentemente a média dos rendimentos", explica.

Já em relação à ao crescimento da desigualdade, Silva chama atenção ao fato de o Estado ser bastante heterogêneo. É que a grande diversidade econômica entre as regiões torna o rendimento material diferente. "Tem uma frase que gostam de muito de usar aqui: que Minas são muitas. E reflete isso um pouco. Quando a gente olha para o índice de Gini, é mais difícil reduzir desigualdade aqui com um Estado tão heterogêneo", comenta.

Além deste fator, o aquecimento mais forte do mercado de trabalho, se por um lado reduziu a diferença entre a renda estadual com a nacional, por outro desafia a redução da desigualdade.

O economista afirma que o Estado se vê em uma questão econômica peculiar: com a taxa de desemprego na mínima da série histórica do IBGE (5,7%), há uma situação de pleno emprego, com poucos trabalhadores disponíveis para formalização. O resultado é uma alta na remuneração das profissões de maior qualificação e nos profissionais mais qualificados. "Não é comum que isso aconteça. E foi esporádico, por conta da conjuntura e do aquecimento do mercado de trabalho aqui em Minas Gerais", finaliza.

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 31 de maio de 2024, a partir das 09h40min
2º LEILÃO: 03 de junho de 2024, a partir das 13h40min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 073564230011272, firmado em 05/12/2014, com o(s) **Fiduciante(s) MARCELO SOUZA DE CARVALHO/LACIDY DE ALMEIDA NUNES DE CARVALHO**, maior/maior, inscrito no CPF nº 048.895.476-22/058.616.446-40, no dia **31 de maio de 2024, a partir das 09h40min em PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 742.867,20 (setecentos e quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e vinte centavos)**, o imóvel matriculado sob nº 109.913 do Ofício de Registro de Imóveis de Contagem/MG, constituído por Casa nº 03, do Residencial Filizzola, situada à Rua Estrela Dione, nº 139, Bairro Jardim Riacho das Pedras, em Contagem/MG, com área construída de 94,90m², área privativa de 47,525m², área comum de 26,294m², área total de 168,719m² e respectiva fração ideal de 0,149 do terreno. Cadastro Municipal: 50920450003. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.09 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **03 de junho de 2024, a partir das 13h40min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 292.198,07 (duzentos e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais e sete centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.21317).

Santander — SOLD LEILÕES

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 02 de maio de 2024, a partir das 09h10min
2º LEILÃO: 03 de maio de 2024, a partir das 13h10min (*horário de Brasília)

Alexandre Travassos, Leiloeiro(a) Oficial, JUCESP nº 951, com escritório na Rua Sebastião Aniceto de Jesus Lins, 1177 – Jardim Elisa – Embu das Artes/SP, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo presencial e/ou online, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ nº 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com eficácia de escritura pública nº 0010297000, firmado em 18/02/2022, com o(s) **Fiduciante(s) AMANDA CAROLINA MOREIRA DIAS/LUCAS BRAGANÇA DA SILVA**, maior/maior, inscrito no CPF nº 126.255.786-02/124.634.296-07, no dia **02 de maio de 2024, a partir das 09h10min em PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**, o imóvel matriculado sob nº 45.825 do Ofício de Registro de Imóveis de Ribeirão das Neves/MG, constituído por Casa nº 04, do Residencial Village Teófilo Otoni, situada na Rua Teófilo Otoni, nº 38, Bairro Sevilha, em Ribeirão das Neves/MG, com área privativa principal 42,68m², área privativa acessória 33,29m², área de uso comum proporcional 10,8474m², área real total 96,8674m², com direito a vaga de garagem nº 4 medindo 10,35m² situada na área comum não proporcional, a respectiva fração ideal de 0,258949481. Cadastro Municipal: 2.0051.039.0023.003. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.08 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel Ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **03 de maio de 2024, a partir das 13h10min**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 210.494,05 (duzentos e dez mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e cinco centavos)**, nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97). **O leilão presencial ocorrerá no escritório do Leiloeiro(a)**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site na Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net), e solicitar habilitação até 01 (uma) **hora do início do leilão**. **Outras informações no site do leiloeiro(a)**: Loja SOLD LEILÕES (sold.superbid.net) e no SUPERBID EXCHANGE (www.superbid.net) ou telefone (11) 4950.9602 ou e-mail imoveis.sac@superbid.net. (Dossiê 02.21673).

27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte - MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, Dr. Cássio Azevedo Fontenelle na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Execução Por Título Extrajudicial nº 5011046-88.2020.8.13.0024, que o Exequente: ISMD - INSTITUTO SUPERIOR DE MEDICINA LTDA - CNPJ -08.311.207/0002-70 move contra: PAULO HENRIQUE MEDEIROS - CPF - 063.756.739-09. A parte exequente alega ter celebrado com a parte executada Contrato de Prestação de Serviços Educacionais cujo objeto foi a pós-graduação do executado na área de Dermatologia. Acordaram as partes que o executado pagaria ao exequente o valor total de R$ 146.160,00, sendo o referido valor correspondente a 36 módulos, no valor de R$ 4.060,00 cada, aduzindo, ainda a parte exequente que para proporcionar maior facilidade no pagamento aos seus alunos, o exequente possibilita o parcelamento do curso em mais parcelas do que módulos, ocasionando valores de parcelas menores do que o valor dos módulos, de forma que o valor de cada parcela da executada perfazia R$ 3.480,00, informando que o executado deixou de pagar as parcelas referentes aos meses de fevereiro/2018 a outubro/2018, ou seja, deixou de pagar 09 parcelas do curso contratado, de forma que o exequente até tentou solução amigável e extrajudicial da questão, buscando receber os valores que lhe são devidos, sempre observando o que disposto em contrato. Contudo, diante da insistente negativa do executado em adimplir os valores que contratualmente responsabilizou-se, não resta outra opção senão a propositura da presente demanda, atribuindo à causa o valor de R$51.633,82. (cinquenta e um mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e dois centavos) Estando o executado: PAULO HENRIQUE MEDEIROS - CPF - 063.756.739-09, em local incerto e não sabido, tem o presente edital a finalidade de citá-lo, para todos os termos da presente ação e para efetuar o pagamento da dívida acima apontada no prazo de 03 dias, nos termos do art. 829, do CPC. O pagamento do débito poderá ser parcelado em até seis parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, na forma do art. 916 do CPC. Os embargos poderão ser opostos, independentemente de penhora no prazo de 15 dias. Advirta-se que em caso de ausência de manifestação da executada, fica nomeada, desde já, a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais como curadora especial, nos termos do artigo 72, II, do CPC. E, para constar, expediu-se o presente edital, que deverá ser publicado por 3 (três) vezes no espaço de 15 (quinze) dias as três publicações, uma vez no Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local, e, que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 21 de fevereiro de 2024. K-20e23/04

CONSTRUTORA ATERPA S/A
CNPJ/ME 17.162.983/0001-65 – NIRE 3130002413-0
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Realizada em 18 de dezembro de 2023 1.

DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 14 horas do dia 18 de dezembro de 2023, na sede social da Construtora Aterpa S.A. ("Companhia"), localizada em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Wilson Rocha Lima, nº 137, sala 301, Bairro Estoril, CEP 30.494-460. 2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Presentes os acionistas que representam a totalidade do capital social, em razão do que fica dispensada a convocação, nos termos do art. 124, §4º, da Lei nº 6.404, de 15.12.1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e conforme assinaturas apostas no livro de presença de acionistas. 3. MESA DIRIGENTE: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. André Pentagna Guimarães Salazar, tendo como secretário o Sr. Lucas Magalhães Vasconcelos. 4. ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a lavratura da ata da AGE na forma sumária como faculta o §1º do art. 130, da Lei das S.A.; (ii) extinção da filial Brumadinho; (iii) com a consequente alteração do artigo 2°, do Estatuto Social da Companhia. 5. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia e após a discussão das matérias, sem que houvesse requerimento de leitura dos documentos previstos no art. 133, da Lei das S.A., os acionistas, sem quaisquer restrições, resolveram deliberar o seguinte: (i) Aprovar a lavratura da ata da AGE na forma sumária nos termos do §1º do art. 130, da Lei das S.A.; (ii) Extinção da filial Brumadinho: aprovar a extinção da filial: Filial Brumadinho – Rua República da Venezuela, nº 82, bairro Santo Antônio, na cidade de Brumadinho/MG, CEP 32.480-160 – NIRE 3190270375-2 e CNPJ: 17.162.983/0030-08; (iii) Alteração do Estatuto Social: em função da aprovação da extinção acima disposta, fica aprovada e ratificada a alteração do artigo 2º, do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar da seguinte forma: Art. 2º - A Sociedade tem sede e foro na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, na Rua Wilson Rocha Lima, nº 137, sala 301, letra A, bairro Estoril, CEP 30494-460, podendo, por deliberação de sua Diretoria, ser criados e extintos departamentos, canteiro de obras, escritórios, filiais, sucursais ou agências em qualquer localidade do País. Parágrafo Primeiro: A Sociedade possui as seguintes filiais, sucursais e escritórios: I - Filial Olhos D`Água - Rua São Pedro da Aldeia, nº 1251, no Bairro Olhos d'Água, em Belo Horizonte, Minas Gerais, CEP 30.390-000 – NIRE 3190107900-1 – CNPJ: 17.162.983/0005-99; II - Sucursal Peru – Cidade de Lima Tradiciones n. 176, Dpto. 201 Surco – República do Peru – RUC 20127619965; III - Filial Administrativa – Rua Wilson Rocha Lima, nº 25, sala 301, letra B, bairro Estoril, na cidade de Belo Horizonte/MG, CEP 30494-460 – NIRE 3190257474-0 e CNPJ: 17.162.983/0027-02; IV – Filial Itabira - Avenida France de Paula Andrade, nº 513 - A, bairro Vila Nações Unidas, na cidade de Itabira/MG, CEP 35.900-053 - NIRE 3190262259-1 e CNPJ: 17.162.983/0028-85; V - Filial Pará – Rua do Sossego, nº 0, bairro São Félix Pioneiro, na cidade de Marabá/PA, CEP 68513-626 - NIRE 1590042014-9 e CNPJ: 17.162.983/0025-32. VI – Filial Jeceaba - Avenida Brasilino Cardoso Machado, nº 200, bairro Centro, na cidade de Jeceaba/MG, CEP 35498-000 – NIRE 3190276093-4 e CNPJ: 17.162.983/0031-80; VII - Filial Santa Catarina: Rua Lino Luiz da Silva, S/N, lote 01, bairro Sertão do Maruim, na cidade de São José/SC, CEP 88122-075 – NIRE 4290205232-7 e CNPJ: 17.162.983/0032-61; VIII - Filial Mariana: Rua Wenceslau Braz, nº 182, Bairro Centro, na cidade de Mariana/MG, CEP 35420-027 - NIRE 3190283210-2 e CNPJ: 17.162.983/0034-23; IX - Filial São Brás do Suaçuí - Rodovia BR-383, S/N, KM 15, Área Rural, Centro, na cidade de São Brás do Suaçuí /MG, CEP 35494-000 – NIRE 3190288976-7 e CNPJ 17.162.983/0037-76; X - Filial Congonhas - Rua da Saudade, nº 07, sala 02, bairro Centro, na cidade de Congonhas/MG, CEP 36410-080 – NIRE 3190288975-9 e CNPJ 17.162.983/0036-95; XI - Filial Ouro Preto II – Rodovia MG 129, KM 130, bairro Antônio Pereira, na cidade de Ouro Preto/MG, CEP 35411-000 – NIRE 3190291297-1 e CNPJ: 17.162.983/0038-57; XII – Filial Itabirito - Travessa Domingos Pereira Silva, nº 52, loja 1, bairro Centro, na cidade de Itabirito/MG, CEP 35450-039 – NIRE 3190295703-7 e CNPJ: 17.162.983/0040-71; XIII – Filial Barão de Cocais - Avenida Wilson Alvarenga de Oliveira, nº 555, apto 100, bairro Viúva, CEP 35970-972 – NIRE 3190295702-9 e CNPJ: 17.162.983/0039-38; XIV - Filial Congonhas II - Rua André Bonifácio, nº 130 A, bairro Pires, CEP 36.417-228 – NIRE 3190298195-7 e CNPJ: 17.162.983/0041-52; 6. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado e inexistindo qualquer outra manifestação, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os acionistas presentes (JASA Participações S.A. – André Pentagna Guimarães Salazar), ficando autorizada a sua lavratura na forma de sumário e sua publicação com a omissão da assinatura dos acionistas, nos termos dos parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. Certificando o Secretário (Lucas Magalhães Vasconcelos) e o Presidente (André Pentagna Guimarães Salazar) que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Certifico o registro sob o n° 11414604 em 12/01/2024 da Empresa Construtora Aterpa S/A., NIRE 31300024130 e protocolo 31300024130 e protocolo 240504381. (a) Marinely de Paula Bomfim – Secretária Geral.

GERDAU AÇOMINAS S.A.
CNPJ/ME nº 17.227.422/0001-05
NIRE 31300036677
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas da GERDAU AÇOMINAS S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a se realizar no dia 26 de abril de 2024, às 14h00min, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Microsoft Teams ("Plataforma Digital"), nos termos da Instrução Normativa do DREI nº 81, de 10 de junho de 2020 ("IN 81"), a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Apreciar o relatório, as contas da administração e as respectivas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3. Eleger os membros da Diretoria; e 4. Fixar a remuneração anual global dos administradores da Companhia. Orientações para participação via Plataforma Digital: Para participarem virtualmente da Assembleia Geral, por meio da Plataforma Digital, os acionistas ou, se for o caso, seus representantes legais ou procuradores, deverão enviar à Companhia, até às 14h00min do dia 24 de abril de 2024, a solicitação de participação na Assembleia Geral, acompanhada da documentação mencionada abaixo, através do e-mail inform@gerdau.com. A solicitação de participação deverá vir acompanhada da identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal ou procurador constituído, incluindo os nomes completos e os CPF ou CNPJ de ambos, conforme o caso, além de indicar telefone de contato e e-mail do participante da Assembleia Geral, acompanhada da seguinte documentação: Acionista Pessoa Física: (i) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária; e (ii) Documento de identificação com foto e CPF do acionista; Acionista Pessoa Jurídica: (i) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária; (ii) Documento de identificação com foto e CPF do representante legal; (iii) Estatuto social ou contrato social atualizado, registrado no órgão competente; (iv) Ata de eleição do representante legal que participará da Assembleia Geral registrada no órgão competente ou, se for o caso, do representante legal signatário da procuração; e (v) Em caso de fundo de investimento, o regulamento, bem como os documentos em relação ao seu administrador e procurador, elencados nos itens (iii) e (iv) acima. Caso o acionista seja representado por procurador, adicionalmente, apresentar: (i) Extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária; (ii) Documento de identificação com foto e CPF do procurador; e (iii) Procuração emitida há menos de 1 (um) ano da data de realização da Assembleia Geral, devendo o procurador ser acionista, administrador da Companhia ou advogado, podendo, ainda, ser instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar os condôminos. A Companhia, excepcionalmente, não exigirá cópias autenticadas nem reconhecimento de firma de documentos emitidos e assinados no território brasileiro ou a notarização, legalização/apostilamento, tradução juramentada e registro no Registro de Títulos e Documentos no Brasil daqueles documentos provenientes do exterior e que estejam em língua inglesa ou espanhola (para as demais línguas a tradução juramentada continuará sendo exigida). Após o recebimento da solicitação acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, no prazo e nas condições apresentadas acima, e após ter verificado, de forma satisfatória, os documentos para a participação na Assembleia Geral, o acionista ou, se for o caso, seu representante legal ou procurador receberá o link e as instruções para acesso à Plataforma Digital. O link e as instruções a serem enviados pela Companhia serão pessoais e intransferíveis, de forma que não poderão ser compartilhados, sob pena de responsabilização do acionista. Aqueles que não enviarem a solicitação e a documentação necessária para participação virtual nas condições aqui descritas, até às 14h00min do dia 24 de abril de 2024, não poderão participar da Assembleia Geral. A Companhia não se responsabilizará por qualquer problema operacional ou de conexão que o participante venha a enfrentar, bem como por qualquer outro evento ou situação que não esteja sob o controle da Companhia que possa dificultar ou impossibilitar a sua participação na Assembleia Geral por meio da Plataforma Digital. Eventuais dúvidas ou esclarecimentos sobre as questões acima poderão ser enviados para a Companhia, através do e-mail inform@gerdau.com. Ouro Branco, MG, 18 de abril de 2024. Gustavo Werneck da Cunha - Diretor Presidente.

Santander — FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 06 de maio de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 08 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 0010084488, firmado em 26/06/2020, com o **Fiduciante REINALDO MARTINS DA SILVA,** maior, inscrito no CPF nº 035.046.506-13, no dia 06/05/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 272.649,39 (duzentos e setenta e dois mil seiscentos e quarenta e nove reais e trinta e nove centavos)**, o imóvel matriculado sob nº **4.467 do 3º Registro de Imóveis da Comarca de Divinópolis/MG,** constituído por "Casa residencial nº 175, sub-lote 001, com uma área privativa principal de 78,60m², outras áreas privativas acessórias de 101,40m², área privativa total de 180,00m², área real total de 180,00m², situada na Rua Nigéria, no Bairro Jardim Juza Fonseca, na cidade de Divinópolis/MG, com dois quartos, um quarto/suíte, sala, cozinha, banheiro, circulação, estacionamento descoberto com uma área de 38,92m² e uma área privativa acessória de 62,48m², composta por uma área descoberta e área de serviço descoberta, perfazendo uma área real privativa de 180,00m², e sua respectiva fração ideal de 0,50000, sobre o lote de terreno nº 384, da quadra 191, zona 025, com a área total de 360,00m², com as seguintes medidas e confrontações: medindo 6,00m de frente para a Rua Nigéria; 30,00m pelo lado direito com os lotes nº 036, nº 048 e nº 060; 6,00m pelos fundos com o lote nº 120; e 30,00m pelo lado esquerdo com a Fração "B" (conf. Av. 01)". **Cadastro Municipal:** 01.025.00191.00384.00001. Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme Av.03 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. **Imóvel ocupado.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 08/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 203.785,51 (duzentos e três mil setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.21588_OL_2625-13).

Santander — FRAZÃO Leilões

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA – PRESENCIAL E ONLINE
1º LEILÃO: 13 de maio de 2024, às 14h30min *.
2º LEILÃO: 15 de maio de 2024, às 14h30min *. (*horário de Brasília)

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira Oficial, JUCESP nº 836, com escritório na Rua Hipódromo, 1.141, 6º andar, sala 66, Centro Empresarial Santa Tereza, Mooca, São Paulo/SP, CEP: 03164-140, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver, que levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **PRESENCIAL E ON-LINE**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, autorizada pelo **Credor Fiduciário BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A** - CNPJ n° 90.400.888/0001-42, nos termos do Instrumento particular com força de escritura pública nº 73.504.230.011.159, firmado em 24/04/2015, com os **Fiduciantes MANOELTON OLIVEIRA LOURENÇO,** maior, inscrito no CPF nº 076.033.776-41 e **SILVANIA RAMOS DA SILVA LOURENÇO**, maior, inscrita no CPF nº 359.783.518-05, no dia 13/05/2024 em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 373.324,24** (trezentos e setenta e três mil trezentos e vinte e quatro reais e vinte e quatro centavos), o imóvel matriculado sob nº **38.642 do Ofício do 1º Registro de Imóveis da Comarca de Montes Claros/MG,** constituído por "Casa nº 372, situada na Rua G, no Bairro Nossa Senhora das Graças, em Montes Claros/MG, com área construída de 74,59m² (setenta e quatro vírgula cinquenta e nove metros quadrados), composta por uma sala, uma copa/cozinha, três quartos e dois banheiros, feita em alvenaria coberta de laje e telhado, piso porcelanato, paredes rebocadas e pintadas (Av.01), e seu respectivo terreno urbano, constituído pelo lote de terreno de nº 11-B (onze "B"), da Quadra 27 (vinte e sete), com a área de 150,00m² (cento e cinquenta metros quadrados), com frente para Rua G, situado no Bairro Nossa Senhora das Graças, em Montes Claros/MG, com os seguintes limites e confrontações: pela frente, com Rua G, na distância de 5,00 metros; pelos fundos com parte do Lote 23, na distância de 5,00 metros; pelo lado direito, com Lote 11-A, na distância de 30,00 metros; e pelo lado esquerdo, com Lote 12, na distância de 30,00 metros". **Inscrição Imobiliária:** 01.20.076.0275.000 (conf. Av. 05). Venda em caráter "ad corpus" e no estado de conservação que se encontra. Consta conforme R.04 a alienação fiduciária em favor do Banco Santander (Brasil) S/A. Imóvel ocupado. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia 15/05/2024, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 196.719,76** (cento e noventa e seis mil setecentos e dezenove reais e setenta e seis centavos), nos termos do art. 27, §2º da Lei 9.514/97**. O leilão presencial ocorrerá no escritório da Leiloeira**. **Os interessados em participar do leilão de modo on-line**, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br , **encaminhar a documentação necessária para liberação do cadastro 24 horas do início do leilão**. **Outras informações no site da Leiloeira**: **www.FrazaoLeiloes.com.br**. Informações pelo tel. 11-3550-4066 (02.19368_SC_2633-02).

PAREDÃO DE MINAS ENERGIA S.A.
CNPJ - 11.389.532/0001-89

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	-	230
Tributos a recuperar	6.661	6.661
Total do ativo circulante	**6.661**	**6.891**
Não circulante		
Imobilizado	1.229.413	1.229.413
Intangível	6.186.847	6.186.847
Total do ativo não circulante	**7.416.260**	**7.416.260**
Total do ativo	**7.422.921**	**7.423.151**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	458.623	458.623
Obrigações trabalhistas e tributárias	2	2
Partes relacionadas	1.186.096	1.039.072
Total do passivo circulante	**1.644.721**	**1.497.697**
Patrimônio líquido		
Capital social	7.219.807	7.219.807
Prejuízos acumulados	(1.441.607)	(1.294.353)
Total do patrimônio líquido	**5.778.200**	**5.925.454**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**7.422.921**	**7.423.151**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em reais)

	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais:		
Administrativas, gerais e tributárias	(1.690)	(8.548)
	(1.690)	**(8.548)**
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	**(1.690)**	**(8.548)**
Resultado financeiro	**(145.564)**	**(123.564)**
Receitas financeiras	4	29
Despesas financeiras	(145.568)	(123.593)
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	**(147.254)**	**(132.112)**
Prejuízo líquido do exercício	**(147.254)**	**(132.112)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia tem por objetivo a execução de estudos e projetos, construção, instalação, operação e exploração hidroelétrica da pequena central hidroelétrica PCH – Paredão de Minas, localizada no rio do Sono, nos municípios de João Pinheiro e Buritizeiro/MG, em regime de concessão autorizativa da ANEEL.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as disposições contidas na lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas respectivas alterações (Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). Essas leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergências das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade. Com o advento destas legislações, novas normas e procedimentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. IMOBILIZADO
O imobilizado é composto dos seguintes valores e respectivas taxas de depreciação em 31 de dezembro:

	2023 R$	2022 R$	Taxas Anuais de depreciação % a.a.
Terrenos	1.229.413	1.229.413	-
Total	**1.229.413**	**1.229.413**	

4. INTANGÍVEL
Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento e na infra estrutura da pequena central hidroelétrica.

	2023 R$	2022 R$
Intangível	6.186.847	6.186.847
Total	**6.186.847**	**6.186.847**

5. CAPITAL SOCIAL
O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, totalmente integralizado, no montante global de R$ 7.219.807,00 está representado por 7.219.807 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

José Jorge Lisboa Santos Rosa — Diretor - CPF: 019.401.026-00
Daniel de Souza Joaquim — Contador - CRC: 1SP219226/O-1

GONGOJI MONTANTE ENERGIA S.A.
CNPJ - 11.414.196/0001-87

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em reais)

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	214.090	220.270
Tributos a recuperar	10.840	10.700
Outros ativos	67.824	68.054
Total do ativo circulante	**292.754**	**299.024**
Não circulante		
Imobilizado	2.155.838	2.155.838
Intangível	2.317.002	2.317.002
Total do ativo não circulante	**4.472.840**	**4.472.840**
Total do ativo	**4.765.594**	**4.771.864**

Passivo	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	444.400	444.630
Obrigações trabalhistas e tributárias	41	770
Partes relacionadas	31.562	31.562
Outros passivos	725.333	724.567
Total do passivo circulante	**1.201.336**	**1.201.529**
Patrimônio líquido		
Capital social	4.368.347	4.368.347
Prejuízos acumulados	(804.089)	(798.012)
Total do patrimônio líquido	**3.564.258**	**3.570.335**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**4.765.594**	**4.771.864**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA EXERCICIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO (valores expressos em reais)

	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais:		
Administrativas, gerais e tributárias	(6.132)	(136.615)
	(6.132)	**(136.615)**
Resultado antes das despesas e receitas financeiras	**(6.132)**	**(136.615)**
Resultado financeiro	**55**	**105**
Receitas financeiras	807	978
Despesas financeiras	(752)	(873)
Resultado antes da provisão para o imposto de renda e contribuição social	**(6.077)**	**(136.510)**
Prejuízo líquido do exercício	**(6.077)**	**(136.510)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022 (valores expressos em reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL
A Companhia tem por objetivo a execução de estudos e projetos, construção, instalação, operação e exploração hidroelétrica da pequena central hidroelétrica PCH – Gongoji Montante, localizada no rio Gongogi, município de Gongogi/BA em regime de concessão autorizativa da ANEEL.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As demonstrações financeiras foram elaboradas e apresentadas em conformidade com as disposições contidas na lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76) e suas respectivas alterações (Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09). Essas leis tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergências das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade. Com o advento destas legislações, novas normas e procedimentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

3. IMOBILIZADO
O imobilizado é composto dos seguintes valores e respectivas taxas de depreciação em 31 de dezembro:

	2023 R$	2022 R$	Taxas Anuais de depreciação % a.a.
Terrenos	2.155.838	2.155.838	-
Total	**2.155.838**	**2.155.838**	

4. INTANGÍVEL
Refere-se a gastos incorridos no desenvolvimento e na infra estrutura da pequena central hidroelétrica.

	2023 R$	2022 R$
Intangível	2.317.002	2.317.002
Total	**2.317.002**	**2.317.002**

5. CAPITAL SOCIAL
O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023, totalmente integralizado, no montante global de R$4.368.347,00 está representado por 4.368.347 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

José Jorge Lisboa Santos Rosa — Diretor - CPF: 019.401.026-00
Daniel de Souza Joaquim — Contador - CRC: 1SP219226/O-1

ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Consultoria mineira viabiliza PPP em SP

Em um projeto pioneiro de concessão por meio de consórcio, a Bruker Soluções intermediou um contrato de R$ 530 mi

RODRIGO MOINHOS

Com prazo recorde de 12 meses, a Bruker Soluções, empresa de consultoria e modelagem de parceria público-privada (PPP) com sede em Uberaba, no Triângulo Mineiro, criou a primeira parceria público-privada (PPP) do País fechada por meio de consórcio, que vai beneficiar 15 cidades da Alta Mogiana, em São Paulo. O montante de R$ 530 milhões do contrato foi garantido para cidades pertencentes ao Consórcio de Municípios da Alta Mogiana (Comam), por meio de uma PPP firmada com a SPE Luz, um grupo de empresas privadas liderado pela Zopone Engenharia, que vai investir R$ 180 milhões na parceria.

O contrato, com duração de 25 anos, já entrou em operação e prevê a renovação de todo o parque de iluminação de 15 dos 29 municípios que integram a Comam, com a instalação de luzes de Led. "Não estamos tratando apenas de uma substituição de lâmpadas antigas pelas mais recentes com tecnologia Led, mas sim de uma gestão do parque luminotécnico de 15 cidades, com o olhar voltado para as cidades com iluminação inteligente", afirmou o proprietário da Bruker Soluções, Glauber Faquineli.

Para ele, o grande diferencial dessa iniciativa foi propiciar a cidades de pequeno porte participar de um projeto como este, que entre início do projeto e assinatura do contrato durou 12 meses. "Contamos com municípios pequenos, com até 60 mil habitantes, que serão beneficiados com essa nova gestão do parque luminotécnico. Serão utilizadas lâmpadas mais duráveis, com fachos de luz mais amplos, o que propiciará para a população impacto positivo tanto na segurança quanto no conforto dos ambientes públicos durante a noite", avaliou.

Segundo o presidente do Comam, que também é prefeito de Igarapava (SP), José Ricardo Rodrigues Mattar, foi histórica a conquista destes investimentos para os municípios de pequeno porte, que normalmente não têm acesso a esse tipo de contrato. "Com o consórcio foi possível reunir quase 350 mil habitantes, um contingente populacional que viabiliza os investimentos e o respectivo retorno para as empresas", avaliou.

Nova era – O contrato entre o Comam e a iniciativa privada, com uso de consultoria, pode marcar o início de uma nova era para projetos de infraestrutura liderados por consórcios

> *"O setor de iluminação pública está atravessando um período de grandes inovações, que exigem investimentos significativos"*

intermunicipais tanto em São Paulo quanto no Brasil, afirmou Mattar. "Ele demonstra um potencial significativo das PPPs para melhorias na infraestrutura e na qualidade de vida, por meio da cooperação e dos esforços conjuntos. A missão agora é monitorar o desenvolvimento e os impactos deste contrato com a SPE Luz Alta Mogiana, para compreender plenamente seu sucesso e extrair lições que possam ser aplicadas em futuras iniciativas semelhantes", destacou.

O coordenador de Novos Negócios da Zopone Engenharia, Márcio André Pinto, destacou a importância dos consórcios regionais ao observar que, dos mais de 5 mil municípios do Brasil, apenas cerca de 200 possuem condições de gerenciar suas próprias concessões.

"O setor de iluminação pública está atravessando um período de grandes inovações, que exigem investimentos significativos. Contudo, a maioria dos municípios não dispõe de recursos para financiar a adoção dessas parcerias. A melhor solução são as PPPs, apoiadas por consultoria, com empresas privadas, responsáveis pelos investimentos, e que são remuneradas ao longo do contrato, cuja duração é de 25 anos. Com os consórcios intermunicipais, será possível ampliar o número de PPPs, inserindo cidades que não entrariam antes no escopo do negócio", concluiu o coordenador.

REPRODUÇÃO / SITE COMAM

A parceria vai beneficiar 15 cidades da Alta Mogiana pertencentes ao Comam

ATIVOS IMOBILIÁRIOS

Primaz prevê R$ 3 bilhões em negócios

RODRIGO MOINHOS

Com um faturamento de R$ 2,5 bilhões no ano anterior, a Primaz Corporate, empresa de Minas Gerais que atua na intermediação de compra e venda de grandes ativos imobiliários, estima encerrar 2024 com montante de R$ 3 bilhões em negócios realizados. Parte desse incremento virá do novo nicho que a empresa está focando, em operações de até R$ 50 milhões para o segmento de imóveis corporativos privados, segmento chamado por eles de Primaz Private.

De acordo com o *head of middle marketing operations* da empresa, João Roscoe, esse nicho foge do perfil dos imóveis das imobiliárias convencionais e das grandes corporações. "Buscamos mais esse segmento visando gerar novas oportunidades. A maioria dos produtos é *off-market* e, com isso, pretendemos conseguir um crescimento muito bom por parte da empresa", projetou.

Segundo Roscoe, o trabalho da Primaz Corporate é feito por provocação, buscando clientes por meio de prospecção ativa. "O nosso diferencial é a criatividade, transparência e governança. Seguimos um rito muito sério nos negócios, ajudando os clientes a encontrarem soluções para suas necessidades. Começamos a ser demandados e resolvemos estruturar e mostrar quem somos para atingir e prestar um atendimento de forma assertiva ao nosso público", explicou.

Com sede em Belo Horizonte e escritórios no Rio de Janeiro e São Paulo, a empresa está expandindo os negócios também para Portugal. Segundo Roscoe, essa expansão veio com a chegada de dois sócios sêniores em Lisboa. "Hoje somos uma empresa composta por 20 executivos, que concorre em um segmento de mercado antes dominado apenas por multinacionais. Estamos fazendo grandes operações com os imóveis nesse nicho imobiliário, concorrendo com as grandes", comemorou.

Edifício Faria Lima - O executivo destacou o negócio intermediado pela Primaz Corporate no ano anterior, que foi a venda do edifício Faria Lima 3500, em São Paulo, para o Itaú pelo montante de R$ 1,5 bilhão, considerado como o imóvel corporativo mais caro do País. Ele também apontou que os negócios realizados em Belo horizonte correspondem à cerca de 30% de representatividade na empresa, ficando atrás apenas de São Paulo, que responde por 50% e à frente do Rio de Janeiro, que tem 20% na participação.

Sobre os planos para Minas Gerais, com relação aos ativos, Roscoe avaliou que existem menos prédios corporativos de alto luxo que no Rio de Janeiro e São Paulo, porém "existem imóveis próximos desse padrão, como o edifício Statement, na Savassi. Mas Lourdes e Savassi ainda são os bairros com maiores demandas para empreendimentos em Belo Horizonte. Inclusive, com os imóveis dessas duas regiões atingindo quase níveis zero de vacância", afirmou.

A empresa também atua no segmento de *shoppings*, no qual intermediou a venda de parte do DiamondMall pelo Atlético no ano passado e a venda de 20% do BH Shopping, em 2019, que rendeu R$ 360 milhões aos cofres da Multiplan e ajudou na expansão do empreendimento. "Em 2022 os *shoppings* já estavam com as vendas iguais ou superiores aos níveis anteriores à pandemia, e ainda continuam gerando receitas. Já o nosso segmento de logística é muito voltado para Betim e Contagem, onde encontramos as maiores demandas, mas também é um local onde encontramos entraves com a aprovação de projetos", explicou.

Por fim, o *head of middle marketing operations* revelou que Belo Horizonte ainda é uma cidade que sofre com muitos prédios com vacância. "Sempre estamos em busca de novos ativos e acompanhando o surgimento de boas oportunidades no mercado de escritórios corporativos também em Minas Gerais. Sabemos que as empresas estão exigindo um pouco mais dos escritórios para oferecer um ambiente melhor para os colaboradores", concluiu.

REPRODUÇÃO / YOUTUBE

A empresa intermediou a venda do Faria Lima, considerado o imóvel corporativo mais caro do País

---

Processo Nº: 5002102-10.2024.8.13.0525 Classe: [Cível] Arrolamento Sumário (31) Requerente: Denise Claudia Medeiros Requerido(A): Antonio Rodrigues Medeiros Edital Comarca De Pouso Alegre - MG. Edital De Citação-20 Dias – O MM. Juiz de Direito da Vara de Família, Sucessões e Ausência desta Comarca, na forma da lei, etc... FAZ saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que perante este Juízo e Secretaria da Vara de Família, Sucessões e Ausência, se processam os termos dos autos da ação de Inventário, sob o nº 5002102-10.2024.8.13.0525, dos bens deixados por Antonio Rodrigues Medeiros - CPF: 448.297.958-91, falecido em 08.12.2023, na cidade de Cambuí/MG. Assim sendo, ficam Citados todos terceiros interessados para conhecimento das primeiras declarações e, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, habilitarem-se e/ou manifestarem-se na forma do art. 627, I a III do CPC. Pouso Alegre, 25.03.2024. K-20e23/04

AGROPÉU - AGRO INDUSTRIAL DE POMPÉU S/A
CNPJ: 16.617.789/0001-64 - NIRE: 3130000187-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Ficam os senhores acionistas convocados para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a serem realizadas no dia 30/04/2024, às 10h, na sede da Companhia localizada na Rodovia MG-060, Km 82, Fazenda Barrocão, em Pompéu/MG, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I - Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023; II - Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; III - Ratificação da remuneração sobre Juros do Capital Próprio - JCP de 31/12/2023; IV - Outros Assuntos de Interesse Social. Pompéu/MG, 09/04/2024.
Geraldo Otacílio Cordeiro - Presidente do Conselho de Administração

---

HELICÓPTEROS DO BRASIL S.A. - HELIBRAS
CNPJ/MF N.º 20.367.629/0001-81- NIRE 31.300.052.184
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Conselho de Administração da Helicópteros do Brasil S.A. - Helibras (''Companhia"), convoca os acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a se realizar em primeira convocação no dia 30 de abril de 2024, às 8 horas, presencialmente na filial da Companhia, localizada na Avenida Santos Dumont, 1979 – Setor C – Lote 03, Santana, Aeroporto Campo de Marte, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e por videoconferência, a fim de deliberar sobre as matérias contidas na ordem do dia abaixo. **Ordem do dia**: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; 2. Deliberar sobre a destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e 3. Deliberar sobre a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. Os acionistas interessados em ingressar na reunião através de videoconferência deverão requerer o link de acesso através do e-mail **bruno.schweter@airbus.com.** Itajubá/MG, 18 de abril de 2024. Gilberto de Almeida Peralta - Presidente do Conselho de Administração.

MINASLIGAS S.A.
CNPJ: 16.933.590/0001-45
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam convocados os senhores Acionistas da MINASLIGAS S.A. a se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária a serem realizadas, simultaneamente, no dia 30 de abril de 2024 às 10:00 horas em primeira convocação e às 10:30 horas em segunda convocação, com a presença de acionistas que representem dois terços, no mínimo, do capital votante, e esta última com qualquer número, na sede social da empresa na Avenida Kenzo Miyawaki n.º 1.120, Distrito Industrial Ministro Jorge Vargas, Pirapora, MG, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias, informando que os documentos pertinentes às matérias a serem debatidas encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia: **AGO: a)** Prestação de Contas dos Administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **b)**Destinação do lucro líquido do exercício e distribuição de dividendos. Além da ratificação da antecipação dos dividendos realizada em 27 de dezembro de 2023, na forma de Juros sobre o Capital Próprio. **c)** Eleição do Conselho de Administração para o mandato 2024/2025. **d)** Assuntos Gerais. **AGE: a)** Aumento do capital social mediante a incorporação de reservas, inclusive a de incentivos fiscais constituída com os recursos relativos à redução do imposto de renda, nos termos da legislação federal, sem emissão de novas ações. **b)** Fixar a verba anual de remuneração dos administradores. **c)** Outros assuntos de interesse da Companhia. Pirapora - MG, 18 de abril de 2024. Presidente do Conselho de Administração - Cristiana Simões Zica Géo.

Edital 27ª. Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte MG. Edital de Citação prazo de 20 dias. O Dr. Cássio Azevedo Fontenelle, MM. Juiz de Direito da 27ª. Vara Cível desta Comarca, na forma da lei, etc., faz saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que perante este Juízo e respectiva Secretaria, tramitam os autos da ação de Procedimento Comum nº. 5018456-66.2021.8.13.0024, requerido pelo Autor: Sul America Companhia De Seguro Saude – CNPJ – 01.685.053/0001-56 contra Jose Celestino Godinho Silva - ME – CNPJ – 27.617.194/0001-25. Em síntese, informa a parte autora ser empresa do ramo de seguros, celebrou contrato de prestação de serviços de seguro saúde com a executada em Julho de 2019, referente ao plano Exato Empresarial/PME Trad.15 AHO QP, com registro na ANS nº 473966153, através da proposta nº 372404, acostada aos autos, convolando na apólice nº 197004466, alegando que O contrato firmado estabelece a necessidade de pagamento do valor mensal de R$ 1.184,96 (um mil, cento e oitenta e quatro reais e noventa e seis centavos) concernente ao prêmio saúde, com vigência mínima de 24 (vinte e quatro) meses, atribuindo à executada a responsabilidade quanto ao pagamento dos prêmios mensais, através dos boletos emitidos pela exequente. Informa, ainda a parte autora que a executada se manteve inadimplente no mês de março de 2020, requerendo, atribuindo à causa o valor de RR 5.836,65 (cinco mil, oitocentos e trinta e seis reais e sessenta e cinco centavos). Em Id 4173393024, O MM. Juiz, converteu a ação inicialmente distribuída como Ação de Execução por Título Executivo Extrajudicial para ação de Cobrança por entender que os documentos que instruíram a inicial não possuem as características de título extrajudicial e, portanto, não se enquadram na definição de ação de título executivo. Assim, tem o presente edital a finalidade de citar a parte ré Jose Celestino Godinho Silva - ME – CNPJ – 27.617.194/0001-25: que se encontra em local incerto e não sabido, para todos os termos e atos da presente ação e, querendo, apresentar sua contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Adverte-se outrossim que, caso não seja a ação contestada no prazo legal, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pelo Autor em sua petição inicial. Adverte-se, ainda que em caso de ausência de manifestação da parte ré, fica, desde já a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, nomeada como curadora especial, nos termos do artigo 72, II do CPC. E, para constar, expediu-se o presente edital que deverá ser publicado por 3 (três) vezes, uma vez no Diário Judiciário Eletrônico e pelo menos duas vezes em jornal de circulação local e que será afixado no local de costume neste foro. Belo Horizonte, aos 08 de março de 2024. K-20e23/04

BANZAI VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.
CNPJ/MF nº 09.191.897/0001-52
NIRE 3120793077-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE SÓCIOS

A administração da **BANZAI VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida do Contorno, nº 10.331, Bairro Carlos Prates, CEP 30110-071, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 09.191.897/0001-52, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE 3120793077-1 ("**Sociedade**"), nos termos do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), convoca os sócios da Sociedade para se reunirem em Assembleia Geral de Sócios, em primeira convocação, em 29 de abril de 2024, às 14:00 horas, de forma híbrida (presencial ou virtual), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("**Assembleia de Sócios**"): *(a)* a destituição de administrador da Sociedade, e nova composição do órgão; e *(b)* a autorização à administração da Sociedade para tomar todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações.
A Assembleia de Sócios será realizada, de forma híbrida, na sede social da Sociedade e por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams. O link e a senha de acesso ao sistema eletrônico serão encaminhados pela administração da Sociedade aos sócios, por e-mail, em até 2 (dois) dias de antecedência à realização da Assembleia de Sócios.
Nos termos do artigo 1.074, §1º do Código Civil, qualquer sócio poderá fazer-se representar por procurador, desde que por instrumento de procuração com poderes específicos para tanto, cuja cópia deverá ser apresentada previamente à mesa da Assembleia de Sócios, em caso de participação presencial, ou enviada de forma digital, por meio de correspondência eletrônica.
Em caso de ausência de quórum para instalação da reunião em primeira convocação, nos termos do artigo 1.152, §3º do Código Civil, a Assembleia de Sócios será realizada em segunda convocação no prazo de 5 (cinco) dias contados da data agendada para a Assembleia de Sócios.
Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.
BANZAI VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.
p. Pedro Ferreira Pentagna Guimarães - Administrador

BHMOTORS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ/MF nº 17.896.715.0001-77
NIRE 3120980799-2
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

A administração da **BHMOTORS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Raja Gabaglia, 1195, Bairro Luxemburgo, CEP 30380-435, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 17.896.715.0001-77, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE 3120980799-2 ("**Sociedade**"), nos termos do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), convoca os sócios da Sociedade para se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada na sede social da Sociedade, em primeira convocação, em 29 de abril de 2024, às 17:00 horas, para deliberarem sobre *(a)* eleição de novos administradores; e *(b)* a autorização à administração da Sociedade para tomar todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações ("**Reunião**").
A Assembleia de Sócios será realizada, de forma híbrida, na sede social da Sociedade e por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams. O link e a senha de acesso ao sistema eletrônico serão encaminhados pela administração da Sociedade aos sócios, por e-mail, em até 2 (dois) dias de antecedência à realização da Assembleia de Sócios.
Nos termos do artigo 1.074, §1º do Código Civil, qualquer sócio poderá fazer-se representar por procurador, desde que por instrumento de procuração com poderes específicos para tanto, cuja cópia deverá ser apresentada previamente à mesa da Reunião.
Em caso de ausência de quórum para instalação da Reunião em primeira convocação, nos termos do artigo 1.152, §3º do Código Civil, a Reunião será realizada em segunda convocação no prazo de 5 (cinco) dias contados da data agendada para a Reunião.
Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.
BHMOTORS PEÇAS E SERVIÇOS LTDA.
p. Pedro Ferreira Pentagna Guimarães
Administrador

NÚCLEO AVANÇADO DE MEDICINA PREVENTIVA LTDA.
CNPJ: 09.320.059/0001-31
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Prezados sócios do Núcleo Avançado de Medicina Preventiva Ltda., convocamos-lhes para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, que será realizada no dia 30 de abril de 2024, às 11h, em sua sede localizada na Avenida dos Bandeirantes, n. 31, Bairro Sion, em Belo Horizonte/MG, CEP 30.315-000, cuja ordem do dia será: a) deliberar sobre o balanço patrimonial e a demonstração de resultados da empresa, relativos ao período compreendido entre 01/01/2023 e 31/12/2023; e, b) deliberar sobre a distribuição de lucros.

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL – ALEXSANDER PRETTI DOMINGOS, Leiloeiro Público Oficial/MG – Reg. JUCEMG 1221/2021, devidamente autorizado pela CONTRATANTE, faz saber a quem possa interessar, que venderá em Público Leilão, bens móveis e imóveis da Prefeitura Municipal de Monte Santo de Minas Gerais-MG (presencial e online), no dia de 15 de maio às 10hs (quarta-feira). Maiores informações, podem ser obtidas com o Leiloeiro através do e-mail contato@universodosleilos.com.br - tel. (027) 99987-1003. site: www.universodosleiloes.com.br

---

COOPERATIVA LEVE
CNPJ N.º 49.402.078/0001-21 - NIRE 31400061495
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, O Conselheiro Presidente da Cooperativa Leve ("**Leve**"), Sr. Rodrigo Teixeira Marcolino convoca **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, terça-feira, às 9h00 (nove) da manhã (em 1ª convocação) e às 10h00 (dez horas) da manhã (em 2ª convocação), e às 11h00 (onze horas) da manhã em terceira e última convocação, de maneira digital bem como de forma presencial no seguinte endereço seja Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 72, Edifício São Paulo Head Office, conjunto 181, Itaim Bibi, CEP 04534-000, para deliberação das seguintes matérias: **(A)** Aprovação das contas e demonstrações financeiras da Leve, relativas ao exercício de 2023; **(B)** Eleição / Reeleição da Diretoria; **(C)** Alteração e Consolidação do Estatuto Social; **(D)** Alteração do quadro de Cooperados; São Paulo, 17 de abril de 2024. **COOPERATIVA LEVE** Por: **Rodrigo Teixeira Marcolino** - Conselheiro Presidente.

ALPES ONE TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ/MF nº 27.379.202/0001-42
NIRE 3121082415-3
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

A administração da **ALPES ONE TECNOLOGIA LTDA.**, sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Amoroso Costa, nº 348, mezanino, sala 3, Bairro Santa Lúcia, CEP 30350-570, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 27.379.202/0001-42, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob NIRE 3121082415-3 ("**Sociedade**"), nos termos do artigo 1.072 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Código Civil**"), convoca os sócios da Sociedade para se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada na sede social da Sociedade, em primeira convocação, em 29 de abril de 2024, às 16:00 horas, para deliberarem sobre *(a)* a destituição de administrador da Sociedade; *(b)* eleição de novo administrador, e nova composição do órgão; e *(c)* a autorização à administração da Sociedade para tomar todas as medidas necessárias para a implementação das deliberações ("**Reunião**").
A Assembleia de Sócios será realizada, de forma híbrida, na sede social da Sociedade e por meio do sistema eletrônico Microsoft Teams. O link e a senha de acesso ao sistema eletrônico serão encaminhados pela administração da Sociedade aos sócios, por e-mail, em até 2 (dois) dias de antecedência à realização da Assembleia de Sócios.
Nos termos do artigo 1.074, §1º do Código Civil, qualquer sócio poderá fazer-se representar por procurador, desde que por instrumento de procuração com poderes específicos para tanto, cuja cópia deverá ser apresentada previamente à mesa da Reunião.
Em caso de ausência de quórum para instalação da Reunião em primeira convocação, nos termos do artigo 1.152, §3º do Código Civil, a Reunião será realizada em segunda convocação no prazo de 5 (cinco) dias contados da data agendada para a Reunião.
Belo Horizonte, 19 de abril de 2024.
ALPES ONE TECNOLOGIA LTDA.
p. Pedro Ferreira Pentagna Guimarães
Administrador

DÍVIDA DE MINAS

RRF pode retornar à pauta da Assembleia

Tadeu Leite fez apelo ao governo federal para não cobrar parcela de R$ 12 bilhões que vence neste sábado (20)

RODRIGO MOINHOS

Com a cobrança da parcela de R$ 12 bilhões de um total de R$160 bilhões da dívida de Minas Gerais com a União vencendo neste sábado (20), o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), Tadeu Martins Leite (MDB), afirmou em coletiva, na sede do Legislativo mineiro, que está aguardando, de forma muito ansiosa, mas também esperançosa, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) com as manifestações tanto do governo federal quanto do governo do Estado sobre o desenrolar da dívida nos próximos dias.

Caso a cobrança não seja prorrogada, a proposta de adesão de Minas Gerais ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) deverá voltar à pauta no legislativo. Segundo o presidente, mesmo contando com notícias positivas e aguardando a decisão, ele espera que haja algum desfecho. "Sei da sensibilidade do STF, especialmente nesse caso que envolve a dívida pública de Minas Gerais. Se, por ventura, não tivermos uma decisão nesse sentido, espero muito que o governo federal não cobre do governo do Estado essa dívida nos próximos meses, levando em conta que estamos sentados na mesma mesa construindo um novo caminho", ponderou.

O plano previa o primeiro ano com isenção e já no segundo ano, o governo estadual teria que arcar algo em torno de R$ 4,2 bilhões. "Sou contra a qualquer desembolso neste momento, enquanto estamos em negociação, mas era uma previsão tanto do governo do Estado como do governo Federal quando tentaram aprovar na ALMG o Regime de Recuperação", disse.

Ele salientou ainda que depois da ALMG fazer um movimento mostrando que o Regime de Recuperação Fiscal nos próximos dez anos vai só piorar o problema da dívida pública, tanto o governo do Estado quanto o governo federal foram a público falar que esse realmente não seria o melhor modelo para a quitação das dívidas.

> "Espero muito que o governo federal não cobre do governo do Estado essa dívida nos próximos meses, levando em conta que estamos sentados na mesma mesa construindo um novo caminho"

"E é por isso que estamos tentando construir um novo caminho. Espero muito que o governo federal não utilize desse momento sensível que o Estado está passando para cobrar a parcela da dívida cheia, que gira em torno de R$ 12 bilhões", frisou.

O presidente do legislativo ainda admitiu que o montante não cabe no orçamento do Estado. "Mas, se, por ventura, isso acontecer e a dívida for cobrada, nós vamos, na próxima semana, fazer uma força tarefa tentando desobstruir a pauta e voltar a discutir o RRF, projeto que está suspenso desde quando foi iniciada a discussão. A ALMG tem responsabilidade com esse tema. É o principal tema que o Estado tem que tratar, pois estamos falando de uma dívida de R$ 160 bilhões que, ao final, acaba se revertendo em mais ou menos investimentos para a população", avaliou.

DIÁRIO DO COMÉRCIO / RODRIGO MOINHOS

O presidente reiterou a incapacidade de o governo estadual arcar com o montante neste momento

Adesão ao Regime trará consequências

Para Leite, se não houver acordo sobre o pagamento desta parcela, as consequências serão diversas para o Estado. "Não tenho dúvidas que isso pode trazer prejuízos aos serviços públicos de Minas Gerais. Por isso, acredito ainda na sensibilidade do governo federal, caso não tenhamos uma decisão favorável no STF. Estamos todos imbuídos na mesma causa e não é admissível, sabendo que não é um bom modelo, que vai trazer problemas para o Estado, que o governo federal cobre essa parcela. Espero que isso não aconteça", reiterou.

O parlamentar garantiu que a estratégia visa evitar ao máximo a adesão ao RRF, especialmente pelas consequências que poderá implicar junto aos servidores e às empresas públicas e ainda culminar com um déficit ainda maior. Mas, segundo ele, é preciso aguardar a manifestação do Supremo.

"Esperamos manter as reuniões em Brasília. Parece que nos próximos dias o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, vai apresentar uma minuta de um possível projeto para renegociação da dívida de todos os estados. Temos que aguardar para ter acesso a esse texto. Mas, se tivermos uma decisão favorável, tudo se manterá. Caso contrário, espero contar com a sensibilidade do governo federal", afirmou.

Federalização das estatais - Com relação à federalização das estatais, o presidente do Legislativo mineiro falou que se voltar a ser discutido como forma de quitação ou abatimento da dívida será preciso muita cautela e cuidado na avaliação. "Estamos 'abrindo mão', de uma certa forma, de um patrimônio dos mineiros. Por isso, precisaremos de muita cautela na avaliação e, principalmente, saber qual o bônus, o que os mineiros vão ganhar entregando esse patrimônio para o governo federal", alertou.

Conforme o deputado, o avanço da discussão marcará um novo capítulo na negociação da dívida e exigirá um trabalho muito bem feito a fim de saber o valor real das empresas.

Vale dizer que a proposta de federalização de estatais em Minas Gerais envolve a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) e a Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig). **(RM)**

PBH

PDT lança pré-candidatura de Duda Salabert

O PDT lançou a pré-candidatura da deputada federal Duda Salabert à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

O evento de lançamento ocorreu em um bar no bairro Santo Efigênia, na região Centro-Sul da capital mineira, e teve a presença do ministro da Previdência Social, Carlos Lupi, de lideranças do partido e outros pré-candidatos à PBH.

O partido da pré-candidata afirma nas redes que a candidatura será um movimento para a construção de um novo projeto político para Belo Horizonte. Em seu discurso no evento, a deputada Duda Salabert enfatizou a preocupação com a educação e salários dos professores.

"Se nós queremos transformar o País, começa por transformar a cidade. E nós temos aqui a chance de transformar a cidade, colocando nessa cidade a educação no protagonismo, fazendo dessa cidade a cidade que paga o melhor salário para os professores entre as capitais do Brasil", diz.

Em março, o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte, Gabriel Azevedo, até então sem partido, acertou a sua filiação ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e também anunciou a sua pré-candidatura à Prefeitura de Belo Horizonte durante reunião com o presidente da legenda, Baleia Rossi.

"É uma satisfação estar num partido que tem o peso e a história do MDB e que tem como bandeiras o equilíbrio, a moderação e o respeito à democracia. Estou pronto para disputar as eleições para a prefeitura de Belo Horizonte", disse Azevedo.

O pré-candidato já começou a busca por formação de alianças. O primeiro partido com acordo feito para a disputa eleitoral de 2024 é o Republicanos.

A lista de possíveis candidatos à PBH conta ainda com o próprio prefeito, Fuad Noman (PSD), os deputados estaduais Bruno Engler (PL), Mauro Tramonte (Republicanos), Bella Gonçalves (PSol), Ana Paula Siqueira (Rede), o senador Carlos Viana (Podemos), o deputado federal Rogério Correia (PT), a secretária de Estado Luísa Barreto (Novo) e o ex-vice governador Paulo Brant (PSB).

Legendas para o Legislativo – E o fim do prazo para filiações partidárias, no último dia 6, consolidou um cenário de crescimento de legendas como MDB, PSD e PL nas Câmaras Municipais das capitais dos 26 estados brasileiros. Os partidos ganharam musculatura por meio de migrações e chegam fortes à disputa pelo Legislativo nas eleições de outubro.

As trocas aconteceram em meio à janela partidária, período de um mês previsto pela legislação eleitoral para que os vereadores mudem de legenda. Fora desse período, os eleitos que mudam de legenda podem perder seus mandatos caso não se enquadrem nas exceções previstas na lei.

REPRODUÇÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS

Em seu discurso, a deputada enfatizou a preocupação com a educação e o salário dos professores

Levantamento da reportagem realizado junto a Câmaras Municipais e partidos políticos aponta o MDB como a sigla que mais cresceu em números absolutos nos legislativos das capitais após a janela partidária. A legenda saltou de 54 para 87 vereadores e agora tem representantes em 21 capitais.

Na sequência, o partido que mais cresceu em números absolutos é o PSD, que atingiu o patamar de 75 vereadores nas capitais. O PL de Jair Bolsonaro também avançou, mostrando a força do bolsonarismo nas grandes cidades, assim como o PT, que voltou a ascender com a volta do presidente Lula ao Planalto.

Em geral, os dados apontam para uma migração dos vereadores para partidos mais robustos, sobretudo aqueles que detêm mais recursos do fundo eleitoral e estrutura sólida nos municípios.

A lógica local também pesou nas decisões de mudança. Na maioria das capitais, vereadores buscaram abrigo em legendas da base do prefeito ou migraram para uma sigla de oposição que deslancha com uma candidatura competitiva na disputa majoritária. **(João Pedro Pitombo/Folhapress)**

GRÃOS

Trigo chega às regiões mais quentes de MG

Emater-MG e Epamig implantaram unidades demonstrativas com cultivar MGS Brilhante no Norte e Vale do Jequitinhonha

O trigo, conhecido como uma cultura de clima frio, é uma novidade que agora chega em algumas das regiões mais quentes de Minas. Nas últimas semanas, a Emater-MG e a Epamig implantaram 20 unidades demonstrativas da cultivar de trigo MGS Brilhante, da Epamig, em várias regiões do Estado, dentre elas, Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha. A proposta é usar o grão na produção de silagem para alimentação de bovinos.

Em 2023, as duas empresas implantaram unidades demonstrativas da cultura em municípios do Sul e Sudoeste de Minas e no Campo das Vertentes. Este ano, o projeto foi ampliado também para a Zona da Mata, Leste, Central e Norte de Minas, além dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A pesquisa, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), tem apresentado resultados promissores.

"A cultivar de trigo MGS3 Brilhante é resistente à seca e ao calor e nas unidades demonstrativas implantadas os produtores obtiveram uma forragem de ótima qualidade nutricional para os animais, com boa produtividade em um período de entressafras de culturas de verão, como milho e soja, que costuma ser uma época em que a terra fica parada", explica o pesquisador da Epamig, coordenador do projeto Unidades Demonstrativas de Trigo para Produção de Silagem", Maurício Coelho.

Seleção de produtores - A Emater-MG selecionou os produtores para a implantação das lavouras experimentais e dá as orientações aos agricultores durante todo o processo de produção. "A produtividade das unidades implantadas em 2023 foi muito boa, por isso decidimos ampliar as áreas de cultivo para outras regiões do estado. A cultivar de trigo MGS3 Brilhante é uma opção viável e nutritiva para a silagem, com qualidade demonstrada pelo bom desempenho zootécnico dos animais avaliados", explica o coordenador técnico regional da Emater-MG, Marcelo Martins.

A proposta de expandir o número de Unidades Demonstrativas por Minas Gerais visa levar essa tecnologia ao maior número de produtores possível. "A possibilidade de produzir com a própria semente reduz o custo de produção e os agricultores participantes se tornam multiplicadores do sistema em suas respectivas regiões", diz Coelho.

Cultura de inverno - O pesquisador da Epamig esclarece que, graças ao trabalho de melhoramento genético do trigo, hoje é possível levar a cultura para regiões mais quentes do Estado. "O trigo não vai produzir no verão. Mas como Minas Gerais tem muitas áreas com altitudes acima de 600 metros do nível do mar, procuramos plantar a partir de março e em locais com altitudes maiores", explica Maurício.

De acordo com o coordenador técnico da Emater-MG, Marcelo Martins, a produção do trigo é bem mais barata que a do milho safrinha, que já tem um custo menor que a primeira safra. "O trigo é uma ótima opção de cultura de inverno, porque protege o solo, evitando o ressecamento com o vento e pragas invasoras", conta Marcelo.

Outra vantagem é que com a rotação de cultura (do milho para o trigo) não surgiu a necessidade de combater pragas. "O uso de produtos químicos foi quase zero, o que além de ser melhor ambientalmente, reduz muito os custos de produção", explica o coordenador da Emater-MG. Mas como o trigo é rico em proteína e pobre em energia, o coordenador diz que o ideal não é substituir a silagem de milho pela de trigo, mas fazer uma rotação de culturas.

DIVULGAÇÃO / EMATER MG

Produtores foram selecionados nas duas regiões; cultivar é resistente à seca e ao calor

CAFÉS ESPECIAIS TORRADOS

Inscrições para Prêmio CNA fecham na 3ª feira

Produtores de todo o País têm até a próxima terça-feira (23) para se inscrever no Prêmio CNA Brasil Artesanal 2024 - Cafés Especiais Torrados. O concurso tem o objetivo de reconhecer e valorizar produtores de todo o País. O prêmio é realizado pela CNA em parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) e a empresa Helga Andrade, especialista em cafés, e conta com apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae).

As inscrições podem ser feitas no site do Sistema CNA/Senar: *cnabrasil.org.br*. São duas categorias: 100% arábica ou 100% canéfora. Todos os produtos inscritos devem se enquadrar no estilo de cafés especiais, conforme o Protocolo Brasileiro de Avaliação Sensorial de Café Torrado, com critérios que incluem alta doçura, excelente qualidade de acidez, baixo amargor e aromas intensos.

O concurso tem critérios rigorosos estabelecidos no edital. Só produtores que se enquadrem nos volumes de produção agrícola e industrialização do grão estabelecidos poderão participar.

Para a categoria arábica, o volume total anual de produção de café beneficiado em grãos crus dos produtores deve ser de até 3 mil sacas de 60kg, enquanto para o conilon e robusta, a produção deve ser de até 4,5 mil sacas de 60kg. Já o volume de produção industrializada do café torrado para ambas as categorias não pode ultrapassar 20 sacas de 60kg/mês, totalizando no máximo 240 sacas de 60 kg/ano.

Os produtores inscritos devem enviar amostras dos cafés até o dia 23 de abril, em embalagens herméticas próprias para alimentos.

Etapas - As amostras serão avaliadas por um júri técnico, que selecionará os dez melhores produtos, cinco de cada categoria. Os produtos selecionados serão submetidos à degustação por consumidores finais e à avaliação das histórias dos produtores rurais, completando as etapas do concurso.

Os dez produtos selecionados receberão certificados e prêmios em dinheiro. Os três primeiros também vão receber o Selo de Participação Ouro, Prata e Bronze.

O prêmio integra o Programa Nacional de Alimentos Artesanais e Tradicionais da CNA, que tem o objetivo de valorizar os pequenos e médios produtores rurais. Desde 2019, a premiação reconhece produtores de alimentos, como chocolates, queijos, salames, cachaças, charcutaria, azeites e vinhos. **(CNA)**

DIVULGAÇÃO / CNA

Prêmio tem duas categorias: 100% arábica e 100% canéfora

OLERICULTURA

Centro de Referência forma primeira turma

O Centro de Referência em Olericultura, iniciativa conjunta do Sistema Faemg Senar e Sindicato dos Produtores Rurais de São Gotardo, comemorou a conclusão de sua primeira turma. Doze participantes fizeram o curso Qualificação em Operação e Manutenção de Tratores Agrícolas, em São Gotardo, no Alto Paranaíba.

De acordo com o presidente do sindicato, Rodolfo Molinari da Costa, a iniciativa foi muito bem aceita pelos alunos e pelos produtores rurais, que precisam de profissionais mais capacitados e familiarizados com novas tecnologias. "Existe um déficit muito grande na área. O balanço deste primeiro curso foi extremamente positivo", contou.

Para escolher os 12 participantes da primeira turma entre os mais de 40 inscritos, o sindicato optou por pessoas que já tinham o maquinário e já tinham algum contato com o trator, além de serem de regiões e fazendas diferentes. "A fila está grande, já tem bastante gente à espera dos próximos cursos. Já agendamos vários treinamentos em parceria com o Sistema Faemg Senar. Serão cursos de tratorista, operação de drone, de empilhadeira e outros", revelou Molinari.

Conhecimento é a chave - Marcos Reis de Paulo, um dos alunos, terminou o curso e já está empregado graças aos seus novos conhecimentos. Ele trabalhava no cultivo do alho, mas tinha interesse em mudar de profissão. Soube do curso no Centro de Referência em Olericultura por meio de um amigo e foi atrás da vaga.

Uma vez capacitado, procurou uma vaga na área e conseguiu. "Eu tinha conhecimento a respeito do trator, mas nunca tinha trabalhado com a máquina. Gostei muito curso e de todos os módulos, o atendimento de todos foi muito bom. Foi um ótimo trabalho. Graças a Deus e a isso, hoje tenho um emprego de carteira assinada. Agora é 'bola para frente', abraçar a oportunidade e valorizar essa chance", disse o agora operador de máquina.

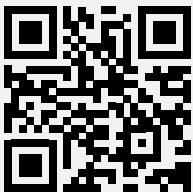
O Centro

Todas as atividades do Centro de Referência em Olericultura são feitas na estrutura do Sindicato dos Produtores Rurais de São Gotardo, no Parque de Exposições da cidade. Ele vai além da cidade de São Gotardo e abrirá as portas para interessados de todo o Estado se capacitarem. O sindicato está começando a captar instrutores de novos cursos voltados para a olericultura com foco nos pontos fortes da produção regional, como paletagem de alho e manutenção de câmara fria, como revelou Molinari. "Agora é dar andamento a estes novos cursos e continuar com os que já temos, porque a fila está enorme", finalizou.

O objetivo do Centro é o desenvolvimento de conteúdos específicos e treinamentos para produtores e trabalhadores, além de ser referência em boas práticas para a cadeia produtiva, como resumiu o superintendente do Senar Minas, Celso Furtado Júnior. "Avançaremos conforme demanda dos produtores e necessidades do mercado de trabalho. Nossa intenção é investir em conhecimento para ser multiplicado entre os produtores", comentou.

"O Centro já é um sucesso aqui na região e já estamos fazendo novas programações para cursos curtos e outros de carga horária maior. Também haverá um polo dos nossos cursos técnicos e o local ainda irá abrigar muito mais trabalhos e serviços", finalizou o gerente regional do Sistema Faemg Senar, Sérgio Carvalho. **(Sistema Faemg Senar)**

DIVULGAÇÃO / SIND. PROD. RURAIS SÃO GOTARDO

Doze participantes fizeram curso de Qualificação em Operação e Manutenção de Tratores

NEGÓCIOS

gestaoenegocios@diariodocomercio.com.br

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK

Se as favelas brasileiras formassem um estado, seria o terceiro maior do Brasil em população; são estimados quase 5,8 milhões de domicílios em favelas, com 17,9 milhões de moradores

ESPECIAL DIA DA TERRA

Economia das favelas regenera o planeta

Ignorar as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, é condenar à degradação; dar oportunidade é essencial

DANIELA MACIEL

O Dia da Terra, comemorado em 22 de abril, foi concebido nos Estados Unidos em 1970. O alerta para olharmos para o planeta com mais cuidado feito há mais de 50 anos segue repercutindo, porém, sem alcançar os efeitos desejados. Cuidar do planeta significa ter responsabilidade com o meio ambiente e com as pessoas. Impõe a todos - governos, empresas e sociedade civil - olhar pelos mais frágeis e dar oportunidade para que todos se desenvolvam e realizem plenamente suas potencialidades. Ignorar as pessoas, especialmente as mais vulneráveis, é também condenar o planeta à degradação. Por isso o DIÁRIO DO COMÉRCIO nesse Dia do Planeta abre espaço para as periferias e as favelas com toda a potência da economia que existe dentro delas e (ainda) é ignorada por boa parte da sociedade.

Favelas são, conceitualmente, assentamentos informais populares com grande densidade demográfica localizados em periferias dos centros urbanos. São resultados de um processo de urbanização desordenado somado à segregação social que afasta os grupos mais vulneráveis.

Segundo projeções da ONU-Habitat 2022, cerca de um bilhão de pessoas vivem atualmente em favelas e assentamentos informais em todo o mundo. Esse número pode estar subestimado, frente às dificuldades de captação dos dados em diversos países e à dinamicidade de formação e dispersão desses territórios. Ainda de acordo com a ONU-Habitat, em 2021, cerca de 56% da população do planeta vivia em áreas urbanas, e essa taxa deve subir para 68% em 2050.

De acordo com a pesquisa Data Favela 2023, na última década o total de comunidades distribuídas pelos estados brasileiros, sobretudo em capitais, dobrou. São 13.151 aglomerados subnormais - ocupações irregulares em terrenos de propriedade alheia, de origem pública ou privada, com o fim de habitação. Se as favelas brasileiras formassem um estado, seria o terceiro maior do Brasil em população. São estimados 5,8 milhões de domicílios em favelas, com 17,9 milhões de moradores.

Esse enorme contingente populacional, muitas vezes visto como uma massa disforme e indistinta, sem identidade, é múltiplo e potente. A renda movimentada pela população dessas comunidades, segundo a pesquisa, também aumentou, e quebrou a barreira dos R$ 200 bilhões, R$ 12 bilhões a mais em relação ao ano anterior injetados pelas favelas na economia brasileira.

Para a professora convidada da Fundação Dom Cabral (FDC), executiva na área de tecnologia e ativista, Grazi Mendes, a favela precisa ser entendida dentro das complexidades e desigualdades do Brasil.

"Existe um imaginário que associa a favela à fome, pobreza, assalto, tráfico. E tem a realidade. Nas favelas o imaginário tem a ver com superação, identidade, família. Lutamos para mostrar que a favela não é carência, é potência. É gente que cria, que inova. Movimenta muito, são R$ 200 bilhões. Se ignoramos isso, desperdiçamos talentos e potencial de consumo. As empresas que entenderam que estamos falando de negócios, de inovação, já estão lucrando. O progresso só existe quando as pessoas melhoram de vida", explica Grazi Mendes.

Do total, 5,2 milhões de moradores das favelas já empreendem, 6 milhões sonham ter um negócio próprio, e sete em cada dez pretendem abrir o empreendimento dentro da favela. Apesar dos números expressivos, apenas 37% dos empreendimentos são formalizados e têm CNPJ.

Esse apetite pelo empreendedorismo, porém, está muito mais ligado à necessidade do que ao desejo, à oportunidade ou ao talento. Sem a oportunidade de empregos formais no "asfalto", resta, principalmente às mulheres, trabalhar "por conta própria". O verbo "empreender", embora comece a circular com mais naturalidade nesses espaços nos últimos anos, ainda é um termo quase desconhecido ou é entendido como algo que é feito sempre por outras classes sociais mais favorecidas. É o "isso não é para nós".

A sétima edição da pesquisa "Mulheres empreendedoras e seus negócios", realizada pelo Instituto Rede Mulheres Empreendedoras (IRME), em 2022, mostra que elas são, em sua maioria, negras, mães e da classe C.

O levantamento aponta uma proporção de 60% de mulheres negras entre as empreendedoras brasileiras. As frações de mulheres que abriram negócios por necessidade e por oportunidade, embora sejam as mesmas (46%), apresentam perfis bem diferentes de empreendedoras.

As que afirmaram ter empreendido por oportunidade são principalmente das classes A e B (67%) e não negras (54%), com ensino superior (64%), e abriram seus negócios há mais de cinco anos (55%).

Por sua vez, as mulheres que se tornaram empreendedoras por necessidade estão, sobretudo, nas classes D e E (71%), e a maioria delas é negra (52%). Do total de negócios empreendidos por mulheres há até dois anos, 42% surgiram por necessidade, e 45% foram criados por empreendedoras que vivem em favelas ou comunidades.

DIVULGAÇÃO / THIAGO BRUNO

Grazi Mendes: nas favelas o imaginário tem a ver com superação

"O conhecimento que vem das bases, da margem não é valorizado. Isso deixa de fora uma série de habilidades que são fundamentais para o mercado de trabalho. A gambiarra é uma tecnologia social. São pessoas que buscam soluções para problemas reais. São extremamente criativas, mas elas não têm acesso ao investimento, ao capital social. As mulheres são a força motriz do País e do empreendedorismo nas favelas. As primeiras empreendedoras foram as baianas do acarajé, as negras de ganho. Quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura se move", afirma Grazi Mendes.

Falta de capacitação emperra desenvolvimento

Criado há 10 anos no Morro do Papagaio (Aglomerado Santa Lúcia), na região Centro-Sul, o Fa.Vela é um *hub* de educação e aprendizagem empreendedora, inovadora, digital e inclusiva, que tem como missão promover a diversidade e o desenvolvimento social, econômico e ambiental por meio do empoderamento de grupos e territórios vulnerabilizados.

Para isso, oferece educação empreendedora e aceleração de negócios e projetos, atuando no desenvolvimento de metodologias de ensino, trilhas de inovação e impacto social elaboradas para preparar as pessoas para o futuro do trabalho.

De acordo com a cofundadora e diretora-presidente do Fa.Vela, Tatiana Silva, a rede é um negócio de impacto social liderado por pessoas negras, LGBTs e periféricas que contribui, especialmente, para o sucesso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1: "Erradicação da pobreza", e 4: "Educação de Qualidade. Até agora, mais de mil pessoas já foram impactadas diretamente, mais de 600 empreendedores já foram acelerados em mais de 400 iniciativas.

"Quando eu e o João (Souza, cofundador e diretor de Novos Negócios e Parcerias do Fa.Vela) fomos estudar fora, vimos que esse esforço de transformação social, pra ser efetivo, tem que ser 'nós por nós'. Vimos movimentos internacionais que não geravam tantos resultados efetivos por serem feitos de cima pra baixo, sem atender as demandas das pessoas. Voltamos com o desejo de botar a mão na massa. Na época, tínhamos conhecido no governo do Estado a lógica dos programas de aceleração para novos negócios de base tecnológica. E por que aquilo não poderia ser levado para a economia das periferias? Isso faria toda a diferença", relembra Tatiana Silva.

E realmente fez. Foi assim que nasceu o primeiro programa de aceleração de negócios na favela: uma jornada que oferecia saberes estratégicos para que as pessoas conseguissem modelar os seus negócios de uma forma sustentável. Depois dele, vieram outros, entre eles, o Corre Criativo, que já está na sétima edição, voltado especialmente para os jovens.

E para se manter, o Fa.Vela apostou em fazer o que prega e se profissionalizou, criou serviços capazes de gerar renda para se manter e ampliar a atuação que hoje se espalha pelo Brasil.

"Diante da necessidade de captar recursos, começamos a ir para a formalização. A gente precisa ter lucro pra continuar existindo, para reinvestir. Conseguimos precificar bem os serviços e hoje temos uma equipe de 27 pessoas, todas celetistas. Acabamos virando um polo de oportunidade para outras pessoas que são parceiros e fornecedores. Pessoas que passaram por aqui voltam como parceiros. Isso demonstra a importância de desenvolver lideranças. Não tem como ter um Fa.Vela em todos os lugares. Esses líderes serão agentes de transformação onde estiverem", destaca a diretora-presidente do Fa.Vela.

Para conseguir empreender, além de capacitação, as pessoas precisam também de autoconfiança e controle emocional. O tema da saúde mental ganhou espaço dentro das empresas e na mídia, especialmente a partir da pandemia de Covid-19, em 2020. Mas nas favelas, diante de tantas pressões, especialmente a econômica, o assunto muitas vezes é deixado de lado.

A partir da sua experiência com atendimentos clínicos, a psicóloga Ana Novais criou a Serh Psicologia - Desenvolvimento de Negócios e Pessoas. O serviço combina aspectos da psicologia com foco no desenvolvimento de mulheres empreendedoras.

"A montagem da consultoria vem da minha experiência com um projeto 'Humanamente'. Ouvi centenas de histórias. A escuta chegou e levou o sujeito a entender que ele também tem direito à saúde mental. O empreendedor precisa abraçar-se com quem ele é, descobrir a sua essência. É o *brand* emocional, para usar a própria história como estratégia de negócio. A segurança psicológica muda a lucratividade. Isso sem renunciar aos princípios. Quando você idealiza somente o sucesso e não se prepara para os desafios do meio, não consegue lidar com as demandas do outro", destaca Ana Novais. **(DM)**

ESPECIAL DIA DA TERRA

Negócios periféricos na pauta da FDC

Previsão é de que 12 *hubs* de empreendedorismo popular sejam lançados por todo o País

DANIELA MACIEL

Em setembro de 2023, a Fundação Dom Cabral inaugurou a primeira unidade "Espaço Empreendedor Pra Frente", na região do Barreiro. O segundo foi na região de Venda Nova, em janeiro de 2024. O objetivo dos espaços é alavancar o empreendedorismo popular por meio do desenvolvimento comunitário e econômico local. A previsão é de que doze *hubs* presenciais de empreendedorismo popular sejam lançados, até 2026, por todo o País. Cada espaço capacita um educador social, que recebe salário por um ano da Fundação, indicado pela comunidade local para acompanhar e facilitar a jornada do empreendedor.

A gerente de projetos da Educação Social da Fundação Dom Cabral, Vanja Abdallah Ferreira, explica que esses espaços dão concretude ao Movimento Pra Frente, lançado em 2021, como plataforma *on-line*.

"No lançamento do Movimento sentimos que falar com a população é um dos nossos maiores desafios. Não tínhamos legitimidade para falar com as pessoas da periferia. Sem contato com as lideranças locais para falar da FDC, da plataforma, não conseguiríamos engajamento. Acreditamos na educação com tecnologia e temos uma rede de parceiros que permite o acesso. Começamos capacitando pessoas já interessadas em educação para que elas fossem multiplicadoras. Sentimos a necessidade de customizar para cada ecossistema. A favela tem uma linguagem, os catadores de papel têm outra. Se a pessoa não se reconhece, fica uma distância muito grande. A Fundação está aprendendo muito com os parceiros", avalia Vanja Ferreira.

> "A favela tem uma linguagem, os catadores de papel têm outra. Se a pessoa não se reconhece, fica uma distância muito grande. A Fundação está aprendendo muito com os parceiros"

Outra ação importante da FDC para fomentar a economia nas periferias é a Escola de Negócios da Favela (ENF), lançada em 2022, em parceria com a Central Única das Favelas (Cufa), em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A iniciativa oferece por meio de uma plataforma *on-line* conteúdos específicos para cada tipo de empreendimento, utilizando a linguagem do cotidiano. O público-alvo da Escola de Negócios são moradores das favelas brasileiras, que já tenham seu próprio negócio, independentemente do estágio de maturidade.

Já no primeiro ano de atuação, a Escola recebeu o prêmio *Excellence in Pratice*, da Fundação Europeia para desenvolvimento da Gestão (EFMD), pelo modelo de inovação em ecossistema usado na educação executiva de nano e microempreendedores de periferias e de favelas no Brasil.

"Este primeiro ano foi importante para construção e entendimento da base de empreendedores da ENF, o Brasil é um País de dimensões continentais e cada região tem suas particularidades e é bastante importante conhecer quais são, para termos capacidade de entregar trilhas educacionais com qualidade e que conversem com as diferentes realidades. Além disso, o time também trabalhou no desenvolvimento da plataforma de educação *gamificada*. Foi um ano exitoso e começamos 2024 ainda mais maduros e com um produto que faz sentido para os empreendedores e para o mercado. Quem está no corre já tem uma vida superagitada, sabe que educação é importante, mas tem dificuldade de encaixar mais uma dinâmica na rotina, por isso, construir um senso de comunidade com estratégias *gamificadas* é superimportante para que o empreendedor se engaje na jornada de formação", destaca o fundador da Cufa e fundador da Favela Holding, Celso Athayde.

TÂNIA RÊGO / AGÊNCIA BRASIL

Público-alvo da Escola de Negócios são moradores das favelas que já tenham seu próprio negócio, em qualquer estágio

DIVULGAÇÃO / FDC

Vanja Ferreira: não tínhamos legitimidade para falar com as pessoas da periferia, é desafiador

Tecnologia dinamiza economia

Iniciativa voltada para a formação de jovens programadores, de 15 a 24 anos, vindos dos aglomerados Barragem Santa Lúcia, Morro do Papagaio, Vila São José, Conjunto Santa Maria, Vila Leonina, Vila Estrela, Morro das Pedras e região, em Belo Horizonte, o FavelaWare foca na formação técnica (com aulas de lógica básica, *low code*, *back end* e *front end*) e na formação de *soft skills* (comunicação, desenvolvimento pessoal, trabalho em equipe etc.), com aulas ministradas por especialistas na área.

O FavelaWare é uma iniciativa da Mundiale, do Ecossistema Ânima Educação e das Obras Pavonianas. Alunos dos cursos ligados à tecnologia da informação da instituição de ensino são os instrutores do curso, que conta como carga horária de extensão.

- Segundo a idealizadora e orientadora do projeto, Rafaela Moreira, o curso, que está na sua segunda edição, tem como pilares:
- Incentivo ao ingresso de jovens na área da tecnologia da informação;
- Desenvolver competências e habilidades iniciais relacionadas à área;
- Apoiar a inclusão de jovens talentos no mercado de trabalho.

"A ideia era atender os jovens, mas a procura nos fez abrir vagas também para pessoas mais velhas. Chama a atenção também a grande procura por mulheres. Todos os participantes recebem auxílio transporte e alimentação, além de atendimento psicológico. Eles desenvolvem um projeto para ser apresentado à Mundiale. Os melhores foram selecionados e cinco alunos da primeira turma foram contratados. Esse projeto é apaixonante e muda a vida de quem dá aula também. Temos instrutores que vieram desse tipo de situação e estão retribuindo o que tiveram da sociedade", completa a orientadora do FavelaWare. **(DM)**

Ampliar a representatividade das favelas beneficia o meio

Agir sobre a realidade das periferias e favelas, respeitando e fomentando suas características e potencialidades, significa não apenas fazer a economia girar, mas também, melhorar e proteger as condições de vida de todos e do próprio planeta.

Significa também atender a vários ODS, entre eles:

- ODS 1: Erradicação da Pobreza
- ODS 3: Saúde e bem-estar
- ODS 4: Educação de qualidade
- ODS 6: Água potável e saneamento
- ODS 8: Trabalho decente e crescimento econômico
- ODS 11: Cidades e comunidades sustentáveis
- ODS 13: Ação contra a mudança global do clima
- ODS 16: Paz, justiça e instituições eficazes
- ODS 17: Parcerias e meios de implementação.

Todo esse esforço está alinhado com o Movimento Minas 2032 - pela transformação global (MM 2032). Liderado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, o MM2032 propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), preconizados desde 2015.

Há 30 anos atuando como ativista e empreendedor social, o presidente global da Cufa, Preto Zezé, destaca a importância da representatividade que cada uma dessas iniciativas ajuda a fortalecer. A mudança na forma como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se refere às favelas a partir do Censo 2022 é apontada como um marco na compreensão da sociedade sobre as favelas.

O Instituto substituiu a denominação dos "Aglomerados Subnormais", adotada desde 1991, por "Favelas e Comunidades Urbanas". Com isso, o IBGE retoma o termo "Favela", utilizado historicamente pelo órgão desde 1950, junto ao termo "Comunidades Urbanas", de acordo com identificações mais recentes. Não houve alteração no conteúdo dos critérios que estruturam a identificação e o mapeamento dessas áreas e que orientaram a coleta do Censo Demográfico 2022.

"Ficamos muito felizes com essa decisão do IBGE de voltar a chamar as comunidades de favela. Agora vamos tirar a favela do lugar do problema, da carência. Fortalecemos os nossos argumentos. A favela se vira. As pessoas empreendem porque precisam. Para isso, elas precisam ter acesso ao crédito, aos órgãos públicos, à escola... Queremos que as empresas não olhem pra gente nas favelas só como consumidores, mas sim como protagonistas, não como coadjuvantes na economia do Brasil. Criamos a Frente Parlamentar das Favelas, com mais de 270 deputados. O debate tem que ir para lá, para o centro do poder. Não aceitamos mais ter uma participação limitada. Todo mundo fala da Amazônia – isso é superimportante -, mas ninguém fala do saneamento básico, por exemplo. Isso também é meio ambiente, diz respeito ao planeta. Existe um movimento que não para mais. Uma série de questões que a favela pode apontar um repertório de soluções para o País", conclama Preto Zezé. **(DM)**

DIVULGAÇÃO / CUFA

Vamos tirar a favela do lugar do problema, da carência, a favela se vira, garante Preto Zezé

DIA MUNDIAL DO LIVRO

Especialistas indicam obras para ler, reler e inspirar

Sugestões vão de negócios à polarização nas relações e o impacto da tecnologia

Comemorado no dia 23 de abril, o Dia Mundial do Livro é uma data escolhida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) para celebrar o livro, incentivar a leitura, homenagear autores e refletir sobre seus direitos legais. Essa data foi escolhida em tributo aos escritores Miguel de Cervantes, Inca Garcilaso de la Vega e William Shakespeare, que morreram em 23 de abril de 1616.

Nesse dia, grandes obras são relembradas, discutidas e reverenciadas. É uma oportunidade para celebrar os títulos de autores consagrados. Professores e especialistas da Fundação Dom Cabral (FDC), 7ª melhor escola de negócios do mundo, com sede em Nova Lima, Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), compartilham sugestões de leitura que vão de negócios à polarização nas relações e o impacto da tecnologia no desenvolvimento das pessoas.

No último ano, Emerson de Almeida, cofundador da Fundação Dom Cabral (FDC), lançou o "Caminhando Contra o Vento", um livro que ilustra, por meio de histórias de empreendedores, como criar um negócio próprio que proporciona sustento para a família, saindo do desemprego e gerando autoestima, como a opção de milhares de homens e mulheres em todo o País. O livro aborda que o empreendedorismo não diz respeito apenas ao conceito econômico, mas sim uma questão de desenvolvimento social, tendo como prioridade o combate à pobreza, tema fundamental em um país como o nosso, diverso, de dimensões continentais e de desigualdades sociais gritantes, com urgência de serem endereçadas. Nas primeiras páginas do livro, é possível conhecer a trajetória do autor, sua família e de duas mulheres que não desistiram de vencer.

No início do mês, Fabian Salum e Karina Coleta, professores da FDC, lançaram o livro "O valor das escolhas: entenda como funciona a evolução do modelo de negócio". Por meio de casos reais e com uma linguagem acessível, a leitura convida ao entendimento da relação dinâmica entre as escolhas e consequências de um modelo de negócio, expandindo a análise do gestor para contemplar o valor distribuído para as partes interessadas.

"Leitura instigante abre os nossos olhos para como as diferenças estão se tornando identitárias e moldando relações e funcionamento da sociedade"

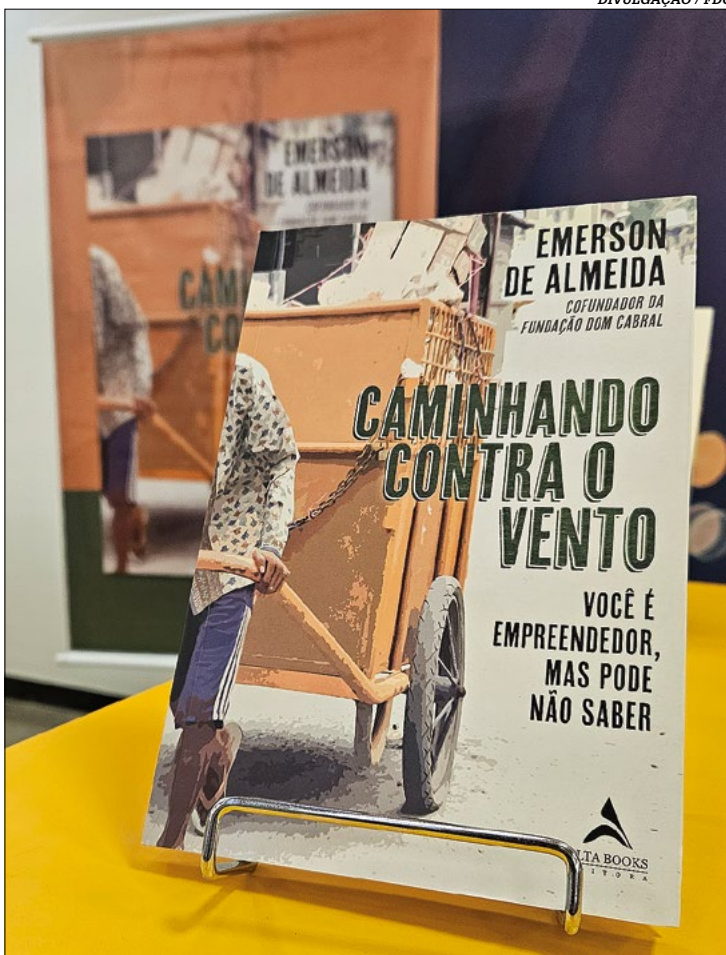
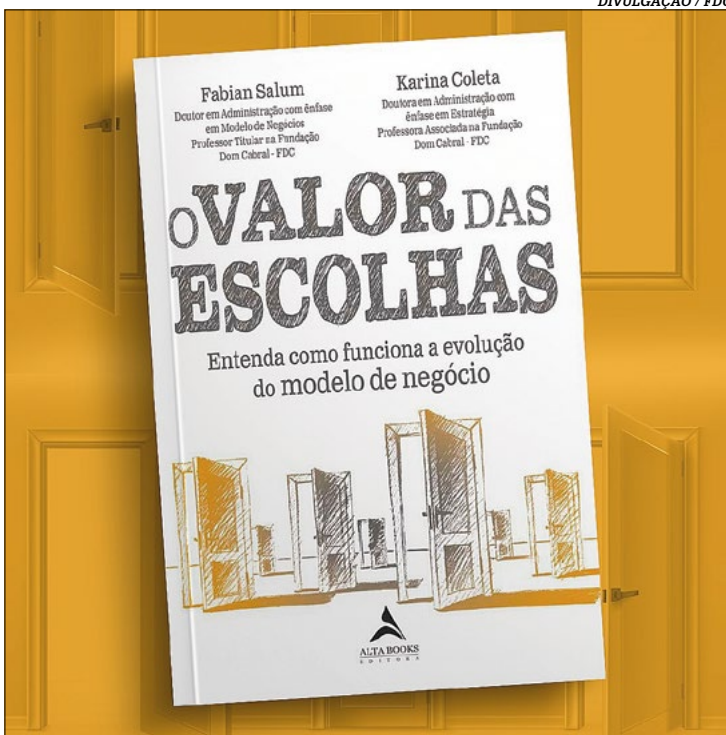
Já Beth Fernandes, vice-presidente de Educação Executiva e Diretora do CEOs Legacy na FDC, indica o livro "Humanidade: Uma história otimista do homem", de Rutger Bregman. "O livro propõe uma reflexão em torno da perspectiva pessimista e otimista da natureza humana, embasando-se em dois pensadores: Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau. Embora o autor assuma a perspectiva otimista, trazendo evidências ancoradas em experimentos sociais, relatos pessoais e extensa pesquisa bibliográfica, o livro dá margem que o leitor tome a sua decisão. Nos tempos atuais em que a violência, a guerra, as atrocidades inundam nossas vidas e nosso cotidiano, essa leitura expande nossas lentes sobre o comportamento humano e o futuro da humanidade", pontua a executiva.

O fato de ter filhos na idade escolar e para entender o impacto da tecnologia no desenvolvimento das pessoas uma vez que somos uma escola, motivou André Proença, vice-presidente executivo na FDC, a sugerir os livros "A fábrica de cretinos digitais: Os perigos das telas para nossas crianças" e "Faça-os ler!: Para não criar cretinos digitais".

A indicação de Rosileia Milagres, vice-presidente de Educação Acadêmica na FDC, é "O homem que amava os cachorros", do Leonardo Padura. Dividido em três partes, o livro refaz a história de Trotski. Para Ana Carolina Almeida, vice-presidente de Educação Social na FDC, a dica de livro é "A coragem de liderar", que reforça como a liderança não tem a ver com cargos, mas sim com se responsabilizar com o próprio papel e reconhecer o papel de cada um na equipe.

Paula Simões, VP de Conhecimento e Aprendizagem da FDC, está lendo o livro "Biografia do Abismo", de Felipe Nunes e Thomas Traumann. "Uma leitura instigante que traz dados e uma explicação fundamentada sobre a polarização 'Lula e Bolsonaro' e abre os nossos olhos para como as diferenças estão se tornando identitárias e moldando relações e funcionamento da sociedade", comenta Paula Simões.

Já Patrícia Becker, diretora da área de Gestão Pública na FDC, indica o livro "Garra: O poder da paixão e da perseverança", de Angela Duckworth. Em resumo, a autora mostra como o que se passa na cabeça das pessoas durante as derrotas pode fazer toda a diferença, independentemente de talento ou sorte. Para a executiva da FDC, a autora explora a hipótese de que não é a "genialidade" que realmente conduz ao sucesso, mas uma combinação especial de paixão e perseverança. "Ela usa o termo '*grit*' (garra), que é a capacidade de perseverar e produzir resultados além do puro talento, da sorte ou das eventuais derrotas", conclui.

"O Cérebro Relativístico" é a sugestão de leitura de Hugo Tadeu, diretor do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo da FDC. O livro, escrito por Miguel Nicolelis e Ronald Cicurel, um matemático e um neurocientista, mergulha na complexidade e aborda a possibilidade de as máquinas simularem funções mais elaboradas do cérebro humano. "Para quem fala que as máquinas substituirão os humanos, recomendo a leitura deste livro. Tanto pela neurociência, quanto pela matemática seria impossível um modelo computacional ocupar o lugar de um ser humano. Deveríamos trazer um pouco mais de informação para quem atua com tecnologia todos os dias, com seus desafios de implementação e resultados", recomenda Hugo Tadeu.

DIVULGAÇÃO / FDC

DIVULGAÇÃO / FDC

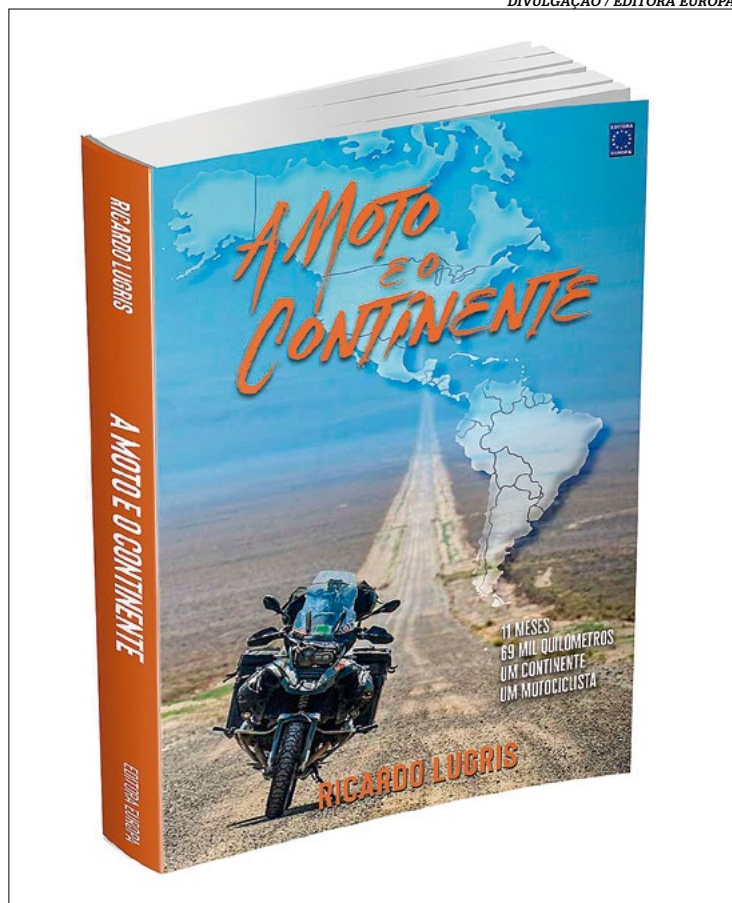
LANÇAMENTOS

Épica jornada de Ricardo Lugris, do Alasca ao extremo da América do Sul

O roteiro de "A moto e o continente", de Ricardo Lugris, é fascinante. Começa no Alasca, cruza toda a América do Norte, desvenda os encantos da América Central, e vai até o extremo da América do Sul. São 69 mil quilômetros e 11 meses de estrada.

O protagonista, Ricardo Lugris, divide, com sua *BMW GS1200 Adventure* ano 2014, o encanto de todos os lugares por onde passa, com suas histórias e vivências. Por isso, "A moto e o continente" não é um livro de aventuras e muito menos uma expedição. É um mergulho profundo nas culturas que pulsam ao longo deste vasto continente. Lugris, com sua capacidade única de tecer laços com as pessoas e lugares, transforma cada quilômetro em uma história viva, olhada de perto, experiência que ele realiza sozinho, porque nada desperta mais simpatia e vontade de interagir do que um viajante solitário.

"A moto e o continente" completa a trilogia iniciada por "Tempo em Equilíbrio", quando o autor e sua fiel motocicleta viajaram 35 mil quilômetros entre a França e Singapura; e "Montar e Partir", em um percurso pelo Cáucaso, uma das mais antigas civilizações do planeta. Todos os livros foram editados e lançados pela Editora Europa.

O livro é um convite de Lugris para "curtir a viagem" na garupa de sua moto, percorrendo com ele os caminhos do continente americano, em uma jornada em que as estradas são tão cativantes quanto os destinos.

DIVULGAÇÃO / EDITORA EUROPA

FICHA TÉCNICA

Título: A moto e o continente
Autor: Ricardo Lugris
Editora: Europa
Número de páginas: 524
Preço: R$ 119,90
Onde encontrar: www.europanet.com e Amazon

Lugris é gaúcho, nascido em 1958, casado, pai de duas filhas e avô de Olivia. Apaixonado por aviação - trabalhou mais de 40 anos no setor - e motocicletas, combina viagens pelo mundo com a escrita de livros como elementos essenciais em sua existência. O autor reside na França há quase 30 anos.

O lançamento do livro "A moto e o continente", seguido de palestra e sessão de autógrafos com Ricardo Lugris, acontece dia 22 de maio, a partir das 18h30, na Euroville, avenida Raja Gabáglia nº 3003, no São Bento, região Centro-Sul de Belo Horizonte.

Publicação explora nova perspectiva para contratos privados de engenharia

Os meios extrajudiciais de solução de conflitos (Mesc), como a negociação, a conciliação, a mediação, a arbitragem e os *Dispute Boards* oferecem alternativas hábeis a solucionar conflitos relacionados a contratos privados sem a necessidade, a princípio e em regra, de submeter tais situações ao trâmite tradicional de uma demanda judicial, que em muitas oportunidades prolonga os litígios, gerando elevados custos às partes e pouca efetividade na pacificação dos interesses e na resolução da controvérsia.

Os *Dispute Boards* ou Comitês de Prevenção e Solução de Disputas, como denominados no Brasil, são importantes instrumentos contratuais para prevenção e solução consensual de conflitos. Constituem um corpo de profissionais independentes e com conhecimento técnico sobre o objeto contratual, que funciona prioritariamente de forma permanente, com o objetivo de solucionar de maneira célere e técnica os litígios que porventura ocorram.

Da Expert Editora, a obra "*Dispute Boards*: Análise da Efetividade nos Contratos de Engenharia no Brasil", de Marcos Campos de Pinho Resende, sócio da Moura Tavares Advogados, se dedica ao estudo específico dos *Dispute Boards* em Contratos de Engenharia de execução continuada no Brasil, buscando investigar as origens do método e sua recente introdução no ordenamento jurídico brasileiro, identificando os benefícios da sua implementação já no início das obras, propiciando a efetiva solução de conflitos em tempo real, no momento em que ocorrem as divergências, oportunizando soluções mais justas e técnicas, em menor tempo, evitando-se longas paralisações, discussões e possibilitando a redução dos custos de transação, o alcance e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do projeto.

O livro será lançado na quinta-feira, 25 de abril, às 19 horas, no Café do Centro Cultural Unimed - BH Minas (rua da Bahia, 2244 - Lourdes).

DIVULGAÇÃO / MOURA TAVARES ADVOGADOS

FGTS

Proposta pode trazer mais prejuízos ao trabalhador

Planalto propõe pagar remuneração de ao menos a inflação sobre o saldo

DIVULGAÇÃO / ADOBE STOCK

Atualmente, a rentabilidade do Fundo de Garantia é de 3% ao ano mais Taxa Referencial (TR)

São Paulo - A proposta do governo federal apresentada pela Advocacia-Geral da União (AGU) na ação que discute a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) no Supremo Tribunal Federal (STF) poderá trazer prejuízos aos trabalhadores.

O Planalto propõe pagar remuneração de ao menos a inflação sobre o saldo do trabalhador no Fundo de Garantia. Hoje, a rentabilidade é de 3% ao ano mais Taxa Referencial (TR). A diferença para menos ocorreria em épocas de queda da inflação.

Cálculos feitos a pedido da reportagem pelo planejador financeiro Marlon Glaciano, especialista em finanças, mostra que os valores variam conforme o montante que o trabalhador tem no fundo. Quanto maior o total, maior a perda.

Para um saldo de R$ 1 mil, por exemplo, a correção atual renderia R$ 43,70. Pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), inflação oficial do País, o rendimento seria de R$ 39,30, o que dá 4,40 a menos em um ano. Já quem tem R$ 100 mil no FGTS, receberia R$ 440 a menos ao longo de um ano. Para saldo de R$ 500 mil, seriam R$ 2.200.

Glaciano afirma que se essa for mesmo a meta do governo, é preciso analisar se vale a mesmo a pena mudar a correção do fundo. "Será que vale mesmo esta alteração? E, se sim, seriam necessárias novas variáveis nesse cálculo, pois tão somente a inflação não será suficiente para rentabilizar mais o FGTS", afirma.

A crítica também é feita pelo presidente do Instituto Fundo de Garantia do Trabalhador, Mario Avelino. Segundo ele, a ADI 5.090, que está no Supremo, pede para que a TR seja declarada inconstitucional e afastada, sendo indicado um índice de inflação para correção do fundo.

"Não é pegar e dizer que o Fundo de Garantia tem que render no mínimo a inflação, senão o trabalhador não ganha nada. Ou seja, ele tem uma poupança que o governo aplica socialmente e que eu não vejo problema nenhum, mas não rende nada. Simplesmente reportar a inflação é trocar seis por meia dúzia".

Avelino lembra que o Fundo de Garantia é a poupança do trabalhador, que não vem sendo remunerada adequadamente, trazendo perdas. "A inflação não é ganho. Corrigir a perda gerada pela inflação para manter o poder de compra da poupança não é ganho. O ganho é uma taxa de juros", diz.

O caso está parado no Supremo, à espera de julgamento. Chegou a entrar na pauta de 4 de abril, mas foi retirado. No ano passado, o ministro relator do caso, Luís Roberto Barroso, propôs como correção do FGTS no mínimo a remuneração da poupança, que rende 6% ao ano mais TR, conforme a variação da taxa de juros.

O governo propõe remunerar o fundo pela TR + 3% ao mês e distribuir o lucro - o que já ocorre - garantindo no mínimo a inflação. O índice não foi divulgado, se IPCA ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), que reajusta salários.

É uma ação judicial na qual se questiona a constitucionalidade da correção do dinheiro depositado no Fundo de Garantia. Hoje, o retorno do FGTS é de 3% ao ano mais a TR, que rende próxima de zero. Com isso, a atualização do dinheiro fica abaixo da inflação, deixando de repor as perdas do trabalhador. **(Cristiane Gercina/ Folhapress)**

Brasileiros acumulam perdas desde 1999

São Paulo - Desde 1999, quando houve modificação no cálculo da TR, os trabalhadores acumulam perdas.

A TR, usada para corrigir o dinheiro do fundo, tem rendimento muito baixo, próximo de zero, fazendo com que os trabalhadores não consigam repor seu poder de compra com o saldo do dinheiro do FGTS. Diversos cálculos apontam perdas que vão de 24% nos últimos dez anos a até 194% para quem tem valores no fundo desde 1999.

Em 2014, data do início da ação, estudo da Força Sindical mostrou que um trabalhador que tinha R$ 1.000 no ano de 1999 no Fundo de Garantia tinha, em 2013, R$ 1.340,47. Se fosse considerada a inflação medida pelo INPC, usado na correção de salários, o valor deveria ser de R$ 2.586,44, uma diferença de R$ 1.245,97.

Na defesa da correção maior, especialistas alegam que o dinheiro do FGTS é renda proveniente do salário e não pode trazer perdas, pois não se trata de um investimento.

O FGTS funciona como uma poupança para o trabalhador. O fundo foi criado em 1966, com o fim da estabilidade no emprego, e passou a valer a partir de 1967. Todo mês o empregador deposita 8% sobre o salário do funcionário em uma conta aberta para aquele emprego.

Há ainda a multa de 40% sobre o FGTS caso o trabalhador seja demitido sem justa causa. Desde a reforma trabalhista de 2017, há também a possibilidade de sacar 20% da multa após acordo com o empregador na demissão.

Todo trabalhador com carteira assinada deve ter o FGTS depositado, o que inclui, atualmente, as empregadas domésticas. Até 2015, não havia direito ao FGTS por parte das domésticas. A PEC das Domésticas, porém, trouxe essa possibilidade em 2013, mas a lei que regulamentou a medida e possibilitou os depósitos dos valores por parte dos empregadores passou a valer apenas dois anos depois. **(Cristiane Gercina/Folhapress)**

PERSE

Fim provisório leva empresas à Justiça

São Paulo - Empresas do setor de eventos tentam suspender no Judiciário a reoneração do setor a partir deste mês com base em um artigo de uma medida provisória que deve perder a validade em menos de 60 dias. A controvérsia se refere ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado durante a pandemia para durar até 2027.

No final de 2023, o governo editou uma medida provisória que, entre outras questões, promovia a volta da cobrança de três contribuições federais a partir de 1º de abril para essas empresas (PIS, Cofins e CSLL) e do imposto de renda corporativo em 2025.

Diante da reação negativa do Congresso Nacional, o governo enviou um projeto de lei sobre o tema, prevendo o fim gradual do benefício, mas o trecho da medida provisória que encerra o programa continua valendo.

Para aumentar a confusão, a versão original dos dois textos (MP e projeto de lei) são divergentes. O primeiro acaba com o Perse. O segundo restringe os setores beneficiados e promove uma reoneração gradual.

Na última terça (16), uma comissão mista do Congresso aprovou uma nova versão para a MP. A parte que trata do Perse foi retirada, mas a reoneração continuará valendo até que a medida seja votada no plenário da Câmara e do Senado ou se ela caducar, o que ocorre no início de junho.

Com isso, há a possibilidade de as empresas serem tributadas em abril e maio e voltarem a ser desoneradas no mês seguinte.

Até o momento, o governo tem vencido a briga no Judiciário. Mas muitos contribuintes só recorreram à Justiça em abril, após a prorrogação da MP por mais 60 dias, e muitas ações ainda estão pendentes de decisões, segundo tributaristas.

"Existem decisões favoráveis à Fazenda Nacional em praticamente todos os tribunais", afirma a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A instituição cita como exemplo ações nos Tribunais Regionais Federais da segunda, terceira e sexta regiões, o que inclui os quatro estados do Sudeste e o Mato Grosso do Sul.

Entenda - Instituído pela Lei 14.148/2021 para compensar os efeitos decorrentes das medidas de combate à pandemia, o Perse prevê alíquota zero de PIS, Cofins, IRPJ e CSLL para uma série de atividades do setor de eventos.

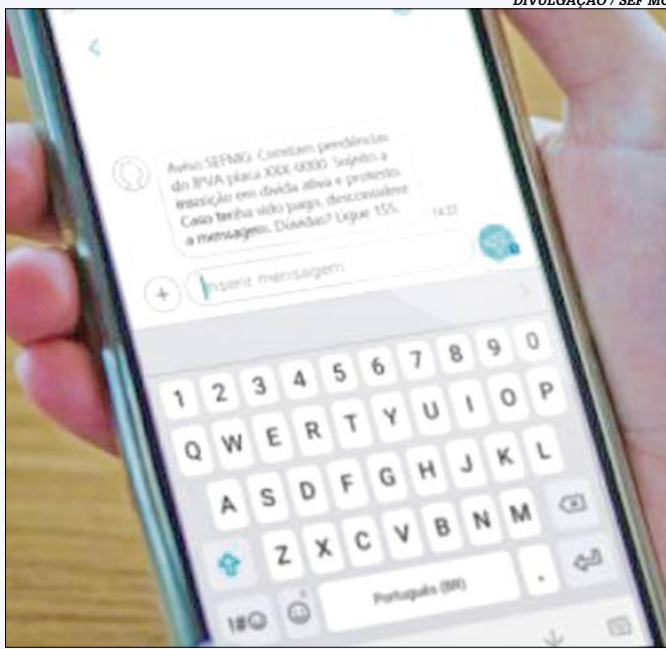
A Medida Provisória 1.202/2023 revoga o benefício fiscal e o governo propôs cortar para 12 as atividades autorizadas a ter acesso ao programa. Para isso, o projeto de lei prevê uma "escada" para a redução gradual do benefício tributário: o "desconto" cairia para 45% neste ano; 40% em 2025; e 25% em 2026 e o fim imediato do benefício para empresas do lucro real (faturamento superior a R$ 78 milhões por ano).

O Sindicato das Empresas de Turismo de São Paulo, por exemplo, obteve decisão favorável aos seus associados na 26ª Vara Federal do estado, mas a PGFN recorreu e conseguiu suspender a decisão que autorizou essas empresas a usufruir do benefício fiscal até 2027.

Uma das justificativas do Ministério da Fazenda para a reoneração é que o programa estava sendo utilizado de maneira indevida por algumas empresas e gerando renúncia superior à prevista inicialmente.

A equipe do ministro da Fazenda calculou uma renúncia de R$ 24 bilhões em 2022 e 2023. O impacto previsto para 2024, no cenário de fim do programa, seria de R$ 8 bilhões. **(Eduardo Cucolo/ Folhapress)**

CURTAS

DIVULGAÇÃO / SEF MG

IPVA via SMS

Proprietários de veículos que não pagaram o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) 2024 em Minas Gerais começaram a receber um alerta por mensagem de texto de celular (SMS), enviado pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF). O objetivo é informar sobre o débito em aberto. A mensagem não contém *links*, código de barra ou QR Code direcionando para *sites* ou boletos. Na primeira etapa, as mensagens estão sendo enviadas a 657 mil proprietários. Aqueles que receberem o aviso, podem acessar o site da SEF, www.fazenda.mg.gov.br, clicar no menu IPVA e consultar o débito. No próprio *site*, é possível emitir o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) ou gerar o QR Code para pagar via Pix. O valor informado já estará com os encargos por atraso calculados, automaticamente.

Eleições TJMG

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) realizará, na próxima segunda-feira (22), às 13h30, a eleição dos novos membros da direção, para o biênio 2024-2026, durante Sessão Especial do Tribunal Pleno, com transmissão ao vivo pelo canal do TJMG no Youtube. Também serão escolhidos os integrantes do Órgão Especial e do Conselho da Magistratura. Nos 150 anos de história da Corte mineira, esta é a primeira vez em que o voto poderá ser registrado presencial ou virtualmente, por meio de um novo sistema, auditável, moderno e que criptografa os dados da eleição, oferecendo maior transparência, eficiência, agilidade e segurança ao processo. Têm direito a voto todos as desembargadoras e os desembargadores do TJMG.

MP em Movimento

Cerca de 150 autoridades - entre prefeitos, vereadores e promotores de Justiça - participaram em Montes Claros, Norte de Minas, do lançamento do projeto MP em Movimento: diálogos constitucionais com os poderes públicos, idealizado pela Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade (CCC) do Ministério Público de Mina Gerais (MPMG), órgão criado em 2005, pelo procurador-geral de Justiça, Jarbas Soares Júnior. Durante o encontro, os promotores de Justiça Marcos Pereira Anjo Coutinho, Rodrigo Alberto Azevedo Couto e Márcio Ayala Pereira Filho, que integram a Coordenadoria de Controle de Constitucionalidade do MPMG, abordaram o tema Ocupação da máquina pública: cargos comissionados, contratação temporária e provimento derivado. Esses são, segundo eles, os temas que mais são alvo de questionamentos quanto à constitucionalidade, além de nepotismo no serviço público.

Copasa em Almenara

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) terá que substituir a tubulação de amianto utilizada para o fornecimento de água à população de Almenara, no Vale do Jequitinhonha. A pedido do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a 3ª Câmara Civil, do Tribunal de Justiça (TJMG), negou provimento ao recurso apresentado pela companhia e manteve a decisão de 1ª instância. Além da troca da tubulação, o MPMG cobra o pagamento da multa imposta à Copasa, que hoje é de aproximadamente de R$ 500 mil. De acordo com a decisão da 3ª Câmara Civil, do TJMG, "as informações e elementos probatórios disponíveis nos autos demonstram o perigo de dano, manifestando-se na disponibilização de água inadequada à população de Almenara".

Procon-MG completa 42 anos

Desde sua criação há 42 anos, o Procon-MG, órgão do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), tem se dedicado à coordenação da rede de defesa do consumidor no Estado. O papel do Procon-MG é ampliar, capacitar e fortalecer o sistema de atendimento, além de estar cada vez mais próximo do consumidor para informar sobre direitos e deveres e combater práticas abusivas no mercado de consumo.

MERCADO FINANCEIRO

Turnover volta a cair após alta no pós-pandemia

Depois da Covid, a rotatividade aumentou em 60% nos bancos privados, fintechs e gestoras; número baixou para 20% em 2023

São Paulo - Ao fim da pandemia, muitos profissionais e empresas aproveitaram o momento para mudar de equipes. No mercado financeiro local, o chamado *turnover* foi ainda mais expressivo, dada a rápida expansão de produtos de investimento fora do tradicional por conta da Selic baixa e de bancos digitais.

Isso elevou a rotatividade para 60% em bancos privados, *fintechs* e gestoras da metade de 2021 até o final de 2022, de acordo com a Michael Page, multinacional britânica de recrutamento para cargos de alta e média gerência, ante uma média de 40% para a última década. Ou seja, seis a cada dez profissionais do mercado financeiro no Brasil mudaram de emprego em busca de melhores condições, como reposicionamento na carreira ou uma melhor remuneração.

Tamanho *turnover* levou a um arrefecimento logo em seguida. Em 2023, a troca de emprego no setor privado foi apenas de 20%.

"Uma rotatividade de dois a cada dez é pouco, considerando do histórico de Brasil", diz a diretora-executiva e *headhunter* da Michael Page, Juliana França.

Segundo Juliana França, dois motivos explicam a queda. O primeiro é a recente troca de emprego por grande parte dos profissionais. "Ficar menos de um ano, um ano e meio em um emprego pode manchar o currículo".

Dois motivos explicam a queda: a recente troca de emprego por grande parte dos profissionais e o cenário macroeconômico, com juros altos nos EUA e a expectativa de redução menor na Selic

A outra explicação é o cenário macroeconômico. Juros altos nos Estados Unidos e a expectativa de uma redução menor na Selic levam as empresas deste setor a adotarem certa moderação. "Escutamos dos clientes um 'otimismo cauteloso'", diz a executiva.

Segundo a agência de recrutamento, que tem escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, Recife e Campinas, o ganho salarial ofertado nas propostas de emprego também caíram.

As propostas costumavam ser de um ganho salarial de 20% a 25% de aumento em 2022 e até metade do ano passado, no pós-pandemia, e, agora, são de 10% a 15%.

"Isso leva menos pessoas a aceitarem essas propostas. Cerca de 80% dos profissionais procurados nega a primeira proposta e quer renegociar. Exige mais trabalho da nossa parte", diz a *headhunter*.

Segundo ela, as atuais contratações são pontuais. "As empresas têm buscado perfis mais interdisciplinares, com novas demandas e projetos, como inteligência artificial e inovação".

A busca por profissionais, porém, não se estende para os que já estão no setor público. "Não faz muito sentido esse tipo de mudança, são profissionais com estabilidade e cultura muito diferente. Quem vem de carreira pública tem um excelente currículo, mas há o choque cultural do público para o privado e isso pode pegar no momento da entrevista", explica.

"O que será muito avaliado é o quanto esse profissional está aberto a passar de uma estabilidade na carreira para estabilidade quase zero", completa. **(Júlia Moura/Folhapress)**

RODRIGUES POZZEBOM / AGÊNCIA BRASIL

A busca por profissionais não se estende para o setor público por conta da estabilidade e cultura muito diferente

PAULO WHITAKER / REUTERS

Projeção é embasada pelo avanço no desenvolvimento e na adoção de novas soluções pelo mercado

DIGITALIZAÇÃO

Em seis anos, 80% das agências bancárias poderão ser substituídas por serviços virtuais

Até 2030, 80% das agências bancárias físicas devem ser substituídas por serviços virtuais. A constatação do especialista em tecnologia bancária, Luiz Fernando Maluf, consultor da dataRain, é embasada pelo avanço no desenvolvimento e na adoção de novas soluções pelo mercado, que além de velocidade, entregam baixos custos e simplicidade.

De acordo com o especialista, num futuro próximo, os 20% de agências restantes não serão como as que hoje conhecemos, mas sim escritórios de consultoria, para atender operações de alta complexidade ou risco, transações especiais de grande porte, discussões sobre folha de pagamento, ou ajustes de carteira. "Não farão mais: pagar contas, sacar dinheiro, caixa, balcão, liberar cartões, atividades que hoje estão sendo rapidamente substituídas por aplicativos e Internet *banking*", comenta.

Para Maluf, "estamos testemunhando a transição para um relacionamento bancário totalmente digital". O especialista destaca a crescente digitalização dos serviços financeiros e o aumento da preferência dos consumidores por transações on-line. "As agências serão gradualmente substituídas por plataformas digitais mais acessíveis e eficientes, refletindo uma mudança nas expectativas e comportamentos dos clientes em relação aos serviços", diz.

Em termos técnicos, a tecnologia está redesenhando o panorama bancário, por meio da tríade de nuvem, Inteligência Artificial e *blockchain*, garantindo operações ágeis e seguras. "A segurança é reforçada pela integração de plataformas de análise de dados e IA, que oferecem assessoria personalizada e eliminam fraudes. Além disso, a transparência é maximizada pelo registro distribuído das operações via *blockchain*, permitindo uma visão unificada para todos os participantes", exemplifica.

Maluf atenta para os desafios éticos e regulatórios que a revolução bancária pode trazer e aponta a governança e supervisão dos algoritmos de IA como pontos essenciais para evitar práticas danosas, como operações especulativas ou uso de informações privilegiadas. "A implementação de modelos de governança e sanitização de dados, em conformidade com regulamentos como a LGPD, pode mitigar esses riscos", complementa.

A adoção de análises preditivas também é alternativa para reduzir as ameaças em investimentos e empréstimos, o que gera demanda para empresas de dados como a dataRain, pois é uma forma de garantir essas operações em *cloud* com segurança Para ele, as plataformas digitais já surgem, exigindo ajustes rápidos para atender a uma clientela nativamente digital: "Operações instantâneas tokenizadas, como o PIX e o emergente Drex, estão moldando a arquitetura financeira do futuro, pois são dinâmicas e na velocidade que o consumidor deseja".

Em síntese, ele avalia a revolução como positiva e diz que as instituições financeiras agora podem operar globalmente, adaptando-se instantaneamente à demanda e ativando novos produtos com eficiência. "Quem não abraçar a transformação tecnológica enfrentará a obsolescência. A desbancarização é o caminho inevitável para o futuro dos serviços financeiros", finaliza.

PIB

Economia da China deve crescer 5% ou mais em 2024, diz KPMG

A China continua sendo o maior parceiro comercial do Brasil e da América Latina e um dos principais investidores estrangeiros no Brasil. Posição que dever ser ainda mais consolidada com dados recentes sobre a robustez da economia chinesa que mostrou mais vigor que as previsões, com o Produto Interno Bruto (PIB) do primeiro trimestre de 2024 atingindo 29,63 trilhões de yuans (US$ 4,17 trilhões), um aumento de 5,3% ano a ano.

Essa é a análise da KPMG, que estima que o PIB da China crescerá 5% ou mais em 2024. A conclusão decorre da análise de dados do mercado e de informações já publicadas sobre a segunda maior economia do mundo.

O PIB da China cresceu 5,2% em termos anuais em 2023, 2,2% acima do registrado em 2022 e a produção industrial de valor agregado do gigante asiático avançou 4,6% no mesmo período. Em dezembro de 2023, a produção industrial de valor agregado aumentou 6,8%, enquanto que a produção industrial subiu de forma constante e a indústria de fabricação de equipamentos cresceu rapidamente.

O papel fundamental do consumo ficou mais proeminente e tornou-se o principal motor do crescimento econômico chinês. Os gastos do consumidor final em 2023 impulsionaram o crescimento econômico em 4,3%.

"Acreditamos que, com a implementação proativa de políticas de crescimento e emprego, o rendimento dos residentes e a situação do mercado melhorem, o que conduzirá a uma maior recuperação do consumo. A inovação tecnológica e a transformação verde impulsionarão o investimento na indústria transformadora, bem como em infraestruturas e continuará a desempenhar um papel de apoio para manter um crescimento estável", afirma o sócio-líder do Desk China da KPMG no Brasil e na América do Sul, Daniel Lau.

O investimento em ativos fixos da China cresceu 3% em termos anuais no ano que passou. O investimento na indústria transformadora e em infraestruturas continuou a crescer, enquanto o investimento no mercado imobiliário permaneceu lento. O investimento nas indústrias de alta tecnologia subiu 10,3%, 7,3% a mais que o investimento total. E o investimento em alta tecnologia manteve uma boa dinâmica de crescimento.

As exportações da China cresceram em termos anuais e situaram-se em 23,77 trilhões de RMB em 2023. Os embarques de veículos elétricos, baterias de lítio e células solares tiveram incremento de 29,9% em termos anuais, atingindo 1,06 trilhões de RMB. Isso reforça que a estrutura das exportações daquele país continua tendo uma participação cada vez mais crescente de produtos manufaturados avançados que, em resumo, são os "Novos Três": Novos veículos de energia (NEVs), Painéis Solares e Baterias de Lítio. Eles se tornaram e continuam sendo um novo eixo de crescimento robusto da indústria e das exportações.

Por fim, a avaliação da KPMG prevê também que o mercado imobiliário irá estabilizar gradualmente e o seu impacto negativo no desenvolvimento econômico também irá enfraquecer. Com a melhoria das perspectivas econômicas globais e otimização contínua da estrutura econômica da China, as exportações manterão uma forte resiliência.

JASON LEE / REUTERS

A análise também estima que o mercado imobiliário do país asiático se estabilizará gradualmente

Bovespa

Movimento do Pregão 19/04

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em alta de +0,75% ao marcar 125124.30 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 45.926.908.475. As maiores altas foram PETZ ON ALPARGATAS PN, CVC BRASIL ON, REDE D OR ON e P.ACUCAR-CBD ON. As maiores baixas foram TRAN PAULIST PN, EMBRAER ON, AZUL PN, BRADESCO PN e JBS ON.

Pregão do dia 18/04

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	2.065.963	1.304.602	56,08	18.172.162,39	83,12
FRACIONARIO	288.931	3.874	0,16	65.411,85	0,29
DEMAIS ATIVOS	786.504	191.907	8,24	1.898.259,49	8,68
TOTAL A VISTA	3.141.382	1.500.383	64,49	20.135.795,35	92,10
BBT	5	1.380	0,05	38.821,41	0,17
EX OPC COMPRA	10	6	0,00	28,99	0,00
TERMO	852	17.748	0,76	204.362,67	0,93
OPCOES COMPRA	219.528	387.825	16,67	385.148,63	1,76
OPCOES VENDA	218.393	404.632	17,39	474.924,90	2,17
OPC.COMP.INDICE	990	25	0,00	26.270,69	0,12
OPC.VEND.INDICE	1.073	31	0,00	54.889,59	0,25
TOTAL DE OPCOES	439.984	792.514	34,06	941.233,82	4,30
BOVESPAFIX	4.266	260	0,01	24.840,58	0,11
TOTAL GERAL	3.779.961	2.326.251	100,00	21.862.062,94	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	14.817	101.021	4,34	58.626,56	0,26
PARTIC. NOVO MERCADO	1.739.324	1.269.483	54,57	11.760.167,79	53,79
PARTIC. NIVEL 1	355.975	279.630	12,02	2.871.476,80	13,13
PARTIC. NIVEL 2	533.526	475.913	20,45	3.986.408,98	18,23
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	132	2	0,00	338,19	0,00
PARTIC. MAIS	2.281	447	0,01	7.417,99	0,03
PARTIC. IBOVESPA	1.610.344	1.066.244	45,83	16.425.514,11	75,13
PARTIC. IBrX 50	1.167.529	796.282	34,23	14.055.983,31	64,29
PARTIC. IBrX 100	1.712.928	1.101.691	47,35	16.926.017,62	77,42
PARTIC. IBrA	1.992.413	1.223.427	52,59	17.939.349,32	82,05
PARTIC. MIDLARGE	1.212.940	789.480	33,93	14.240.812,22	65,13
PARTIC. SMALL	779.473	433.947	18,65	3.698.537,09	16,91
PARTIC. ISE	1.089.685	753.327	32,38	9.262.372,55	42,36
PARTIC. ICO2	1.358.647	877.471	37,72	13.066.139,73	59,76
PARTIC. IEE	164.453	70.662	3,03	1.353.282,34	6,19
PARTIC. INDX	434.336	197.572	8,49	3.060.121,66	13,99
PARTIC. ICONSUMO	760.207	582.128	25,02	4.650.822,37	21,27
PARTIC. IMOBILIARIO	132.468	53.223	2,28	698.455,44	3,19
PARTIC. IFINANCEIRO	235.846	162.971	7,00	2.950.245,35	13,49
PARTIC. IMAT	198.782	93.593	4,02	2.350.080,73	10,74
PARTIC. UTIL	216.579	84.340	3,62	2.163.088,98	9,89
PARTIC. IVBX 2	852.357	428.325	18,41	7.559.191,45	34,57
PARTIC. IGC	1.974.076	1.200.927	51,62	17.479.515,52	79,95
PARTIC. IGCT	1.931.189	1.181.873	50,80	17.342.967,27	79,32
PARTIC. IGNM	1.421.765	860.045	36,97	11.112.626,70	50,83
PARTIC. ITAG ALONG	1.900.528	1.167.786	50,20	16.884.663,95	77,23
PARTIC. IDIV	562.040	276.376	11,88	6.573.242,03	30,06
PARTIC. IFIX	524.085	7.784	0,33	261.662,04	1,19
PARTIC. BDRX	41.478	3.625	0,15	185.544,59	0,84
PARTIC. IFIL	479.858	6.774	0,29	240.051,60	1,09
PARTIC. IGPTW B3	618.613	452.127	19,43	5.874.481,50	26,87
PARTIC. IAGRO-FFS B3	355.962	200.951	8,63	2.451.628,76	11,21
PARTIC. IBOV SD TR	432.546	226.442	9,73	5.505.196,87	25,18
PARTIC. IDIVERSA B3	1.099.032	701.060	30,13	12.131.819,68	55,49

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
									Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI	89,73	89,38	89,73	89,67	89,38	-0,45↓	73,01	89,39	2	6
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN ED	24,53	24,53	24,53	24,53	24,53	1,53↑	22,45	28,00	1	1
A1CR34	AMCOR PLC	DRN	46,40	46,40	46,40	46,40	46,40	-0,53↓	43,18	48,85	1	1
A1DI34	ANALOG DEVIC	DRN	491,00	489,00	491,00	490,00	489,00	-1,55↓	-	-	2	2
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN	320,32	320,32	324,16	322,24	324,16	2,80↑	315,31	334,46	2	2
A1EG34	AEGON LTD	DRN	31,08	31,08	31,08	31,08	31,08	0,58↑	22,00	-	1	1
A1EN34	ALLIANT ENER	DRN	253,70	252,80	253,70	253,25	252,80	3,57↑	-	-	2	2
A1ES34	AES CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	83,44	91,87	-	-
A1GI34	AGILENT TECH	DRN	346,33	346,07	346,33	346,20	346,07	-1,30↓	346,07	-	2	2
A1IV34	APARTMENT IN	DRN	-	-	-	-	-	-	39,99	43,12	-	-
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN	25,75	24,36	25,75	24,69	24,52	-3,72↓	24,35	24,94	21	310
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN	-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN	42,96	42,96	43,88	43,87	43,52	2,73↑	35,00	60,00	3	132
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN	-	-	-	-	-	-	36,10	41,29	-	-
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN	101,00	99,81	102,67	101,20	102,11	1,09↑	100,78	102,11	153	22.620
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN	539,03	539,03	539,03	539,03	539,03	0,02↑	-	-	1	1
A1MT34	APPLIED MATE	DRN	103,96	102,17	103,96	102,72	102,17	-2,98↓	102,20	109,33	13	1.777
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN	338,50	336,94	339,60	339,26	338,98	-0,13↓	250,00	620,00	6	275
A1ON34	AON PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	397,57	-	-	-
A1PA34	APA CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	166,20	182,89	-	-
A1PD34	AIR PRODUCTS	DRN	-	-	-	-	-	-	-	352,00	-	-
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN	-	-	-	-	-	-	139,05	180,06	-	-
A1RG34	ARGENX SE	DRN	-	-	-	-	-	-	73,36	83,09	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN	-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN	-	-	-	-	-	-	12,70	-	-	-
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN	36,83	36,83	36,83	36,83	36,83	4,33↑	21,30	-	3	61
A1UT34	AUTODESK INC	DRN	277,19	277,19	277,19	277,19	277,19	-1,30↓	-	312,00	1	35
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN	237,60	237,60	239,04	238,55	238,27	0,58↑	231,99	-	5	18
A1WK34	AMERICAN WAT	DRN	-	-	-	-	-	-	140,25	192,23	-	-
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN	59,88	59,76	60,36	60,06	59,82	-0,10↓	58,60	61,11	10	77
A2FY34	AFYA LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	41,25	-	-	-
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN	9,04	9,04	9,04	9,04	9,04	-2,27↓	8,36	10,73	1	2
A2RE34	ARES MANAGEM	DRN	69,79	68,65	69,79	69,78	68,65	0,07↑	64,00	-	2	577
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN	-	-	-	-	-	-	8,55	16,60	-	-
A2XO34	AXON ENTERPR	DRN	-	-	-	-	-	-	-	97,50	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN	72,11	72,11	75,25	75,00	73,85	1,34↑	70,65	75,00	19	3.761
AALR3	ALLIAR	ON NM	10,02	9,64	10,94	10,12	9,99	-0,10↓	9,98	10,00	752	181.100
AAPL34	APPLE	DRN	44,10	43,75	44,21	43,95	44,00	-0,47↓	43,79	44,00	1.340	78.047
ABBV34	ABBVIE	DRN ED	53,62	53,62	54,68	54,25	54,15	1,21↑	53,80	55,90	13	226
ABCB4	ABC BRASIL	PN N2	22,63	22,20	22,85	22,43	22,30	-1,45↓	22,27	22,31	3.553	713.200
ABEV3	AMBEV S/A	ON	11,92	11,84	12,02	11,94	11,96	0,41↑	11,96	11,97	22.691	28.653.700
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE	-	-	-	-	-	-	51,59	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN ED	-	-	-	-	-	-	45,21	49,94	-	-
ABUD34	AB INBEV	DRN	-	-	-	-	-	-	49,53	55,56	-	-
ACNB34	ACCENTURE	DRN	-	-	-	-	-	-	1.550,00	1.800,00	-	-
ACWI11	TREND ACWI	CI	11,44	11,35	11,54	11,42	11,42	-0,17↓	11,34	11,42	80	14.496
ADBE34	ADOBE INC	DRN	49,85	49,50	50,17	49,58	49,55	-0,58↓	48,75	50,42	32	940
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN	-	-	-	-	-	-	52,35	-	-	-
AERI3	AERIS	ON NM	0,56	0,55	0,57	0,55	0,55	-3,50↓	0,55	0,56	2.205	1.580.600
AESB3	AES BRASIL	ON NM	9,22	9,13	9,30	9,21	9,20	-0,21↓	9,20	9,22	3.995	1.480.300
AFLT3	AFLUENTE T	ON ED	-	-	-	-	-	-	7,40	7,56	-	-
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI	48,81	48,17	48,81	48,58	48,33	-0,73↓	48,17	49,76	5	9
AGRO3	BRASILAGRO	ON NM	25,12	24,99	25,50	25,27	25,08	0,80↑	25,08	25,13	1.981	294.700
AGXY3	AGROGALAXY	ON NM	1,88	1,88	2,00	1,92	1,88	=	1,87	1,88	1.162	380.100
AHEB3	SPTURIS	ON	-	-	-	-	-	-	16,55	22,22	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA	-	-	-	-	-	-	15,01	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB	-	-	-	-	-	-	17,05	120,00	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN	41,65	41,52	42,67	42,17	42,08	1,47↑	41,40	42,17	30	742
ALLD3	ALLIED	ON EJ NM	7,08	6,95	7,65	7,39	7,61	9,49↑	7,50	7,61	549	182.200
ALOS3	ALLOS	ON NM	21,90	21,54	22,03	21,70	21,65	-0,82↓	21,65	21,66	9.978	3.278.000
ALPA3	ALPARGATAS	ON N1	8,80	8,80	8,93	8,80	8,80	-2,86↓	8,80	8,90	5	1.700
ALPA4	ALPARGATAS	PN N1	8,37	8,33	8,58	8,48	8,50	1,79↑	8,50	8,53	12.614	5.138.000
ALPK3	ESTAPAR	ON NM	4,03	3,91	4,05	3,95	4,00	1,78↑	4,00	4,01	459	125.800
ALUG11	INVESTO ALUG	CI	33,70	33,37	34,09	33,75	33,68	-0,05↓	33,37	33,68	256	3.196
ALUP11	ALUPAR	UNT N2	29,86	29,68	30,06	29,87	29,91	0,16↑	29,89	29,92	2.368	398.800
ALUP3	ALUPAR	ON N2	10,35	10,27	10,42	10,32	10,32	-0,19↓	10,32	10,39	111	18.000
ALUP4	ALUPAR	PN N2	9,74	9,72	9,82	9,78	9,74	=	9,74	9,75	159	38.300
AMAR3	LOJAS MARISA	ON NM	1,52	1,52	1,60	1,56	1,56	2,63↑	1,56	1,58	877	610.800
AMBP3	AMBIPAR	ON NM	10,78	10,41	10,85	10,57	10,41	-3,52↓	10,41	10,42	4.175	1.239.300
AMGN34	AMGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	48,41	51,13	-	-
AMZO34	AMAZON	DRN	47,68	46,94	48,00	47,43	46,94	-1,05↓	46,90	46,94	1.437	111.397
ANIM3	ANIMA	ON NM	3,50	3,32	3,55	3,43	3,33	-4,58↓	3,33	3,35	14.359	9.714.500
APER3	ALPER S.A.	ON	44,82	44,81	45,00	44,82	44,82	1,86↑	44,81	45,50	9	1.900
APTI3	ALIPERTI	ON	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN	-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTV34	APTIV PLC	DRN	-	-	-	-	-	-	178,26	-	-	-
ARML3	ARMAC	ON NM	10,60	10,30	10,70	10,46	10,39	-1,98↓	10,38	10,45	4.470	861.600
ARMT34	ARCELOR	DRN	64,91	64,91	66,50	66,17	66,08	0,19↑	64,96	66,08	9	63
ARZZ3	AREZZO CO	ON NM	50,93	50,00	51,60	50,59	50,64	-0,39↓	50,62	50,64	11.375	2.353.100
ASAI3	ASSAI	ON NM	12,84	12,84	13,29	13,17	13,18	2,64↑	13,18	13,20	25.123	15.950.200
ASML34	ASML HOLD	DRN	86,90	84,78	90,98	85,00	84,89	-2,31↓	84,78	85,04	76	55.939
ATOM3	ATOMPAR	ON	2,15	2,09	2,18	2,14	2,17	1,87↑	2,16	2,17	74	23.000
ATTB34	ATT INC	DRN	28,18	28,16	28,53	28,40	28,37	0,38↑	28,18	28,91	67	701
AURA33	AURA 360	DR3	39,58	39,00	40,19	39,68	39,82	1,71↑	39,71	39,82	3.413	65.599
AURE3	AUREN	ON NM	11,75	11,72	11,96	11,84	11,79	0,34↑	11,79	11,80	4.801	4.311.500
AVGO34	BROADCOM INC	DRN	96,76	94,53	96,96	95,05	94,60	-2,23↓	94,25	100,32	82	17.986
AVLL3	ALPHAVILLE	ON NM	3,80	3,79	3,86	3,80	3,79	-1,81↓	3,66	3,80	4	5.800
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN	114,05	114,05	116,38	115,38	114,46	0,35↑	112,35	116,35	21	321
AZEV3	AZEVEDO	ON	1,53	1,45	1,56	1,50	1,45	-2,68↓	1,44	1,45	426	421.700
AZEV4	AZEVEDO	PN	1,46	1,41	1,52	1,45	1,44	-0,68↓	1,43	1,44	1.139	2.444.700
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN	70,55	70,55	70,55	70,55	70,55	0,92↑	67,62	73,44	1	2
AZUL4	AZUL	PN N2	10,38	9,72	10,81	10,16	10,07	-3,82↓	10,07	10,08	31.765	30.665.600
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN	50,81	50,74	51,28	50,95	50,74	-0,82↓	48,50	-	6	162
B1AX34	BAXTER INTER	DRN	-	-	-	-	-	-	100,00	112,88	-	-
B1BW34	BATHBODY	DRN	-	-	-	-	-	-	56,36	-	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN	48,75	48,30	48,75	48,32	48,55	1,14↑	46,89	54,10	3	54
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	27,67	31,42	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN	11,56	11,56	11,61	11,59	11,61	0,34↑	11,47	11,72	4	4
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN	-	-	-	-	-	-	166,05	181,03	-	-
B1LL34	BALL CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	180,00	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN	28,23	28,20	28,38	28,33	28,32	0,74↑	27,63	28,38	13	309
B1PP34	BP PLC	DRN	49,85	49,85	50,35	50,21	49,95	-0,89↓	49,30	50,51	20	1.107
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN ED	47,00	47,00	47,85	47,23	47,85	1,80↑	45,02	-	6	18
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN	352,80	352,80	352,80	352,80	352,80	-1,94↓	346,57	-	1	1
B1TI34	BRITISH AMER	DRN	30,00	30,00	30,33	30,22	30,30	1,40↑	30,07	30,56	22	1.096
B1WA34	BORGWARNER I	DRN	-	-	-	-	-	-	147,00	-	-	-
B2HI34	BILL HOLD	DRN	1,84	1,79	1,86	1,83	1,82	-0,54↓	1,77	1,92	14	827
B2MB34	BUMBLE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	9,50	-	-	-
B2RK34	BRUKER CORP	DRN	42,12	42,12	42,12	42,12	42,12	-4,64↓	-	-	1	2
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN	1,72	1,63	1,78	1,70	1,69	-1,16↓	1,66	1,80	1.216	56.850
B3SA3	B3	ON NM	11,20	11,05	11,38	11,18	11,14	-0,88↓	11,13	11,15	34.986	39.400.100
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE	34,62	34,62	34,82	34,72	34,72	0,31↑	32,03	35,67	6	81
BABA34	ALIBABAGR	DRN	12,90	12,86	13,07	12,93	12,86	-0,54↓	12,86	12,91	215	107.011
BACW39	MSCI ACWI	DRE	55,35	55,18	55,67	55,44	55,18	-0,21↓	55,02	56,00	17	5.824
BAER39	US AEROSPACE	DRE	33,28	33,28	33,75	33,41	33,51	0,69↑	32,95	33,89	7	96
BAHI3	BAHEMA	ON MA	-	-	-	-	-	-	8,31	8,91	-	-
BAIQ39	GX AI TECH	DRE	56,88	56,55	56,88	56,55	56,55	-0,29↓	55,00	59,87	2	1.554
BALM3	BAUMER	ON	12,00	12,00	12,00	12,00	12,00	-	9,90	13,50	1	100
BALM4	BAUMER	PN	-	-	-	-	-	-	9,90	10,80	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN	-	-	-	-	-	-	-	78,78	-	-
BAZA3	AMAZONIA	ON	100,00	99,49	101,00	100,08	100,00	0,82↑	98,03	100,00	29	3.300
BBAS3	BRASIL	ON EB NM	28,15	27,70	28,23	27,91	27,93	-0,14↓	27,90	27,94	32.296	15.326.300
BBDC3	BRADESCO	ON N1	12,28	12,11	12,35	12,19	12,16	-0,81↓	12,16	12,17	7.539	4.182.000
BBDC4	BRADESCO	PN N1	13,85	13,67	13,95	13,78	13,77	-0,43↓	13,76	13,77	26.072	40.755.400
BBOI11	BB ETF BOI G	CI	6,93	6,90	7,15	7,01	7,00	1,30↑	7,00	7,06	82	10.269
BBOV11	BB ETF IBOV	CI	64,55	64,14	64,93	64,60	64,61	0,09↑	64,38	64,61	26	9.106
BBSD11	BB ETF SP DV	CI	106,70	104,43	106,70	105,93	104,43	-0,57↓	95,01	108,49	10	282
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON NM	32,97	32,45	32,97	32,61	32,65	-0,97↓	32,65	32,66	17.766	5.116.200
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE	48,60	48,40	48,60	48,50	48,40	0,70↑	38,99	-	224	253
BBYY34	BEST BUY	DRN	-	-	-	-	-	-	390,91	-	-	-
BCHI39	MSCI CHINA	DRE	25,62	25,62	26,01	25,87	25,88	1,09↑	25,62	26,55	4	57
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE	-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BCIC11	B INDEX CICL	CI	115,89	115,89	115,89	115,89	115,89	-0,52↓	115,89	-	1	100
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE	-	-	-	-	-	-	26,99	-	-	-
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE	48,15	48,00	48,20	48,10	48,00	0,20↑	42,80	48,33	480	841
BCPX39	GX COPPER MN	DRE	48,50	48,50	48,75	48,52	48,70	1,67↑	30,99	-	27	16.530
BCSA34	SANTANDER	DRN	24,68	24,68	25,22	24,83	24,98	2,96↑	24,89	25,06	73	2.609
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE	-	-	-	-	-	-	45,98	60,02	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI	113,04	113,00	113,04	113,00	113,00	-0,13↓	113,00	138,08	2	104
BDOM11	INVESTO BDOM	CI	104,65	103,95	104,65	104,27	103,95	-0,51↓	-	103,96	3	5
BDVD39	GX SUPDIV US	DRE	-	-	-	-	-	-	41,66	-	-	-
BDVY39	SELECT DIVID	DRE	61,07	61,07	61,07	61,07	61,07	-0,11↓	55,50	61,41	1	2
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE	-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON NM	6,06	6,02	6,11	6,07	6,10	0,99↑	6,10	6,11	8.534	7.016.200
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE	34,89	34,83	34,92	34,85	34,83	0,43↑	31,80	35,72	4	4.500
BEES3	BANESTES	ON	8,76	8,75	8,93	8,80	8,81	0,45↑	8,79	8,81	46	5.600
BEES4	BANESTES	PN	9,76	9,49	9,76	9,59	9,52	=	9,37	9,63	32	4.000
BEFA39	MSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	-	-	-
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE	51,35	51,15	51,42	51,39	51,15	-0,48↓	49,10	51,75	115	100.192
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE	45,90	45,90	45,90	45,90	45,90	=	-	50,02	1	10
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	-	57,65	-	-
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE	-	-	-	-	-	-	-	59,99	-	-
BEMV39	MSCIEMMRKMI	DRE	-	-	-	-	-	-	48,47	-	-	-
BEPP39	BKR MSCI JPN	DRE	-	-	-	-	-	-	53,09	-	-	-
BERK34	BERKSHIRE	DRN	104,59	104,20	105,99	105,04	104,76	0,36↑	104,72	105,50	219	7.404
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE	41,08	41,08	41,08	41,08	41,08	-0,02↓	37,80	42,60	1	5
BEWC39	MSCI CANADA	DRE	-	-	-	-	-	-	43,90	49,00	-	-
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE	52,00	52,00	52,00	52,00	52,00	0,69↑	47,80	53,88	1	80
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE	-	-	-	-	-	-	25,20	-	-	-
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE	44,04	43,94	44,14	44,05	43,94	0,09↑	43,83	45,00	8	1.433
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE	-	-	-	-	-	-	42,90	48,99	-	-
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE	-	-	-	-	-	-	47,20	53,09	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE	41,04	41,04	41,04	41,04	41,04	-0,67↓	34,50	-	1	29
BEWU39	MSCI UK	DRE	58,75	58,75	58,75	58,75	58,75	0,91↑	57,00	59,38	1	3
BEWW39	MSCI MEXICO	DRE	85,27	85,03	85,27	85,06	85,03	-0,44↓	-	-	4	301
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE	-	-	-	-	-	-	39,59	50,02	-	-
BEWZ39	MSCI BRAZIL	DRE	53,05	52,40	53,05	52,41	52,56	-0,75↓	-	-	657	71.078
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE	-	-	-	-	-	-	50,98	70,03	-	-
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE	-	-	-	-	-	-	36,99	50,02	-	-
BFBI39	FT NYSE BIOT	DRE	37,60	37,60	37,60	37,60	37,60	-	-	-	2	3
BFCG39	FT NAT GAS	DRE	71,68	71,68	71,68	71,68	71,68	-0,06↓	-	-	1	2
BFDA39	FT RISIDIVID	DRE	-	-	-	-	-	-	54,69	-	-	-
BFXI39	CHINALARGECA	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BGIP3	BANESE	ON	26,36	26,00	26,36	26,09	26,00	-1,51↓	25,01	26,49	3	400
BGIP4	BANESE	PN	22,61	22,61	22,61	22,61	22,61	-	22,20	25,00	1	100
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE	-	-	-	-	-	-	21,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE	38,88	38,80	39,00	38,91	39,00	0,30↑	37,59	40,00	8	132
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE	-	-	-	-	-	-	38,24	40,21	-	-
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE	58,32	58,32	58,32	58,32	58,32	0,62↑	-	-	1	44
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BHEW39	BKR CH JAPAN	DRE	-	-	-	-	-	-	51,99	-	-	-
BHEZ39	BKR CH EUROZ	DRE	-	-	-	-	-	-	59,85	-	-	-
BHIA3	CASAS BAHIA	ON NM	6,50	6,19	6,60	6,36	6,20	-4,17↓	6,19	6,20	8.126	5.806.600
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE	49,52	49,52	49,91	49,83	49,79	0,42↑	49,60	55,00	7	125
BIAU39	GOLD TRUST	DRE	58,86	58,86	59,53	59,27	59,15	0,49↑	58,99	59,37	215	2.283
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	42,90	50,02	-	-
BIDN39	BKR GENO IMM	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	70,02	-	-
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE	-	-	-	-	-	-	44,98	60,02	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN	35,69	35,68	35,98	35,91	35,88	1,58↑	35,09	36,78	12	38
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE	46,80	46,80	46,80	46,80	46,80	0,75↑	37,99	50,02	1	10
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE	-	-	-	-	-	-	48,96	-	-	-
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE	44,24	44,00	44,24	44,23	44,00	0,45↑	43,80	44,91	3	82
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE	48,75	48,48	48,75	48,49	48,48	0,02↑	47,53	48,99	3	2.917
BIEV39	EUROPE ETF	DRE	56,00	56,00	56,00	56,00	56,00	-0,81↓	45,98	60,00	1	1
BIFR39	BKR US INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	62,98	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE	-	-	-	-	-	-	55,05	61,97	-	-
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE	-	-	-	-	-	-	73,99	-	-	-
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE	8,19	8,18	8,19	8,18	8,18	-1,08↓	7,10	9,00	2	51
BIIB34	BIOGEN	DRN	-	-	-	-	-	-	163,57	213,11	-	-
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE	-	-	-	-	-	-	14,75	18,01	-	-
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE	67,27	67,20	67,27	67,22	67,20	-0,76↓	59,98	70,03	2	17
BIJS39	BKR SPSM600V	DRE	-	-	-	-	-	-	61,50	-	-	-
BILB34	BILBAOVIZ	DRN	57,00	57,00	57,42	57,21	57,42	0,73↑	57,42	-	2	2
BIOM3	BIOMM	ON MA	15,90	15,89	18,40	16,78	16,22	5,66↑	16,21	16,51	1.740	410.800
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE	83,57	83,57	83,57	83,57	83,57	0,36↑	66,98	-	1	850
BITB39	BKR HM CNSTR	DRE	-	-	-	-	-	-	62,00	-	-	-
BITO39	CORE SP TOTA	DRE	58,08	57,75	58,08	58,02	57,75	-0,13↓	50,93	58,99	4	42
BIVB39	CORE SP 500	DRE	66,29	65,78	66,64	66,28	65,80	-0,30↓	65,77	66,33	38	232.109
BIVE39	SP500 VALUE	DRE	61,89	61,89	62,40	62,17	62,03	0,46↑	61,75	70,03	14	350
BIVW39	SP500GROWTH	DRE	53,45	53,26	53,50	53,33	53,49	0,26↑	52,25	-	716	112.036
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE	67,95	67,95	67,95	67,95	67,95	0,17↑	66,66	-	1	5
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE	51,10	51,10	51,17	51,12	51,17	0,92↑	50,00	55,00	2	34
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE	56,94	56,58	57,14	57,03	56,58	-0,10↓	55,65	60,03	14	20.452
BIXG39	BKR GL FIN	DRE	-	-	-	-	-	-	38,99	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE	-	-	-	-	-	-	53,60	-	-	-
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE	12,57	12,42	12,57	12,42	12,42	-2,89↓	12,20	-	2	67
BIYE39	BKR US ENER	DRE	85,86	85,51	86,45	86,11	86,40	0,84↑	-	86,30	101	120
BIYF39	US FINANCIAL	DRE	31,65	31,65	31,65	31,65	31,65	=	27,99	40,02	1	2
BIYG39	USFINANCSERV	DRE	-	-	-	-	-	-	13,00	18,01	-	-
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE	-	-	-	-	-	-	47,95	-	-	-
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE	19,42	19,41	19,42	19,41	19,41	-0,35↓	18,90	20,00	2	105
BJQU39	JP QLT FACT	DRE	-	-	-	-	-	-	29,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN	103,20	102,68	104,40	103,21	103,10	-0,28↓	101,00	104,70	25	1.196
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE	-	-	-	-	-	-	50,00	60,00	-	-
BLAK34	BLACKROCK	DRN	60,00	59,50	60,66	59,83	59,55	-0,75↓	59,40	59,55	43	1.620
BLAU3	BLAU	ON NM	10,47	10,25	10,57	10,41	10,25	-1,91↓	10,24	10,37	1.280	293.400
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE	-	-	-	-	-	-	26,20	-	-	-
BLPA39	GX MLP ETF	DRE	-	-	-	-	-	-	49,98	-	-	-
BLPX39	GX MLP EN IN	DRE	62,55	62,55	62,55	62,55	62,55	3,32↑	49,98	-	2	930
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE	55,17	55,10	55,29	55,16	55,10	0,18↑	55,00	60,02	32	7.958
BMEB3	MERCANTIL	ON N1	-	-	-	-	-	-	21,01	23,25	-	-
BMEB4	MERCANTIL	PN N1	22,88	22,18	22,88	22,52	22,39	-2,22↓	22,15	22,40	53	17.900
BMGB4	BANCO BMG	PN N1	3,27	3,27	3,34	3,30	3,30	0,91↑	3,30	3,31	975	321.500
BMIN3	MERC INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	17,50	26,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN	16,00	15,10	16,00	15,87	15,10	-	15,10	15,99	3	700
BMKS3	BIC MONARK	ON	410,00	410,00	435,00	412,47	410,00	-2,38↓	410,00	434,99	11	97
BMMT11	B INDEX MOME	CI	111,02	111,02	111,39	111,20	111,39	-0,25↓	111,39	-	2	200
BMOB3	BEMOBI TECH	ON NM	12,69	12,34	12,81	12,51	12,45	-1,65↓	12,43	12,45	1.567	409.100
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE	47,02	46,60	47,55	47,04	46,74	-0,31↓	37,99	-	579	106.367
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN	250,00	250,00	253,00	252,86	253,00	0,09↑	250,00	-	5	575
BNBR3	NORD BRASIL	ON	100,30	100,00	100,30	100,15	100,00	-1,47↓	99,50	104,00	2	200
BNDA39	MSCI INDIA	DRE	66,84	66,69	67,34	67,21	67,13	0,43↑	64,64	70,12	10	845
BOAC34	BANK AMERICA	DRN	46,33	46,13	47,38	47,27	46,89	1,20↑	46,85	47,01	74	22.433
BOBR3	BOMBRIL	ON	-	-	-	-	-	-	0,02	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN	2,11	2,11	2,15	2,14	2,15	1,89↑	2,13	2,14	7	15.200
BOEF39	BKR SP100	DRE	-	-	-	-	-	-	61,49	-	-	-
BOEI34	BOEING	DRN	900,37	893,17	900,37	898,57	893,17	0,68↑	884,00	940,20	5	30
BONY34	BNY MELLON	DRN	290,29	290,29	290,58	290,31	290,58	1,93↑	-	294,00	2	13
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE	38,16	38,16	38,92	38,48	38,50	0,46↑	37,51	38,92	5	10
BOVA11	ISHARES BOVA	CI	120,88	119,81	121,50	120,84	120,48	-0,04↓	120,48	120,50	53.318	7.058.394
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI	126,27	125,36	126,27	125,78	125,79	0,01↑	125,79	132,50	7	2.033
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI	95,97	95,02	96,33	95,59	95,64	0,02↑	-	-	453	456
BOVV11	IT NOW IBOV	CI	126,75	125,60	127,37	126,35	126,33	-0,01↓	126,33	126,49	10.035	1.929.155
BOVX11	TREND IBOVX	CI	12,56	12,50	12,66	12,56	12,58	0,15↑	12,56	12,58	186	115.579
BOXP34	BOSTON PROP	DRN	30,58	30,38	30,81	30,63	30,69	-12,28↓	30,70	39,99	7	64
BPAC11	BTGP BANCO	UNT N2	32,76	32,30	33,07	32,60	32,53	-0,64↓	32,53	32,59	24.913	8.171.700
BPAC3	BTGP BANCO	ON N2	16,46	16,20	16,46	16,31	16,20	=	16,20	16,72	5	500
BPAC5	BTGP BANCO	PNA N2	8,23	8,12	8,25	8,22	8,24	0,48↑	8,13	8,20	9	1.300
BPAN4	BANCO PAN	PN N1	9,11	9,01	9,26	9,13	9,07	0,22↑	9,06	9,09	3.406	1.776.700
BPAR3	BANPARA	ON	-	-	-	-	-	-	155,00	300,00	-	-
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE	-	-	-	-	-	-	46,98	-	-	-
BQQW39	FT NASD100EQ	DRE	-	-	-	-	-	-	-	65,00	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE	62,79	62,50	62,79	62,62	62,51	-0,77↓	-	-	5	15
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE	55,07	55,07	55,07	55,07	55,07	0,03↑	43,98	60,02	1	2
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE	31,00	30,96	31,00	30,98	30,96	-0,60↓	29,80	-	3	6
BRAP3	BRADESPAR	ON N1	19,99	19,77	20,02	19,89	19,97	0,50↑	19,97	19,98	338	52.500
BRAP4	BRADESPAR	PN N1	20,80	20,50	20,85	20,66	20,62	-0,14↓	20,61	20,63	10.022	3.414.200
BRAX11	ISHARES BRAX	CI	103,94	103,23	104,52	103,84	103,36	-0,27↓	103,38	104,33	40	1.881
BRBI11	BR PARTNERS	UNT N2	14,90	14,33	15,04	14,61	14,45	-2,69↓	14,41	14,47	1.915	360.600
BREW11	B INDEX BREW	CI	114,69	114,69	114,69	114,69	114,69	-0,39↓	114,69	-	1	100
BRFS3	BRF SA	ON NM	17,05	16,55	17,13	16,84	17,05	-0,11↓	17,04	17,05	23.003	8.810.400
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE	-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON	-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA	-	-	-	-	-	-	12,01	-	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB	-	-	-	-	-	-	12,00	13,49	-	-
BRIT3	BRISANET	ON NM	3,94	3,93	4,25	4,08	4,24	8,99↑	4,23	4,24	1.642	1.236.100
BRIV3	ALFA INVEST	ON	-	-	-	-	-	-	12,21	14,00	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN	-	-	-	-	-	-	12,20	12,99	-	-
BRKM3	BRASKEM	ON N1	21,52	21,20	21,72	21,50	21,60	0,13↑	21,20	21,95	12	3.100
BRKM5	BRASKEM	PNA N1	22,40	21,95	22,57	22,29	22,41	-0,13↓	22,40	22,43	8.581	2.296.500
BRKM6	BRASKEM	PNB N1	-	-	-	-	-	-	14,01	15,88	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON N1	12,26	12,26	12,53	12,44	12,35	0,73↑	12,31	12,50	13	1.300
BRSR5	BANRISUL	PNA N1	-	-	-	-	-	-	-	15,80	-	-
BRSR6	BANRISUL	PNB N1	12,42	12,33	12,64	12,42	12,34	-0,64↓	12,34	12,35	3.003	925.500
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE	-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-

Continua...

Pregão

Continuação

Código	Empresa/Ação		Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas Compra (R$)	Ofertas Venda (R$)	Negócios Realizados Número	Negócios Realizados Quantidade
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE	54,75	54,75	54,75	54,75	54,75	1,29↑	-	-	1	17
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE	57,84	57,84	57,99	57,89	57,99	0,72↑	57,57	59,00	4	2.354
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE	-	-	-	-	-	-	52,40	55,07	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRE	32,94	32,82	32,97	32,88	32,82	-0,09↓	27,77	33,03	1.893	2.411
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	-	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON	-	-	-	-	-	-	9,25	9,90	-	-
BSLI4	BRB BANCO	PN	-	-	-	-	-	-	9,50	10,09	-	-
BSLV39	SILVER TRUST	DRE	45,85	45,00	45,85	45,34	45,40	0,66↑	45,00	45,95	26	614
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE	-	-	-	-	-	-	30,99	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE	-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE	27,35	27,08	27,55	27,15	27,13	-1,38↓	27,06	28,70	8	45
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE	-	-	-	-	-	-	89,33	120,00	-	-
BTEK11	INVESTO BTEK	CI	63,22	62,39	63,55	63,21	62,39	-2,87↓	61,75	62,40	4	18
BTFL39	BKR FLOT RTE	DRE	-	-	-	-	-	-	-	60,02	-	-
BTLT39	BKR 20YR TRS	DRE	31,23	31,01	31,29	31,06	31,02	-0,67↓	31,00	31,40	21	3.247
BURA39	GX URANIUM	DRE	51,00	50,53	51,55	50,83	50,84	0,61↑	50,30	51,90	177	2.239
BURT39	BKR MS WLD	DRE	-	-	-	-	-	-	36,99	60,03	-	-
BUSR39	CORE US REIT	DRE	43,40	43,36	43,40	43,36	43,36	-1,09↓	40,00	-	2	48
BVEG39	BKR GBL AGRO	DRE	-	-	-	-	-	-	40,99	50,02	-	-
BVLU39	MSCIUSVALUEF	DRE	52,95	52,95	52,95	52,95	52,95	0,36↑	46,98	54,48	1	20
BXPO11	INVESTO BXPO	CI	117,17	117,06	117,51	117,24	117,51	0,11↑	117,50	121,51	3	3
BXTC39	EXPON TECHNL	DRE	-	-	-	-	-	-	39,99	51,80	-	-
BZRO39	PCOM 25 YRZC	DRE	-	-	-	-	-	-	30,51	-	-	-
C1AB34	CABLE ONE IN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	12,50	-	-
C1AG34	CONAGRA BRAN	DRN	-	-	-	-	-	-	-	170,00	-	-
C1BL34	CHUBB LTD	DRN	-	-	-	-	-	-	-	324,75	-	-
C1BS34	PARAMOUNT GL	DRN	56,77	56,77	58,50	57,74	58,02	2,87↑	52,80	59,60	5	246
C1CI34	CROWN CASTLE	DRN	-	-	-	-	-	-	109,96	150,06	-	-
C1CL34	CARNIVAL COR	DRN	74,20	74,20	76,35	74,22	75,11	1,22↑	60,00	76,68	9	205
C1DN34	CADENCE DESI	DRN	755,11	755,11	755,11	755,11	755,11	-2,36↓	-	-	1	70
C1FI34	CF INDUSTRIE	DRN	-	-	-	-	-	-	-	497,05	-	-
C1GP34	COSTAR GROUP	DRN	4,46	4,46	4,46	4,46	4,46	-1,97↓	3,25	-	1	2
C1HR34	CH ROBINSON	DRN	18,28	18,28	18,28	18,28	18,28	0,10↑	-	20,00	1	9
C1IC34	CIGNA GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	420,55	-	-	-
C1MG34	CHIPOTLE MEX	DRN	771,40	760,76	771,40	769,88	760,76	-0,51↓	399,87	-	2	7
C1NP34	CENTERPOINT	DRN	-	-	-	-	-	-	-	175,03	-	-
C1NS34	CELANESE COR	DRN	402,80	402,80	402,80	402,80	402,80	-1,08↓	-	-	1	1
C1RR34	CARRIER GLOB	DRN	-	-	-	-	-	-	49,95	-	-	-
C1TV34	CORTEVA INC	DRN	70,75	70,75	70,84	70,78	70,84	0,39↑	66,45	74,00	2	32
C2AC34	CACI INTERNL	DRN	2,47	2,42	2,47	2,45	2,42	-2,02↓	2,41	-	4	135
C2CA34	FEMSA SAB CV	DRN ED	97,10	97,10	97,10	97,10	97,10	1,35↑	-	-	1	1
C2GN34	COGNEX CORP	DRN	-	-	-	-	-	-	-	34,07	-	-
C2HP34	CHARGEPOINTH	DRN	2,36	2,36	2,36	2,36	2,36	-5,60↓	2,39	5,80	1	1
C2OI34	COINBASEGLOB	DRN	45,49	44,92	47,90	46,54	45,77	3,22↑	45,54	45,77	310	170.825
C2OL34	BANCOLOMBIA	DRN	43,60	42,96	43,60	43,40	42,96	-2,00↓	-	58,05	3	8
C2OU34	COURSERA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	36,10	-	-
C2RN34	CERENCE INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	27,00	-	-
C2RS34	CRISPR THERA	DRN	-	-	-	-	-	-	36,81	53,00	-	-
C2RW34	CROWDSTRIKE	DRN	69,88	69,50	70,84	70,12	70,14	0,27↑	69,22	74,20	5	170
CALI3	CONST A LIND	ON ED	-	-	-	-	-	-	-	40,00	-	-
CAMB3	CAMBUCI	ON	10,50	10,28	10,75	10,44	10,60	=	10,36	10,60	655	126.800
CAML3	CAMIL	ON NM	7,89	7,88	8,04	7,94	7,96	0,25↑	7,93	7,96	1.490	403.300
CASH3	MELIUZ	ON NM	4,34	4,22	4,42	4,33	4,40	1,61↑	4,40	4,42	5.012	1.976.700
CASN3	CASAN	ON	-	-	-	-	-	-	10,97	20,00	-	-
CATP34	CATERPILLAR	DRN	117,99	116,75	119,67	118,03	116,75	-0,54↓	116,75	129,99	143	238
CBAV3	CBA	ON NM	4,85	4,85	5,06	4,97	4,98	2,68↑	4,95	4,99	4.821	3.912.600
CBEE3	AMPLA ENERG	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	14,84	-	-
CCRO3	CCR SA	ON NM	12,66	12,64	12,90	12,74	12,75	0,55↑	12,75	12,80	11.227	6.801.800
CEAB3	CEA MODAS	ON NM	10,05	9,97	10,33	10,11	10,00	-0,29↓	10,00	10,01	4.403	2.482.300
CEBR3	CEB	ON	21,62	21,21	21,69	21,57	21,21	-0,98↓	21,09	21,20	14	3.500
CEBR5	CEB	PNA	19,91	19,63	19,91	19,73	19,65	-2,23↓	19,65	20,16	5	1.100
CEBR6	CEB	PNB	22,30	21,18	22,30	22,03	21,18	-4,97↓	21,25	21,99	9	2.700
CEDO3	CEDRO	ON N1	-	-	-	-	-	-	32,00	32,50	-	-
CEDO4	CEDRO	PN N1	-	-	-	-	-	-	26,50	28,00	-	-
CEEB3	COELBA	ON ED	38,47	38,43	38,47	38,43	38,43	-0,90↓	38,43	38,70	13	2.600
CEEB5	COELBA	PNA ED	-	-	-	-	-	-	31,22	43,00	-	-
CEED3	CEEE-D	ON	-	-	-	-	-	-	20,00	22,88	-	-
CEED4	CEEE-D	PN	-	-	-	-	-	-	19,00	34,69	-	-
CEGR3	CEG	ON	-	-	-	-	-	-	-	65,00	-	-
CGAS3	COMGAS	ON	-	-	-	-	-	-	105,06	115,82	-	-
CGAS5	COMGAS	PNA	113,00	113,00	113,50	113,25	113,00	-0,04↓	113,00	114,50	3	400
CGRA3	GRAZZIOTIN	ON	26,47	26,15	26,50	26,43	26,40	=	26,00	26,40	6	1.000
CGRA4	GRAZZIOTIN	PN	26,75	26,56	26,75	26,73	26,75	=	26,60	26,75	23	3.700
CHCM34	CHARTER COMM	DRN	22,32	22,32	22,77	22,68	22,71	0,53↑	22,02	23,00	42	152
CHME34	CME GROUP	DRN	-	-	-	-	-	-	269,50	-	-	-
CHVX34	CHEVRON	DRN	81,76	81,76	83,10	82,72	82,49	0,40↑	81,12	82,79	82	7.678
CIEL3	CIELO	ON NM	5,47	5,43	5,51	5,47	5,47	=	5,47	5,48	15.710	16.218.100
CLOV34	CLOVERHEALTH	DRN	3,40	3,36	3,40	3,38	3,36	-1,17↓	3,25	3,90	2	2
CLSA3	CLEARSALE	ON NM	7,30	7,30	7,99	7,63	7,98	9,31↑	7,95	7,99	4.173	2.765.100
CLSC3	CELESC	ON N2	-	-	-	-	-	-	64,00	69,99	-	-
CLSC4	CELESC	PN N2	68,47	67,72	68,47	68,00	68,19	0,27↑	67,70	68,20	17	6.700
CLXC34	CLOROX CO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	217,52	-	-
CMCS34	COMCAST	DRN	41,45	41,45	41,64	41,45	41,49	1,24↑	40,76	41,64	7	6.536
CMDB11	BTG COMMODIT	CI	13,28	13,20	13,38	13,20	13,24	-0,07↓	13,11	13,34	8	373
CMIG3	CEMIG	ON N1	14,87	14,87	15,20	15,05	15,11	1,68↑	15,11	15,12	845	227.300
CMIG4	CEMIG	PN N1	12,88	12,82	13,08	12,96	13,06	1,39↑	13,05	13,06	17.503	13.845.300
CMIN3	CSNMINERACAO	ON N2	5,26	5,16	5,29	5,23	5,25	0,96↑	5,23	5,25	12.606	16.122.700
CNIC34	CANAD NATION	DRN	27,72	27,72	27,72	27,72	27,72	-0,64↓	21,84	-	1	1
COCA34	COCA COLA	DRN	50,91	50,91	51,60	51,27	51,45	1,47↑	51,45	51,55	852	14.371
COCE3	COELCE	ON	-	-	-	-	-	-	36,00	51,00	-	-
COCE5	COELCE	PNA	34,69	33,92	34,69	34,35	34,49	-0,57↓	34,09	34,67	103	13.600
COCE6	COELCE	PNB	-	-	-	-	-	-	13,90	-	-	-
COGN3	COGNA ON	ON NM	2,00	1,92	2,02	1,95	1,94	-2,51↓	1,94	1,95	19.647	47.962.500
COLG34	COLGATE	DRN	65,22	64,80	65,22	65,11	65,19	0,64↑	64,62	65,20	9	21
COPH34	COPHILLIPS	DRN	55,80	55,68	56,22	55,98	55,91	-0,24↓	55,70	57,94	15	83
CORN11	BB ETF MILHO	CI	6,04	6,04	6,15	6,08	6,04	-0,49↓	6,04	6,10	39	4.933
COTY34	COTY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	28,32	-	-	-
COWC34	COSTCO	DRN	93,90	93,15	94,23	93,84	93,65	0,06↑	91,61	95,80	22	241
CPFE3	CPFL ENERGIA	ON NM	35,17	34,57	35,36	34,76	34,71	-1,11↓	34,71	34,80	11.644	2.139.100
CPLE3	COPEL	ON N2	8,24	8,18	8,31	8,25	8,29	0,60↑	8,29	8,30	3.369	2.874.100
CPLE5	COPEL	PNA N2	-	-	-	-	-	-	19,00	20,79	-	-
CPLE6	COPEL	PNB N2	9,21	9,16	9,34	9,23	9,24	0,32↑	9,23	9,27	15.610	15.195.300
CPRL34	CANAD KANSAS	DRN	110,14	110,12	111,43	110,67	110,77	0,80↑	100,00	-	6	86
CRFB3	CARREFOUR BR	ON NM	11,26	11,08	11,27	11,19	11,27	0,44↑	11,26	11,27	9.816	3.370.300
CRIP34	CTRIPCOM	DRN	254,25	254,25	254,25	254,25	254,25	0,09↑	160,00	-	1	1
CRIV3	ALFA FINANC	ON	-	-	-	-	-	-	6,61	7,80	-	-
CRIV4	ALFA FINANC	PN	-	-	-	-	-	-	6,53	7,00	-	-
CRPG3	CRISTAL	ON	-	-	-	-	-	-	33,80	45,00	-	-
CRPG5	CRISTAL	PNA	30,95	30,47	30,98	30,82	30,48	-0,97↓	30,45	30,49	18	3.800
CRPG6	CRISTAL	PNB	30,49	30,02	30,49	30,25	30,02	-1,54↓	30,02	30,49	2	200
CSAN3	COSAN	ON NM	14,44	14,28	14,71	14,43	14,37	-0,20↓	14,36	14,38	24.259	13.814.900
CSCO34	CISCO	DRN	50,45	50,38	50,60	50,56	50,60	0,79↑	50,25	50,60	6	49
CSED3	CRUZEIRO EDU	ON NM	3,63	3,59	3,72	3,65	3,59	-0,82↓	3,58	3,59	435	261.800
CSMG3	COPASA	ON NM	21,24	20,82	21,29	20,95	20,97	-1,22↓	20,96	20,98	7.883	1.649.200
CSNA3	SID NACIONAL	ON	14,42	14,10	14,62	14,32	14,21	-0,76↓	14,21	14,22	14.847	6.458.900
CSRN3	COSERN	ON ED	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50	2,08↑	23,60	26,50	1	200
CSRN5	COSERN	PNA ED	-	-	-	-	-	-	21,00	-	-	-
CSRN6	COSERN	PNB ED	-	-	-	-	-	-	20,88	24,00	-	-
CSUD3	CSU DIGITAL	ON NM	17,94	17,63	18,05	17,76	17,68	-1,39↓	17,60	17,70	155	38.000
CSXC34	CSX CORP	DRN	89,80	89,80	91,60	91,25	91,60	2,00↑	-	92,00	3	776
CTGP34	CITIGROUP	DRN	50,76	50,76	51,68	51,15	51,01	0,03↑	50,11	51,75	71	31.166
CTKA3	KARSTEN	ON	-	-	-	-	-	-	10,00	19,99	-	-
CTKA4	KARSTEN	PN	-	-	-	-	-	-	19,25	19,99	-	-
CTNM3	COTEMINAS	ON	-	-	-	-	-	-	8,01	8,70	-	-
CTNM4	COTEMINAS	PN	1,09	1,06	1,09	1,08	1,08	=	1,07	1,09	29	14.200
CTSA3	SANTANENSE	ON	2,61	2,51	2,61	2,58	2,51	-3,83↓	2,51	2,78	9	1.400
CTSA4	SANTANENSE	PN	1,36	1,32	1,38	1,34	1,32	-2,94↓	1,32	1,35	38	16.000
CTSH34	COGNIZANT	DRN	-	-	-	-	-	-	300,00	-	-	-
CURY3	CURY S/A	ON NM	18,56	18,51	19,11	18,86	18,80	0,91↑	18,79	18,81	12.057	2.833.200
CVCB3	CVC BRASIL	ON NM	1,88	1,80	1,91	1,84	1,80	-4,25↓	1,80	1,81	17.861	31.335.400
CVSH34	CVS HEALTH	DRN	36,38	36,38	36,44	36,41	36,44	1,53↑	35,67	38,77	2	10
CXSE3	CAIXA SEGURI	ON NM	15,41	15,33	15,54	15,40	15,46	0,52↑	15,45	15,49	6.948	3.208.900
CYRE3	CYRELA REALT	ON NM	20,97	20,32	21,13	20,66	20,56	-2,09↓	20,52	20,58	19.490	5.673.200
D1DG34	DATADOG INC	DRN	66,42	65,52	66,42	65,53	65,52	0,04↑	64,29	66,42	2	51
D1EL34	DELL TECHNOL	DRN	612,50	607,94	624,77	616,35	617,17	-2,09↓	617,25	637,62	8	77
D1EX34	DEXCOM INC	DRN	14,21	14,21	14,21	14,21	14,21	1,28↑	12,01	17,66	1	260
D1LR34	DIGITAL REAL	DRN	179,71	179,71	179,71	179,71	179,71	0,94↑	140,00	195,00	1	20
D1OC34	DOCUSIGN INC	DRN	15,04	15,04	15,04	15,01	15,04	=	14,89	16,17	2	101
D1OW34	DOW INC	DRN	74,62	74,62	74,62	74,62	74,62	-	68,40	75,59	1	1
D1VN34	DEVON ENERGY	DRN	271,96	270,00	271,96	270,65	270,00	-0,49↓	264,82	274,95	3	6
D1XC34	DXC TECHNOLO	DRN	-	-	-	-	-	-	-	116,00	-	-
D2KN34	DRAFTKINGS	DRN	37,00	36,51	37,00	36,53	36,51	-0,89↓	32,00	38,47	2	204
D2KS34	DICKS SPORT	DRN	102,80	102,80	102,80	102,80	102,80	-0,54↓	-	-	1	90
D2OC34	DOXIMITY INC	DRN	-	-	-	-	-	-	15,24	-	-	-
D2PZ34	DOMINOSPIZZA	DRN	-	-	-	-	-	-	49,99	-	-	-
DASA3	DASA	ON NM	4,21	4,12	4,32	4,23	4,21	0,23↑	4,21	4,22	2.274	588.500
DBAG34	DEUTSCHE AK	DRN	82,30	82,30	83,44	83,09	83,44	1,96↑	81,26	83,45	2	10
DDNB34	DUPONT N INC	DRN	-	-	-	-	-	-	-	419,99	-	-
DEAI34	DELTA	DRN	252,10	252,10	252,10	252,10	252,10	0,31↑	-	-	1	22
DEEC34	DEERE CO	DRN	69,30	69,30	70,41	69,90	69,83	0,76↑	68,56	70,00	17	402
DEOP34	DIAGEO PL	DRN	41,35	41,08	41,36	41,26	41,12	0,68↑	40,50	42,15	12	191
DESK3	DESKTOP	ON NM	13,35	13,05	13,40	13,19	13,07	-1,87↓	13,06	13,20	518	77.000
DEXP3	DEXXOS PAR	ON N1	10,53	10,31	10,67	10,45	10,37	-1,33↓	10,37	10,40	388	65.300
DEXP4	DEXXOS PAR	PN N1	10,54	10,54	10,54	10,54	10,54	-2,94↓	10,01	10,54	2	2.100
DGCO34	DOLLAR GENER	DRN	31,71	31,65	32,02	31,83	31,80	0,37↑	31,20	33,77	5	202
DHER34	DANAHER CORP	DRN	43,90	43,90	44,79	44,28	44,24	-1,13↓	41,93	45,05	17	3.740
DIRR3	DIRECIONAL	ON NM	22,40	22,21	22,64	22,39	22,52	1,03↑	22,51	22,52	6.823	1.681.500
DISB34	WALT DISNEY	DRN	39,30	39,30	39,96	39,54	39,44	-0,27↓	39,37	39,40	288	39.484
DIVO11	IT NOW IDIV	CI	87,71	87,37	88,48	87,93	87,91	-0,09↓	87,83	87,91	1.338	32.342
DMFN3	DMFINANCEIRA	ON	12,50	12,50	12,50	12,50	12,50	-	12,50	14,50	1	100
DMVF3	D1000VFARMA	ON NM	7,25	7,25	7,97	7,73	7,77	7,76↑	7,70	7,77	1.037	316.300
DNAI11	IT NOW DNA	CI	31,33	30,47	31,53	30,82	30,47	-2,21↓	30,05	31,52	10	805
DOHL3	DOHLER	ON	-	-	-	-	-	-	6,41	9,99	-	-
DOHL4	DOHLER	PN	4,41	4,26	4,44	4,40	4,44	-0,89↓	4,29	4,43	12	1.700
DOTZ3	DOTZ SA	ON NM	5,26	5,23	5,54	5,36	5,54	5,32↑	5,44	5,54	84	20.500
DTCY3	DTCOM-DIRECT	ON	-	-	-	-	-	-	-	5,00	-	-
DUKB34	DUKE ENERGY	DRN	502,00	502,00	502,50	502,10	502,50	1,83↑	493,08	510,00	5	20
DVAI34	DAVITA INC	DRN	-	-	-	-	-	-	650,00	-	-	-
DVER11	BB ETF DVER	CI	10,70	10,58	10,70	10,64	10,58	0,95↑	-	10,70	2	2
DXCO3	DEXCO	ON NM	7,16	7,11	7,33	7,20	7,19	0,41↑	7,19	7,20	10.245	3.780.100
E1CL34	ECOLAB INC	DRN	-	-	-	-	-	-	200,40	-	-	-
E1CO34	ECOPETROL SA	DRN	30,22	29,75	30,36	29,97	29,88	-0,89↓	29,76	31,00	32	292

Indicadores Econômicos

Dólar

		19/04/2024	18/04/2024	17/04/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,1990	R$ 5,2490	R$ 5,2430
	VENDA	R$ 5,1990	R$ 5,2500	R$ 5,2430
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,2263	R$ 5,2506	R$ 5,2463
	VENDA	R$ 5,2269	R$ 5,2512	R$ 5,2469
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,2340	R$ 5,2990	R$ 5,2700
	VENDA	R$ 5,4140	R$ 5,4790	R$ 5,4500

Fonte: BC

Ouro

	19/04/2024	18/04/2024	17/04/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.390,86	US$ 2.378,14	US$ 2.361,09
BM&F-SP (g)	R$ 402,33	R$ 402,34	R$ 402,01

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Abril	0,92	13,75
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75

Reservas Internacionais

18/04... US$ 351.813 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-0,95%	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	-0,91%	-4,26%
IPC-Fipe	0,43%	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	1,18%	2,87%
IGP-DI (FGV)	-1,01%	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	-0,97%	-4,00%
INPC-IBGE	0,53%	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	1,58%	3,40%
IPCA-IBGE	0,61%	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	1,42%	3,93%
IPCA-IPEAD	0,27%	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	2,90%	5,88%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,11	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75
UPC (R$)	24,06	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7477	0,7631
COLON/COSTA RICA	35	0,3871	0,3898
COLON/EL SALVADOR	40	0,01039	0,0105
COROA DINAMARQUESA	55	0,7463	0,7464
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03696	0,03705
COROA NORUEGUESA	65	0,4741	0,4743
COROA SUECA	70	0,4784	0,4786
COROA TCHECA	75	0,2204	0,2205
DINAR ARGELINO	90	0,07686	0,07744
DINAR/KWAIT	95	0,03863	0,03903
DINAR/BAHREIN	100	16,9465	16,9539
DINAR/IRAQUE	115	0,003987	0,003993
DINAR/JORDANIA	125	7,3724	7,3785
DINAR SERVIO	133	0,04751	0,04756
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4229	1,4234
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,3558	3,3572
DOLAR/BAHAMAS	155	5,2263	5,2269
DOLAR/BERMUDAS	160	5,2263	5,2269
DOLAR CANADENSE	165	3,8021	3,8036
DOLAR DA GUIANA	170	0,02483	0,02513
DOLAR CAYMAN	190	6,259	6,3356
DOLAR CINGAPURA	195	3,8378	3,8408
DOLAR HONG KONG	205	0,6672	0,6673
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7656	0,7765
DOLAR DOS EUA	220	5,2263	5,2269
FORINT/HUNGRIA	345	0,01411	0,01413
FRANCO SUICO	425	5,747	5,7502
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0007049	0,0007057
IENE	470	0,03381	0,03382
LIBRA/EGITO	535	0,108	0,1083
LIBRA ESTERLINA	540	6,4785	6,4814
LIBRA/LIBANO	560	0,0000583	0,0000584
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0004019	0,0004021
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,1606	0,1607
LIRA TURCA	642	0,1603	0,1604
NOVO SOL/PERU	660	1,4156	1,4158
PESO ARGENTINO	665	0,06261	0,06266
PESO CHILE	715	0,005483	0,005486
PESO/COLOMBIA	720	0,001333	0,001334
PESO/CUBA	725	0,2178	0,2178
PESO/REP. DOMINIC	730	0,0877	0,08855
PESO/FILIPINAS	735	0,09086	0,0909
PESO/MEXICO	741	0,3036	0,3038
PESO/URUGUAIO	745	0,1361	0,1362
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6709	0,6727
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002481	0,002497
RENMIMBI IUAN	795	0,7218	0,7219
RENMINBI HONG KONG	796	0,7211	0,7212
RIAL/CATAR	800	1,4323	1,4336
RIAL/OMA	805	13,5713	13,5764
RIAL/IEMEN	810	0,02087	0,02091
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001244	0,0001245
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,3932	1,3934
RINGGIT/MALASIA	828	1,092	1,0933
RUBLO/RUSSIA	830	0,05618	0,05619
RUPIA/INDIA	860	0,06266	0,0627
RUPIA/INDONESIA	865	0,0003214	0,0003217
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3372	0,339
SHEKEL/ISRAEL	880	1,3855	1,3931
WON COREIA SUL	930	0,003795	0,003797
ZLOTY/POLONIA	975	1,2903	1,291
EURO	978	5,5681	5,5708

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024
Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024 (Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Dezembro/2023	Fevereiro/2024	0,3343	0,5746
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

02/04	0,01362379	3,04084698
03/04	0,01362416	3,04092834
04/04	0,01362467	3,04104219
05/04	0,01362517	3,04115439
06/04	0,01362530	3,04118419
07/04	0,01362530	3,04118419
08/04	0,01362530	3,04118419
09/04	0,01362568	3,04126750
10/04	0,01362620	3,04138404
11/04	0,01362685	3,04153078
12/04	0,01362755	3,04168692
13/04	0,01362791	3,04176583
14/04	0,01362791	3,04176583
15/04	0,01362791	3,04176583
16/04	0,01362825	3,04184201
17/04	0,01362874	3,04195191
18/04	0,01362937	3,04209246
19/04	0,01362998	3,04222860
20/04	0,01363021	3,04228031
21/04	0,01363021	3,04228031
22/04	0,01363021	3,04228031

Fonte: Fenaseg

TBF

02/04 a 02/05	0,7563
03/04 a 03/05	0,7556
04/04 a 04/05	0,7512
05/04 a 05/05	0,7065
06/04 a 06/05	0,6829
07/04 a 07/05	0,7189
08/04 a 08/05	0,7549
09/04 a 09/05	0,7546
10/04 a 10/05	0,7542
11/04 a 11/05	0,7513
12/04 a 12/05	0,7173
13/04 a 13/05	0,6812
14/04 a 14/05	0,7171
15/04 a 15/05	0,7530

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Março	1,0393
IGP-DI (FGV)	
Março	0,9600
IGP-M (FGV)	
Março	0,9574

TR/Poupança

11/03 a 11/04	0,1062	0,6067
12/03 a 12/04	0,1130	0,6136
13/03 a 13/04	0,1100	0,6106
14/03 a 14/04	0,0821	0,5825
15/03 a 15/04	0,0519	0,5522
16/03 a 16/04	0,0501	0,5504
17/03 a 17/04	0,0759	0,5763
18/03 a 18/04	0,1017	0,6022
19/03 a 19/04	0,0985	0,5990
20/03 a 20/04	0,0935	0,5940
21/03 a 21/04	0,0628	0,5631
22/03 a 22/04	0,0340	0,5342
23/03 a 23/04	0,0514	0,5517
24/03 a 24/04	0,0869	0,5873
25/03 a 25/04	0,1125	0,6131
26/03 a 26/04	0,1100	0,6106
27/03 a 27/04	0,1061	0,6066
28/03 a 28/04	0,0785	0,5789
01/04 a 01/05	0,1023	0,6028
02/04 a 02/05	0,0857	0,5861
03/04 a 03/05	0,0850	0,5854
04/04 a 04/05	0,0807	0,5811
05/04 a 05/05	0,0462	0,5464
06/04 a 06/05	0,0227	0,5228
07/04 a 07/05	0,0486	0,5488
08/04 a 08/05	0,0843	0,5847
09/04 a 09/05	0,0840	0,5844
10/04 a 10/05	0,0836	0,5840
11/04 a 11/05	0,0808	0,5812
12/04 a 12/05	0,0569	0,5572
13/04 a 13/05	0,0211	0,5212
14/04 a 14/05	0,0567	0,5570
15/04 a 15/05	0,0824	0,5828
16/04 a 16/05	0,0844	0,5848
17/04 a 17/05	0,0599	0,5602
18/04 a 18/05	0,0672	0,5675

Agenda Federal

sage

Dia 20

EFD - Distrito Federal - Distrito Federal - O arquivo digital da EFD- ICMS/IPI deverá ser transmitido pelos contribuintes do IPI, exceto os inscritos no Simples Nacional, ao ambiente nacional do Sped, até o 20º dia do mês subsequente ao da apuração do imposto, observada a legislação específica do Distrito Federal (Instrução Normativa RFB nº 1.685/2017, art. 12). Internet

Dia 22

IRPJ/CSL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - Recolhimento unificado do IRPJ/CSL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em março/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e art. 5º da Lei nº 10.931/2004, alterado pela Lei nº 12.024/2009) - Cód. Darf 4095.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.
Darf Comum (2 vias)

IRPJ/CSL/PIS/Cofins - Incorporações imobiliárias - Regime Especial de Tributação - PMCMV - Recolhimento unificado do IRPJ/CSL/PIS/Cofins, relativamente às receitas recebidas em março/2024 - Regime Especial de Tributação (RET) aplicável às incorporações imobiliárias e às construções no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV (Instrução Normativa RFB nº 1.435/2013, arts. 5º e 8º, § 2º; e Lei nº 10.931/2004, art. 5º, alterado pela Lei nº 12.024/2009, art. 1º) - Cód. Darf 1068.
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.
Darf Comum (2 vias)

Simples Nacional - Pagamento, pelas microempresas (ME) e pelas empresas de pequeno porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional, do valor devido sobre a receita bruta do mês de março/2024 (Resolução CGSN nº 140/2018, art. 40).
• Não havendo expediente bancário, prorroga-se o recolhimento para o dia útil imediatamente posterior.
Internet

Dia 23

Scanc/Tributação monofásica - Refinaria de petróleo ou suas bases, CPQ, UPGN e Formulador de Combustíveis - a) entrega das informações relativas às operações interestaduais com combustíveis derivados de petróleo ou com álcool etílico carburante através do Sistema de Captação e Auditoria dos Anexos de Combustíveis (Scanc). b) entrega de informações por estabelecimento que tiver recebido o combustível de outro estabelecimento subsequente à tributação monofásica. Internet. Convênio ICMS nº 110/2007, cláusula vigésima sexta, § 1º, V, "b"; Convênio ICMS nº 199/2022, cláusula vigésima segunda, § 1º; Convênio ICMS nº 15/2023, cláusula vigésima segunda, § 1º; Ato Cotepe ICMS nº 174/2023.

Dia 24

IOF: Pagamento do IOF apurado no 2º decêndio de abril/2024:
- Operações de crédito - Pessoa Jurídica - Cód. Darf 1150
- Operações de crédito - Pessoa Física - Cód. Darf 7893
- Operações de câmbio - Entrada de moeda - Cód. Darf 4290
- Operações de câmbio - Saída de moeda - Cód. Darf 5220
- Títulos ou Valores Mobiliários - Cód. Darf 6854
- Factoring - Cód. Darf 6895
- Seguros - Cód. Darf 3467
- Ouro, ativo financeiro - Cód. Darf 4028
Darf Comum (2 vias)

IRRF - Recolhimento do Imposto de Renda Retido na Fonte correspondente a fatos geradores ocorridos no período de 11 a 20.04.2024, incidente sobre rendimentos de (art. 70, I, letra "b", da Lei nº 11.196/2005): a) juros sobre capital próprio e aplicações financeiras, inclusive os atribuídos a residentes ou domiciliados no exterior, e títulos de capitalização; b) prêmios, inclusive os distribuídos sob a forma de bens e serviços, obtidos em concursos e sorteios de qualquer espécie e lucros decorrentes desses prêmios; e c) multa ou qualquer vantagem por rescisão de contratos. Darf Comum (2 vias)

Dia 25

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre todos os produtos (exceto os classificados no Capítulo 22, nos códigos 2402.20.00, 2402.90.00 e nas posições 84.29, 84.32, 84.33, 87.01 a 87.06 e 87.11 da TIPI) - Cód. DARF 5123. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre produtos classificados no Capítulo 22 da TIPI (bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres) - Cód. DARF 0668. Darf Comum (2 vias)

IPI - Pagamento do IPI apurado no mês de março/2024 incidente sobre os produtos do código 2402.90.00 da TIPI (outros cigarros) - Cód. DARF 5110. Darf Comum (2 vias)

VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

VIVER EM VOZ ALTA

A importância da cultura para José Aparecido de Oliveira

ROGÉRIO FARIA TAVARES*

Dirigido e produzido por Mário Lúcio Brandão Filho e Gustavo Brandão, o documentário "José Aparecido de Oliveira - o maior mineiro do mundo" foi *hours concours* no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro e integrou a Seleção especial da décima quinta edição da Mostra de Cinema de Ouro Preto. Sua pré-estreia em Minas, no Cine Belas Artes, reuniu muitos amigos do protagonista do filme, o mesmo acontecendo no Rio de Janeiro, nesta semana, na Estação Botafogo, quando a plateia pôde relembrar os principais pontos da trajetória do jornalista e político nascido em Conceição do Mato Dentro, marido de dona Leonor e pai dos estimados José Fernando e Maria Cecília. Entre os depoimentos mais tocantes colhidos pelos diretores, os de Ângelo Oswaldo de Araújo Santos, Paulo Tarso Flecha de Lima e Ronaldo Costa Couto, da Academia Mineira de Letras.

Depois de estudar em Ouro Preto e em Araxá, José Aparecido chegou a Belo Horizonte, onde logo começou a atuar na imprensa. Em pouco tempo, passou a trabalhar com o então prefeito da capital, Celso Mello de Azevedo, iniciando uma longa carreira na vida pública, que registrou passagens pela Câmara dos Deputados, pelo gabinete de Jânio Quadros e pelo secretariado dos governadores Magalhães Pinto e Tancredo Neves. Aí, um ponto que merece o devido realce.

> *Chamado por Tancredo, José Aparecido foi o primeiro titular da Secretaria de Estado da Cultura, uma das pastas mais importantes em qualquer administração; foi em sua gestão que se inaugurou a Rede Minas*

Chamado por Tancredo, José Aparecido foi o primeiro titular da Secretaria de Estado da Cultura, uma das pastas certamente mais importantes em qualquer administração. Foi em sua gestão, em dezembro de 1984, que se inaugurou a Rede Minas, a televisão pública, educativa e cultural de nosso estado. Na mesma época, articulou a criação do Fórum Nacional dos Secretários de Cultura, integrado por outro mineiro notável, Darcy Ribeiro, de Montes Claros, vice-governador e secretário de Cultura fluminense. Em 1985, convidado pelo presidente eleito, fundou o Ministério da Cultura (MinC), marco essencial da relação entre o Estado e a Cultura no Brasil, que tantos ótimos frutos já foi capaz de gerar. Não conheço país forte que descuide do tema da Cultura e das Artes e de todo o potencial delas decorrente. Em sua gestão no MinC, mostrando-se à frente do seu tempo, José Aparecido também incluiu na agenda a questão da diversidade das representações culturais da nossa gente, dando destaque às culturas indígenas e afro-brasileiras, matrizes formadoras da nossa nacionalidade.

Como governador do Distrito Federal, José Aparecido continuou a prestigiar a Cultura, resgatando e valorizando o patrimônio arquitetônico da cidade e levantando meios para protegê-lo, como a obtenção, para Brasília, do título de "Patrimônio Cultural da Humanidade", concedido pela Unesco, medida que inibiu a especulação imobiliária e a descaracterização dos principais conceitos urbanos implantados na capital, ainda com Juscelino.

Finalmente, e para coroar sua atuação na vida pública, José Aparecido também figurou como a personalidade-chave para materializar a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), organização internacional surgida em 1996 e responsável por ampliar e consolidar laços - sobretudo culturais - entre as nações cuja língua oficial é a de Camões e Drummond. Nada mais acertado, pois, que divulgar o seu legado.

** Jornalista. Doutor em Literatura. Presidente Emérito da Academia Mineira de Letras*

Medalha da Inconfidência com homenagem especial

GIL LEONARDI / IMPRENSA MG

Neste domingo, 21 de abril, Ouro Preto, a histórica cidade da região Central, passa a ser simbolicamente a capital do Estado. O governo de Minas vai realizar a entrega da Medalha da Inconfidência, honraria concedida a personalidades e instituições que contribuíram para o desenvolvimento de Minas Gerais e do País. A solenidade integra a Semana da Inconfidência em Conexões e, esse ano, com uma distinção a mais. A cerimônia de 2024 será marcada por uma homenagem à poeta Bárbara Heliodora, heroína da Inconfidência Mineira.

A Medalha da Inconfidência tem quatro designações: Grande Medalha, Medalha de Honra e Medalha da Inconfidência e Grande Colar, honraria concedida a chefes de Estado, chefes de governo e chefes dos demais Poderes da União. O governador Romeu Zema entrega as condecorações no Centro de Artes e Convenções da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop) e neste ano serão entregues 170 condecorações: 40 Grandes Medalhas, 58 Medalhas de Honra e 72 Medalhas da Inconfidência.

Neste ano, o agraciado com o Grande Colar será o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), sociólogo e autor de vários livros sobre mudança social e os condicionantes políticos do desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Eleito presidente da República por dois mandatos consecutivos, ocupou o cargo de 1995 a 2002. Seu governo foi um período marcado pela consolidação da estabilidade econômica, pelo Plano Real, por reformas na economia, na Previdência Social e na administração pública, bem como pela democratização do acesso às políticas sociais. Antes de ser eleito presidente, FHC foi ministro das Relações Exteriores do governo do mineiro Itamar Franco.

Em maio de 1993, ele assumiu o Ministério da Fazenda, em um momento em que a inflação beirava os 30% ao mês, quando levou adiante seu plano de estabilização, o Plano Real, composto por medidas drásticas de controle do déficit público e reforma monetária que se completou com a entrada em circulação de uma nova moeda, o real, em julho de 1994.

Cerimônia e homenagem especial - A solenidade tem dois momentos distintos. O ato da entrega da Medalha da Inconfidência, com presença de público, é conduzido na Ufop. Já a honra militar é realizada na Praça Tiradentes, no "coração" de Ouro Preto, com a presença dos Dragões da Inconfidência, o hasteamento da bandeira, a colocação de flores no monumento ao mártir da Inconfidência Mineira, Tiradentes, e a salva de 21 tiros.

A cerimônia de 2024 será marcada também por homenagem à heroína da Inconfidência Mineira, Bárbara Heliodora. Despojos, ou seja, uma porção de terra do túmulo de São Gonçalo do Sapucaí, no Sul de Minas, serão levados para o Museu da Inconfidência, em Ouro Preto, onde ficarão no Panteão dos Inconfidentes, espaço que celebra os heróis desse período emblemático da história.

O Panteão abriga outros heróis da Inconfidência, incluindo Tiradentes e Alvarenga Peixoto, que era casado com Bárbara Heliodora. Além de homenagear a poeta, o reconhecimento promove uma reparação histórica, já que ela participou ativamente da Inconfidência, mas não teve o devido reconhecimento à época por ser mulher.

Duas cidades em "Conexões"

Pelo segundo ano consecutivo, o governo de Minas promove uma série de atividades em Ouro Preto e Tiradentes, no Campo das Vertentes. A edição 2024 recebe o nome Semana da Inconfidência em Conexões, projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult), juntamente com a Fundação de Arte de Ouro Preto (Faop) e Cemig), tendo como parceiros as prefeituras de Ouro Preto e Tiradentes, além da iniciativa privada.

Os eventos começaram no último dia 14 e vão até domingo (21), Dia da Inconfidência Mineira. Os moradores e visitantes têm à disposição uma variedade de ações que estão conectando-os com a história, raízes culturais, criatividade e o patrimônio artístico do Estado. A Semana da Inconfidência conecta, mais uma vez, duas cidades marcadas pela memória da Inconfidência Mineira.

Ouro Preto, capital do Estado de 1823 a 1897, é reconhecida como epicentro do movimento de luta pela independência da coroa portuguesa, enquanto o município de Tiradentes, então Vila de São José, sediou uma das primeiras reuniões dos inconfidentes, em 1788, posteriormente recebendo o atual nome em homenagem a Joaquim José da Silva Xavier.

O objetivo da semana, promovida anualmente, é fortalecer a cultura, a educação e o turismo, contribuindo para a valorização e o desenvolvimento da arte e da economia da criatividade.

Vinho na Vila estreia no Parque do Palácio

DIVULGAÇÃO / LUIZ CARLOS GUERESCHI

O Parque do Palácio, no bairro Mangabeiras, em Belo Horizonte, recebe neste sábado (20) e domingo (21) um evento até então inédito na Capital: o Vinho na Vila. A ideia é exaltar excelência do vinho brasileiro e, em especial, a produção mineira. Vinte vinícolas vão apresentar seus principais produtos em sessões de degustação livre exclusivas, com rótulos especiais de safras limitadas e que dificilmente poderão ser encontradas em outros lugares. O evento vai contar ainda com palestras, feira, wine bar, atrações musicais e cozinha show.

"O Vinho na Vila foi criado para descomplicar e aproximar o vinho das pessoas, além de fomentar o interesse pela produção das vinícolas nacionais. Nós temos vinhos de grande qualidade em todo o Brasil e que não ficam para trás do que é feito no velho mundo. Queremos apresentar esses rótulos e, para fazer isso, nada melhor do que o próprio produtor", aponta a organizadora, Larissa Fin. Estão confirmadas no evento as vinícolas Audace Vinhos, Miolo, Terraças, ArteViva, Cave Geisse, Cave das Vertentes, Garbo, Berkano, Buffon, VivinhosBR, Fin, Luiz Argenta, Famiglia Valduga, Cooperativa Nova Aliança, Like Wine e a Casavitis Brasil com uma seleção de micro vinícolas como a Sanabria, Amitié, Sanabria e mais.

Ainda há ingressos disponíveis e eles podem ser comprados pela internet via *Sympla* (*ver no box abaixo*) São duas versões, Regular e Vip, que dão direito a um passeio de, em média, três horas para conhecer os stands das vinícolas, degustar os 200 rótulos e participar de programações exclusiva. Cada um deles dá direito a um kit diferenciado.

Já em sua parte gratuita, o Vinho na Vila vai contar com uma programação de palestras relacionadas ao universo de vinhos, cozinha-show com pratos harmonizados com três opções de vinhos, além de show de jazz, feirinha de produtores locais e muito mais.

A história - O Vinho na Vila surgiu em São Paulo, em 2016, para valorizar e apresentar os vinhos das pequenas vinícolas familiares ao grande público e continua com o propósito até hoje. Desde então, já foram mais de 30 edições em diversas cidades do Brasil como Campinas, Rio de Janeiro, Brasília, Salvador, Florianópolis e Vitória, sempre valorizando o *terroir* e os produtores de cada localidade. Por trás do evento está a Casa Vitis, da especialista em enogastronomia Larissa Fin, e que desenvolve uma série de empreendimentos no segmento, que inclui *winebars* e *e-commerce* de vinhos.

SERVIÇO

Vinho na Vila - BH
Data: Hoje (20) e domingo (21)
Horário: 14h às 22h
Local: Parque do Palácio - Rua Arquiteto Rafaelo Berti,330 - Portaria 1, Belo Horizonte
Ingressos para as sessões de degustação - entradas às 14h ou às 18h: *https://bileto.sympla.com.br/event/92378/d/246966/s/1683877*
Programação completa no Instagram: *@vinhonavila*

www.facebook.com/DiariodoComercio
www.twitter.com/diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
Telefone: (31) 3469-2067